

Filatelista LUSITANA



Pessoa colectiva de Utilidade Pública

ORGÃO OFICIAL DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FILATELIA - APD

SÉRIE III Nº 40 – Dezembro de 2020



CARTA RÉGIA DE D. JOÃO III de 1529

Assinatura de Luís Homem 1º Correio Mor do Reino de 1520 a 1532



LIVRO

500 Anos do Correio em Portugal

500
ANOS



PVP: 40,00€

Da autoria de Fernando Moura, surge com o propósito de comemorar os 500 anos de história do Correio em Portugal revelando a forma como os serviços postais responderam às mais diversas solicitações que a sociedade colocava em cada momento histórico.

Edição numerada e autenticada, com uma tiragem limitada a 4500 exemplares, contém 22 selos e 4 blocos das emissões 500 Anos do Correio em Portugal (2016-2020), com o valor facial de 23,08€.

ctt.pt

Linha CTT 21047 16 16
Dias úteis das 8h30 às 19h30

a nossa entrega é total



CTT
Correios
de Portugal



CTT
Correios
de Portugal



CTT
Filatella



FILATELIA LUSITANA

SÉRIE III
NÚMERO 40
DEZEMBRO DE 2020

EDITOR E PROPRIETÁRIO
Federação Portuguesa
de Filatelia-APD

DIRECTOR
Pedro Marçal Vaz Pereira

COLABORADORES NESTE NÚMERO

Eduardo Sousa
João Soeiro
João Violante
Luís Frazão
Pedro Marçal Vaz Pereira
Rui Matos Alves

REDACÇÃO,
ADMINISTRAÇÃO
e PUBLICIDADE
Rua Cidade de Cardiff, n.º 36 B
1170-095 LISBOA
Telef. 21 812 55 08
E-mail: fpf-portugal@netcabo.pt
Website: www.fpfilatelia.wordpress.com

FOTOCOMPOSIÇÃO, MONTAGEM e IMPRESSÃO

MX3 – Artes Gráficas, Lda.
Parque Industrial
Alto da Bela Vista
Pavilhão 50 – Sulim Park
2735-340 Cacém
Tel. 21 917 10 88/89/90
Fax: 21 917 10 04
E-mail: clientes@mx3ag.com

Tiragem:
3000 exemplares

Depósito Legal
n.º 67183/94



Editorial

Pedro Marçal Vaz Pereira

500 ANOS DO CORREIO EM PORTUGAL

E agora?

Sáímos do confinamento, crenças que o pior já tinha passado, que as nossas actividades estariam de volta e de repente, tudo piorou outra vez.

Voltámos a fechar portas, a adiar exposições, a privar-nos do contacto absolutamente necessário entre filatelistas.

E agora?

Começamos a estar todos cansados desta pandemia, das notícias diárias que nos metem medo, nos causam cautelas e afastamentos.

Estamos cansados de levar uma vida quase artificial, de estarmos presos nas nossas casas. Precisamos de nos sentir gente outra vez.

A Filatelia tem-se ressentido e de que maneira.

As Federações Nacionais optaram por adiar as exposições, para 2022 e 2023, o que reflecte bem o problema desta pandemia.

Ninguém sabe quando e como acabará e espera-se, que em 2022 e 2023 tudo isto já tenha passado, que já exista uma solução e que tudo não passe de más memórias.

Até lá reunimo-nos pelo Skype, pelo Zoom, alguns procuram fazer exposições virtuais via internet, como aconteceu recentemente com a África do Sul.

Mas isto não é sistema, nem pode sê-lo no futuro. Sou frontalmente contra exposições virtuais. Estas a serem o futuro da filatelia, matá-la-ão!

Era o mesmo, que passássemos a ter jogos de futebol e corridas de touros e de carros virtuais.

A Filatelia é um circo como digo muitas vezes, com filatelistas, correios e comerciantes. Todos juntos fazem a festa e precisamos uns dos outros, para se fazer a festa, como deve ser feita.

ÍNDICE

EDITORIAL	1	Estoril-Índia em 1933 pela Imperial Airways.....	46
ARTIGOS		Marcas postais impressas do tempo dos correios mor do Reino.....	49
D. Luís I – Emissão F. Borja Freire (II Parte).....	3	Provas de Emissão D. Carlos, série Mouchon – Continente.....	52
A Segunda Guerra Mundial na Europa – 75º aniversário.....	7	EMISSÕES DOS CTT	60
100 Anos de Missões Laicas em África	25	LITERATURA	79
Provisional Marks?? – Marcas Provisórias? Nem pouco mais ou menos!!.....	36	NOTÍCIAS FEDERATIVAS	85
«O General Conde de S. Januário (1827-1901) – Um português de expressão» ..	44		

Há para aí alguns, que julgam que o futuro da filatelia está no virtual.

Logo não caíamos nesta tentação do fácil, porque é meio caminho andado para acabarmos com a filatelia, quando esta hoje já se debate com um sério problema, que é o de não se venderem selos nas estações de correio.

No passado, jovens e adultos, começavam muitas vezes a coleccionar selos descolando-os das cartas e a partir daqui construíam as suas colecções e mais tarde os seus estudos de História Postal.

Estamos numa encruzilhada da nossa vida, que haveremos de ultrapassar, com a nossa sabedoria e a nossa coragem.

A Filatelia e a sua actividade cultural, não podem parar.

Daí nos 66 anos da FPF, estamos a apresentar à Filatelia Nacional uma revista plena de artigos e da informação existente.

Esta revista é dedicada aos 500 anos dos correios e todos os artigos aqui publicados, mostram bem a importância social e económica do correio no nosso país e no mundo.

A Filatelia continua e continuará, a nossa vontade assim o fará acontecer, juntamente com o nosso velho “*compagnons de route*”, que são os Correios de Portugal, que neste ano comemoram os 500 anos de existência e a quem daqui agradecemos toda a cooperação e apoio, que têm dado à Filatelia de Portugal, desejando à empresa e aos seus dirigentes e empregados, as maiores felicidades e sucessos.



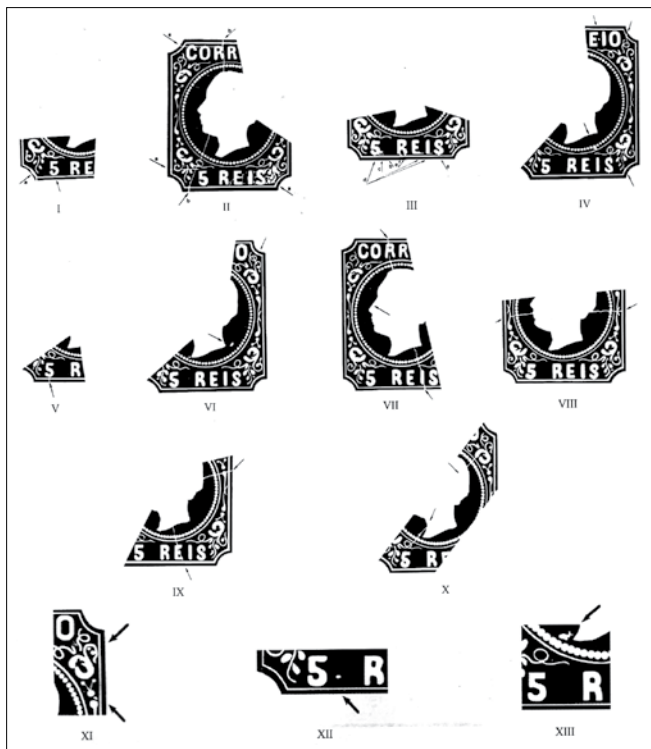
CAPA:

A carta da capa desta Filatelia Lusitana foi cedida gentilmente pelos Exmos. Srs. Drs. Luís e Eduardo Barreiros.

D. LUIS I – EMISSÃO F. BORJA FREIRE OS CUNHOS DOS SELOS DE 5 RS (Parte II)

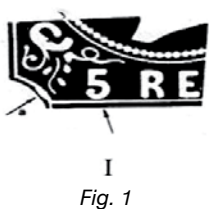
João Violante

Iniciada no artigo anterior, publicado na última revista "Filatelia Lusitana", uma ampla reflexão subordinada ao tema título deste artigo, volto ao assunto, para tecer mais alguns



considerandos sobre todos os outros cunhos, sobre os quais não me debrucei anteriormente.

Refiro-me pois, por um lado, aos (actuais) cunhos I e II e, por outro, aos (também actuais) cunhos III, V, VII, VIII, IX e X (Fig. 1 a 8)



I
Fig. 1



II
Fig. 2



III
Fig. 3



V
Fig. 4



VII
Fig. 5



VIII
Fig. 6



IX
Fig. 7



X
Fig. 8

Comecemos pelos cunhos I e II

Em ambos e como característica comum, nota-se a maior aproximação do "5" a "Reis". Como diferenças assinala-se, em alguns exemplares do cunho I, no canto inferior esquerdo e no filete branco do quadro exterior, uma pequena bolha em forma de arco de circunferência (Fig. 9)



Fig. 9

No cunho II assinalam-se, como diferenças, as fendas a) e b) (Fig 2), a 1ª das quais aparece em cima, sobre as letras "C", "O" e "R" de "Correio" e, em baixo, atravessando horizontalmente os arabescos à esquerda do "5" da taxa.

Refira-se que estas duas fendas a) não aparecem, obrigatoriamente, sempre em simultâneo, nos exemplares que observámos.

Nota-se também, em alguns exemplares, falhas de impressão, em baixo e no lado direito, junto às letras "E", "I" e "S" de "Reis" e aos ornatos à sua direita.

Estas falhas de impressão (Fig. 2), pequenos riscos e manchas brancas, derivam da imperfeição da superfície do Cunho de Serviço que, com o uso intenso e prolongado, deixou de se apresentar completamente plana. Neste caso a tinta não adere e, por isso, não aparece na impressão do selo.

Um simples polimento do Cunho de Serviço basta, para que tudo volte à normalidade.

No mesmo cunho II (actual) aparece a chamada fenda b), que parte do quadro na parte inferior esquerda do selo e, quase na vertical, atravessa a efígie e vai terminar no quadro superior exterior, junto ao lado direito do 1º "R" de "Correio" (Fig. 10 e Fig. 11)

Desconhecemos o que originou a variedade no cunho I, descrita anteriormente e ilustrada pela Fig. 9



Fig. 10



Fig. 11

Mas, no que às fendas a) e b) do cunho II, diz respeito, sabe-se que as mesmas derivaram do uso contínuo e intenso do Cunho de Serviço (C. S.) que, a dada altura, quebrou e fez aparecer essas fendas.

Uma vez notada a sua existência, o C. S. teria que ser, forçosamente, substituído por outro, com origem no mesmo Punção Reprodutor (P. R.), se se pretendesse manter o mesmo cunho.

Reconstruído o novo Cunho de Serviço, poder-se-ia dar continuidade ao processo de impressão dos selos.

Este processo deve ter-se repetido algumas vezes até que algo de anormal deverá ter acontecido ao próprio Punção Reprodutor, uma vez que outro foi feito, desta vez com o "5" da taxa, mais afastado de "Reis".

Mas este último Punção Reprodutor, dada a diferença de posição do "5" em relação ao anterior, não pode ter sido obtido com origem na Matriz existente, por essa mesma razão.

Daí que, é evidente, outra Matriz terá sido aberta, também a buril e a cavado, ficando impresso novo desenho do quadro, já com o "5" mais afastado de "Reis" e bem mais próximo dos ornatos inferiores esquerdos (Fig. 3)

A partir desta 2ª Matriz, iniciou-se novo ciclo com a manufatura de novo Punção Reprodutor (P. R.) que, por sua vez, deu origem a novo, ou novos, Cunhos de Serviço (C. S.).

Começaram então, a ser impressos todos os selos que deram origem aos actuais cunhos III e seguintes.

Todos estes (actuais) cunhos que agora observamos tem, como característica comum, o maior distanciamento do "5" a "Reis" e, conseqüentemente, a sua maior aproximação aos arabescos à sua esquerda.

No próprio cunho III existem exemplares com defeitos de impressão (Fig. 3) que, à semelhança do que atrás já foi dito, se devem ao uso intenso do Cunho de Serviço, o que originou irregularidades na sua superfície que, deixando de ser perfeitamente plana, não permiria a aderência total da tinta e, com isso, as inevitáveis falhas de impressão. Nada que um bom polimento da superfície do C. S. não resolvesse.

O cunho V (Fig.4) é caracterizado por uma pequena fenda que vem da base do "5" da taxa e vai até ao filete da cercadura exterior.

O cunho VII (Fig. 12 e Fig 13) apresenta uma enorme fenda, quase vertical, que liga o filete da cercadura exterior situada por baixo do "I" de "Reis", atravessa toda a efígie, a cercadura de pérolas, o 1º "R" de "Correio" e vai terminar no filete exterior, superior.

O cunho VIII (Fig. 14) caracteriza-se por uma fenda horizontal, que se inicia do lado direito no filete exterior em frente



Fig. 12



Fig. 13



Fig. 14

ao cruzamento dos dois arabescos desse lado, atravessa a cercadura de pérolas, a efigie na nuca, sai em frente à boca e vai terminar no filete exterior esquerdo, à sua frente.

Como se nota no exemplar que reproduzimos, esta fenda é mais nítida do lado direito que do esquerdo, sendo por vezes desse lado, quase imperceptível.

Sugere isto que a fenda terá tido o seu início do lado direito e com a continuação do seu uso, foi-se intensificando e passando ao esquerdo.

Já o cunho IX (Fig. 7) se caracteriza por duas fendas. Uma que vai desde a base do "E" de "Reis", atravessa a cercadura de pérolas e vai terminar na base do pescoço. Uma outra que se inicia no filete exterior direito, passa pela parte superior do arabesco simétrico central, atravessa a cercadura de pérolas e termina a meio da nuca.

Finalmente o cunho X (Fig.8) surge-nos com uma fenda oblíqua, vertical, que se inicia no arabesco por cima do "5" da taxa, atravessa a cercadura das pérolas, a efigie, novamente a cercadura de pérolas e vai terminar no arabesco maior do lado superior, direito.

A caracterização que se acabou de fazer, de cada um dos cunhos em análise, é necessária para se entender que todas elas derivam de defeitos ocorridos com os Cunhos de Serviço. O desgaste e sucessiva deteriorização destes C. S. teve, como consequência, as quebras dos mesmos e o aparecimento dessas diferentes fendas.

Em caso algum, nenhuma delas foi cravada a buril e a cavado, na Matriz nem, em última hipótese, no Punção Reprodutor. Isto é, nenhuma destas fendas decorre do processo normal de transmissão da imagem do selo que se obtém na Matriz, até à sua impressão no papel.

No entanto e, pelo contrário, como anteriormente já ficou demonstrado, os dois grandes grupos de selos do 5 Rs D. Luis I - "5" mais junto a "Reis" e "5" mais afastado de "Reis" e mais próximo dos arabescos à sua esquerda - foram oriundos de duas Matrizes distintas. (Fig. 16)



Carta circulada de Sintra para Lisboa, em 2 de Setembro 1866, com marca circular datada, de chegada, aposta no verso. Franquia mista, composta com o selo de 20 rs, D. Luis I, fita curva não denteado. Franquia de 25 rs para pagamento do porte interno, simples, de cartas com peso até 15 gramas, de acordo com a tabela de portes em vigor desde 20 Setembro 1861 até 30 Setembro 1870. - "24" Sintra (4/3/4)

Fig. 15



Fig. 16

Vem agora a propósito lembrarmos o que se entende por "Cunho", não esquecendo o contexto em que o mesmo é aplicado, tendo em conta que estamos a tratar de um processo de impressão em relevo, bem diferente de qualquer outro, litografado ou zincografado.

Assim, entende-se por cunho:

"O desenho completo do selo, compreendendo a efígie do monarca, recebida na Matriz por decalque do P. R. O. e à volta da qual o gravador cavava a buril a cercadura, completando assim o desenho completo do selo"

Em última análise admite-se e, aceita-se igualmente, que pequenas alterações possam ter sido feitas directamente no Punção Reprodutor, evitando assim, chegar até à Matriz, com as consequentes perdas de tempo e custos adicionais, inevitáveis.

Todas as considerações feitas até aqui tornam esta matéria, em meu entender, um pouco intrigante e merecedora de esclarecimentos adicionais, até por contra-ponto ao que se passa com os selos de 25 rs desta mesma emissão, onde os elementos diferenciadores de cada um dos seus cunhos - 7 na sua totalidade - estão perfeitamente definidos e provenientes de gravações feitas nas Matrizes e/ou Punções Reprodutores, respectivos.

Não há, ou não se conhecem ainda, exemplares com fendas como as que encontramos, tão profusamente, nos selos de 5 rs.

Uma hipótese que poderia ser levantada, para justificar tal ocorrência, poderia ser a de se admitir que a têmpera aplicada (processo de endurecimento das peças de aço onde, previamente, tinham sido gravados a efígie ou o quadro) não tenha sido de qualidade bastante para obviar a tantas quebras. E o facto é que, em nenhuma das outras taxas desta emissão se tem encontrado tais fendas.

O eng. Armando Vieira, na sua obra "Selos Clássicos de Relevo de Portugal" ao referir-se a estes assuntos, só fala em "cunho" quando se refere ao Cunho de Serviço, preferindo apelidar de "Tipo" o que refiro como "Cunhos".

Quer os apelidemos de cunhos ou tipos, a questão que se me coloca, é se é aceitável que os tratemos todos de maneira igualitária ou se, pelo contrário e por coerência e exactidão, não os devêssemos diferenciar, tendo em conta a sua proveniência distinta.

- Uns, originários do que foi gravado nas Matrizes e/ou Punções Reprodutores
- Outros, originários de defeitos e acidentes ocorridos nos Cunhos de Serviço.

Englobadas nestas considerações finais poderíamos e deveríamos juntar os casos analisados no artigo anterior, que diziam respeito aos cunhos IV, VI, XI, XII e XIII.

Seria talvez uma óptima oportunidade, por todas as considerações que foram feitas, de se darem definições distintas a "cunhos", "tipos" e "variedades" e, talvez assim, ficar mais bem esquematizados todos os selos das emissões Borja Freire.

Gostaríamos, sinceramente e, por acharmos o assunto intrigante e longe de um consenso generalizado, que esta matéria pudesse ser objecto de uma discussão mais ampla e alargada, para bem deste tema tão aliciante da filatelia portuguesa e para gáudio de todos aqueles que, como eu, se "apaixonaram" pelas emissões clássicas Borja Freire.

Fica o repto e a certeza do meu empenhamento e da minha participação na busca dessas definições e consensos.

Bibliografia

- Selos clássicos de relevo de Portugal - Eng. Armando Vieira
- História do selo postal Português - 1853-1953 - Dr. H. Oliveira Marques
- Catálogo MF - Edição 2016

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA EUROPA

75º ANIVERSÁRIO

Eduardo Sousa

CONSEQUÊNCIAS DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA

Um dos principais factores que deram origem à II Guerra Mundial foi o descontentamento da Alemanha perante o desfecho da Primeira Guerra. A responsabilidade foi inteiramente atribuída à Alemanha, que se viu obrigada a pesadas reparações territoriais e financeiras, tendo de pagar grandes indemnizações aos países vencedores. Isto provocou uma alta inflação, uma grande fragilidade económica e enormes problemas sociais.

Após o desaire da Armada Alemã e da vitória das forças aliadas, o Kaiser (Guilherme II) abdica e exila-se na Holanda. O Império Alemão, depois de 1918, entrou em colapso. Em seu lugar foi erguida uma nova forma de governo, que tinha por missão não apenas a recuperação económica, mas também a recuperação do prestígio do povo alemão. Esse governo assumiu a forma republicana e ficou conhecido como “República de Weimar”.

A história da República de Weimar começou com a realização de uma Assembleia Constituinte na cidade de Weimar, na Alemanha.



Emissão comemorativa da Assembleia Constituinte. Carta registada com obliteração de Weimar de 16agosto1919

A 28outubro1918, a nova constituição alemã estava pronta, convertendo o Reich numa república parlamentar. O príncipe Maximiliano de Baden assumiu o cargo e a 9novembro1918 foi formada a “República de Weimar”. O príncipe von Baden transferiu os seus poderes legais para Friedrich Ebert, líder do Partido Socialista da Alemanha (SPD), que se torna no primeiro presidente eleito. Ocupou os cargos de Chanceler do Império Alemão de 9novembro1918 a 11feve-

reiro1919, e de Presidente da Alemanha de 11fevereiro1919 a 28fevereiro1925.

O Tratado de Paz de Versalhes foi assinado no dia 28junho1919 e ficou conhecido por ser o principal dos tratados de paz assinados após a Primeira Guerra Mundial. Esse documento foi subscrito pelas potências que formavam a “Tríplice Entente” (Grã-Bretanha, França e Rússia) e pela Alemanha. Foi considerado pelos historiadores como a “Paz dos Vencedores”, uma vez que as nações que venceram o conflito impuseram termos duríssimos à Alemanha.

Georges Clemenceau, presidente do Conselho de Ministros de França e da Conferência de Paz de Paris, preparou e dirigiu a cerimónia de assinatura com a mesma determinação que presidira à Conferência de Paris que elaborou o tratado. Clemenceau determinou que a assinatura do Tratado seria na Galeria dos Espelhos, magnífico salão de 70 metros de comprimento e 10 de largura, com uma cúpula a 13 metros de altura, paredes de mármore, iluminadas por grandes lustres de cristal e decoradas com belas pinturas. Este documento foi o resultado possível do esforço de conciliação entre ideias e posições divergentes e em conflito.



Georges Clemenceau



Galeria dos Espelhos do Palácio de Versalhes

No dia 10setembro1919 foi assinado o Tratado de Paz entre os Aliados e a Áustria, em Saint Germain-en-Laye, sobre as fronteiras austríacas. A Áustria perde a Boémia e a

Moravia para a Checoslováquia, e a Galícia a favor da Polónia.



Castelo de Saint-Germain-en-Laye, onde foi assinado o Tratado de Paz entre os Aliados e a Áustria.

Os Congressos Universais pela Paz estabeleciam um equilíbrio nos interesses dos países aliados, respectivamente no que se referia a fronteiras, garantias comerciais, e assinaturas de acordos de amizade e de neutralidade.



Carta registada, franqueada com selos da série "Presidentes", enviada de Luckenwalde para Straasburg, onde foi multada com 1,60 fr.



Friedrich Ebert

ano. Em 1923 a Alemanha é vítima de uma espantosa



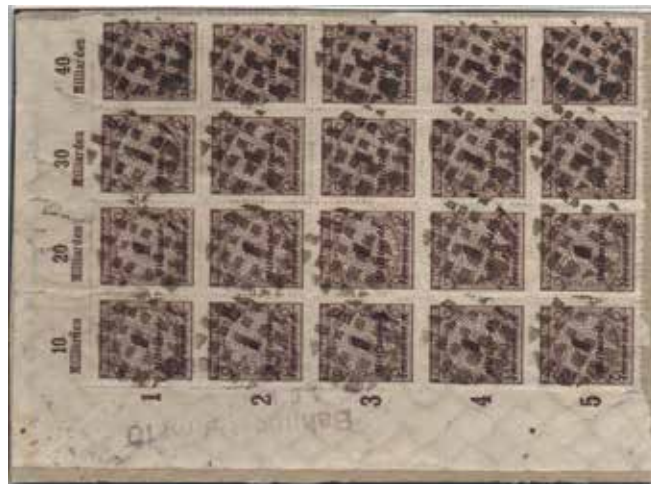
Paul von Hindenburg



Selos em Tête-Bêche

crise monetária: o Marco cai para 4,2 biliões por Dólar, e o valor facial dos selos chega a limites absurdos. Com sobreimpressões de valores

cada vez mais altos. A última série comum de 1923 vai do selo de 1 bilião ao selo de 50 biliões de Marcos. A rápida desvalorização do Marco a partir de 1923 dá origem a numerosas sobrecargas postais e ao constante aumento de tarifas.



Denteado em "Zig-Zag" sobre fragmento de carta. Bloco de 20 selos com o valor de Um Milhão de Marcos



Período de inflação, Carta registada com selos locais de "Taxa Paga" enviada de Halle (20setembro1923)

Adolf Hitler nasceu na Áustria a 20abril1889 na pequena cidade de Braunau am Inn do Império Austro-Húngaro, e foi criado na cidade de Linz. Depois de ter vivido seis anos em Viena, Hitler mudou-se para a Alemanha em 1913 e serviu com distinção no exército alemão durante a Primeira Guerra Mundial. Nos anos 20, foram surgindo movimentos radicais como o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, o Partido Nazista "NSDAP" (National-Sozialistische Deutsch Arbeiter Partei). Depois de se ter filiado a este partido, Hitler tornou-se seu líder em 1921. Mais tarde, em 1923, organizou um golpe de estado em Munique para tentar tomar o poder. O fracassado golpe resultou na prisão de Hitler. Na prisão, escreveu o seu primeiro trabalho literário, "Mein Kampf" (Mi-



Adolf Hitler (Inteiro Postal)

nha Luta). Quando foi solto em 1924, Hitler ganhou muitos apoios com a sua forte oposição ao Tratado de Versalhes.

A SUBIDA AO PODER DE ADOLF HITLER

Com o seu líder Adolf Hitler, o Partido Nazista tornou-se no maior partido eleito no "Reichstag". A 30 janeiro 1933, o Marechal Hindenburg, presidente do Reich Alemão, chama Adolf Hitler, líder do Partido "NSDAP" e nomeia-o Chanceler do Reich.



Inteiro Postal (30 janeiro 1933) Empunhando archotes, dezenas de militares da SA desfilaram sob os Arcos da Porta de Brandenburg, cantando "Horst Wessel Lied" (Hino oficial da SA)

Após novas eleições, Hitler inicia o processo de transformar a República de Weimar na Alemanha Nazista, uma ditadura de partido único de ideologia Nacional-socialistas. Hitler pregava a eliminação dos judeus da Alemanha e o estabelecimento de uma Nova Ordem para combater o que ele via como "injustiças pós-Primeira Grande Guerra", numa Europa dominada pelos britânicos e franceses.

Ao longo de sua vida, Hitler deu inúmeras demonstrações de exaltação à guerra. Ao longo da década de 1930, fortaleceu o exército alemão com o intuito de formar o seu almejado "Terceiro Reich". Tratava-se de um novo Império Alemão, baseado no que ele defendia como o "Lebensraum" (espaço vital), era um conceito que defendia a construção de um grande Império Alemão por meio da ocupação de terras que historicamente tinham sido ocupadas pela população germânica. Nessa terra, os alemães poderiam prosperar com base na exploração desses povos.

Com a morte do Marechal Hindenburg a 2 agosto 1934, Adolf Hitler sucede-lhe como Presidente do Reich, assume o poder absoluto e toma o título de "Führer". Instaura uma ditadura de um único partido (NSDAP), e a sua política é baseada no racismo, a superioridade da raça Ariana, e na extinção da raça Judia, transformando-os num povo mártir.

O esforço de nazificação incide na educação da juventude. A 1 dezembro 1936, é decretada a abolição de todas as organizações de juventude alemãs, com exceção da "Hitler Jugend" (Juventude Hitleriana) que se torna obrigatória a partir dos seis anos de idade.

Hitler aproveita a subida ao poder do III Reich Alemão para de imediato, esmagar brutalmente a oposição e pôr em prática o seu programa político, utilizando o terror e a coacção. Das primeiras medidas que toma, é a melhoria das infra-estruturas do país com a construção de novas vias de co-

municação. A 23 setembro 1936 inaugura os primeiros 1.000 quilómetros da primeira auto-estrada da Alemanha.



Inteiro Postal comemorativo da inauguração dos primeiros 1.000 Km de auto-estrada na Alemanha (23 setembro 1936)

Em 1937, o Congresso do Partido Nacional Socialista em Nuremberga, aprova a nacionalização das empresas mineiras e metalúrgicas, e também aprova o rearmamento nacional. A polícia passa para a jurisdição das SS, em cujo seio se cria a chamada "Gestapo", ou polícia política. Os elementos das SS são encorajados a praticarem desportos,



Inteiro Postal comemorativo dos combates desportivos realizados pelas tropas das SA do Reich, em Berlim de 15 a 17 julho 1938.



Obliteração comemorativa do Congresso do NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores) realizado em Nuremberga, de 30 agosto a 3 setembro 1933

para melhor manterem o seu aprumo físico. As leis criadas marginalizam os judeus e fazem da “Cruz Suástica” a bandeira oficial da Alemanha.



Inteiro Postal comemorativo de uma exposição política em Munique subordinada ao tema “O Eterno Judeu” em nov./dezembro 1937

Também na Itália, a crise económica deu origem à formação do Partido Fascista, liderado por Benito Mussolini, que em 1922 foi nomeado primeiro-ministro pelo rei Vítor Emanuel III. Mussolini, chamado pelos italianos de “Duce”, defendeu a expansão territorial italiana, culminando na invasão da Etiópia em 1935 e na criação da chamada África Oriental Italiana, anexada à Itália.

Sob a presidência de Mussolini, diversos grupos reunidos em Milão constituem os “Fascios Italianos de Combate”. Face às ambições territoriais do “Führer”, o “Duce” sonha também com o Império prometido na sua “Marcha sobre Roma”.

Os dois líderes totalitários, Hitler e Mussolini, assinaram em 1936 um tratado de amizade e colaboração entre os seus países. Estava formado o Eixo Roma-Berlim, que em 1940 passaria a ser Eixo Roma-Berlim-Tóquio, marcando a aliança do Japão com os dois países europeus, formalizada com a assinatura do Pacto “Tripartido”, que garantia a protecção dos três países entre si. Estava formado o Eixo, que durante o conflito mundial enfrentaria os Aliados, aliança formada inicialmente por Inglaterra e França que mais tarde contou com a entrada de outros países.

De 25 a 29 setembro 1937, Benito Mussolini visita Adolf Hitler em Berlim. Fraternidade de Armas Germano/Italianas. A Águia com a Cruz Suástica e o Facho italiano. Em 1938, de 3 a 8 maio foi a vez de Hitler visitar Mussolini em Roma.



Obliteração comemorativa do encontro Hitler e Mussolini em Berlim (1937)

Após o Tratado de Versalhes, foi determinado que o território do Sarre, situado a norte da região de Moselle, alta-



Flâmula comemorativa do encontro entre Hitler e Mussolini em Roma (1938)

mente industrializado, seria governado pela Liga das Nações por um período de 15 anos e suas minas de carvão seriam cedidas à França. Sendo este território a única parte da Alemanha fora do Terceiro Reich, foi para lá que um número significativo de alemães antinazistas fugiram em 1933, mas isso não impediu que, dois anos depois, ao fim do período sob governo da Liga das Nações, um plebiscito devolvesse o estado à Alemanha.

Utilizando o terror e a coacção, o Partido Nazi aumenta a sua influência. Com a cedência do território do Sarre à



Obliteração comemorativa de Saarbrücken sobre selo do Sarre “Heute Volksabstimmung im Saargebiet” (hoje, plebiscito no Sarre) – (13 janeiro 1935) Obliteração de Munique sobre Inteiro Postal Alemão “Sarre Abstimmung” (votação no Sarre) – (13 janeiro 1935)

Alemanha, Hitler dá início à expansão Germânica na Europa. Seguiu-se a anexação da Eslovénia do Norte e da Caríntia.

O EXPANCIONISMO DA ALEMANHA

Uma vez garantida a força do exército alemão, Hitler passou para a fase expansionista. Actuou abertamente para promover a expansão do território alemão sobre a Áustria e a Checoslováquia. A 12março1938, perante a passividade de Mussolini (protector da Áustria) e o alheamento da França e da Inglaterra, tropas Alemãs invadem a Áustria. No dia seguinte, a Áustria deixa de existir e torna-se território Alemão. Consuma-se o "Anschluss" (anexação da Áustria). No dia



Carta registrada, enviada de Innsbruck a (9abril1938) com flâmula publicitária: (no dia 10abril, diz sim ao Führer)

10abril, realiza-se uma farsa de plebiscito que confirma a sua anexação. Nas vésperas da realização do plebiscito sobre a união da Áustria com a Alemanha, Hitler exigiu a demissão do Chanceler Austríaco. Após o plebiscito, em Viena é imediatamente constituído um novo governo presidido por Seyss-Inquart, pró-nazi, que facilita a anexação da Áustria pela Alemanha. Adolfo Hitler, num dos seus discursos disse: (...a Alemanha encontra-se diante da necessidade urgente de conquistar o seu "espaço vital"... ...o nosso objectivo consiste em procurar na Europa territórios ricos em matérias primas.)



Carimbo de propaganda: hoje, plebiscito na Áustria (10abril1938) Carta registrada com dois selos alemães de 6 Kpf.: verde escuro, impressão de Berlim – verde claro, impressão de Viena

Ambos os territórios foram unificados à Alemanha em 1938 e 1939, respectivamente. A unificação da Checoslováquia deu início a uma crise diplomática entre Alemanha, França e Reino Unido, que resultou na chamada "Conferência de Munique". Na tentativa de barrar as incursões de Adolf Hitler, os governos de França e Grã-Bretanha impuseram bloqueios económicos à Alemanha. Nessa conferência, Hitler assumiu um compromisso de não reivindicar novos territórios na Europa, mas isso não passou de uma encenação. O seu próximo alvo já estava definido: a Polónia, país surgido em grande parte do território da antiga Prússia e que, até o começo do século XX, tinha um grande número de habitantes de origem alemã.

Os alemães dos Sudetos, cadeia de montanhas na fronteira entre a Checoslováquia a Polónia e a Alemanha, rompem as relações com o Governo da República Checa. Hitler mostra a sua determinação de anexar os Sudetos na base de princípios da autodeterminação. O Presidente da Checoslováquia é pressionado no sentido de encontrar uma solução pacífica para o problema da região. Entretanto, o partido pró-nazi de Konrad Henlein fomenta a agitação no território, sob instruções de Hitler, e obtém a maioria nas eleições realizadas no território dos Sudetos.



Carimbo Alemão de propaganda para a anexação dos Sudetos (30outubro1938)



Obliteração de propaganda (25março1939) "Vir Sind Frei" (somos livres)

No acordo de Munique, as exigências de Hitler são satisfeitas e a região dos Sudetos é anexada pela Alemanha. A

15março1939, os alemães invadem a Checoslováquia e no dia seguinte é criado o Protectorado Alemão da Boémia e Morávia. Nesse mesmo dia, Emil Hacha, chefe de Estado da República Checa, é forçado a aceitar o protectorado do Reich sobre a Boémia e Morávia.



Selos da Boémia e Morávia com propaganda nazi: “para a cruz vermelha”

O INÍCIO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A Polónia, tinha acordos de cooperação com franceses e britânicos e Hitler mesmo recebendo ultimatos destas duas grandes nações, resolveu seguir em frente e invadir a Polónia. Dois dias depois, franceses e britânicos declaravam guerra à Alemanha. Erich Von Manstein, general alemão, foi o principal responsável pelo desenvolvimento da "Blitzkrieg" (a guerra relâmpago) uma tática militar que tinha como objectivo destruir o inimigo por sua surpresa, rapidez e brutalidade. Tal técnica foi utilizada nas invasões alemãs da Polónia e da França, que levaram pouco mais de um mês para se consolidar.



“Zwei Jahre im Grossdeutschen Reich” – (Dois anos no Reino Alemão)

No dia 1setembro1939, tropas alemãs atravessam a fronteira polaca, invadem a Polónia e anexam Danzig (hoje Gdansk). O sistema defensivo polaco é desmantelado pela acção combinada das forças blindadas e da aviação alemãs. Após quatro dias de bombardeamentos, a cidade de Var-

sóvia último foco de resistência, é obrigada a render-se e a 28setembro1939, dá-se a capitulação de Varsóvia.



Selos de Danzig com sobretaxa e sobrecarga “Deutsche Reich”



Emissão de selos com Imagens da cidade de Varsóvia, antes e depois da guerra

Em menos de um mês a Polónia é esmagada. Mais de 70.000 polacos abandonam o seu país e cerca de 650.000 são feitos prisioneiros. Uma vez mais a Polónia foi elimina-



Carta enviada de Mszczonow, Polónia a (30dezembro1939), com selo Alemão com sobrecarga “Deutsch Post OSTEN” para o Comité da Cruz Vermelha de Genebra.



Carta registada enviada de Firenze para Berlin, com censura de Munique (27outubro1940). Séries comemorativas dos encontros entre Hitler e Mussolini

da do mapa da Europa. Para o povo polaco a ocupação foi o terror e o martírio. Poucos dias depois da capitulação, foi constituído em Londres um Governo Polaco no exílio, reconhecido como legítimo pelos Aliados. Ao mesmo tempo, os Russos ocupavam sem resistência a metade oriental do país, como barreira e futura linha de defesa precavendo o inevitável ataque Alemão.

PACTOS E ALIANÇAS - 1939

Nas vésperas da II Guerra Mundial, Hitler e Mussolini assinam uma Aliança Política e Militar por dez anos. Denominado por "O Pacto de Aço" foi celebrado a 22 de maio de 1939 e deu origem ao chamado "Eixo Roma-Berlim".



Carta registrada enviada de Gravenhage, Holanda para Portugal com fecho de censura (8 de setembro de 1941)

A Itália declara-se não-beligerante quando se tornou efectiva, a guerra entre a Alemanha e os Aliados. Em setembro de 1940, é assinado o "Pacto Tripartido", uma Aliança Militar entre a Alemanha, a Itália e o Japão.

No dia 23 de agosto de 1939, Hitler e Stálin assinaram um "Pacto de não-agressão". Alemanha e União Soviética comprometem-se a não se atacarem uma à outra e se manterem neutras, se uma delas fosse atacada por uma terceira potência.

PRIMEIRAS OFENSIVAS - 1940

Na madrugada de 10 de maio de 1940, Hitler põe em execução o "O Plano Manstein" ou "Plano Amarelo", as forças blindadas alemãs flanqueiam as linhas de defesas francesas a "Linha Maginot" e apoiadas por intensos bombardeamentos aéreos, invadem a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo. As cidades fronteiriças de Eupen e Malmédy são de novo reintegradas no Império Alemão.

No dia 10 de junho de 1940, no quadro da Aliança de poderes dos países do Eixo, a Itália declara guerra à França e à Inglaterra. As tropas inglesas são evacuadas de Dunquerque, após a rotura da segunda linha defensiva francesa situada nas regiões de Somme e Aisne.

De 1939 a 1941 entusiasmado com a conquista da Polónia, Hitler deu início à conquista da Europa. Eficaz no campo de batalha, a Alemanha realizou em 1940, uma operação em



Carta enviada de Koblenz, Luxemburgo para a Bélgica com fecho de censura alemã, a (13 de novembro de 1943)



Carta registrada enviada de Bortenach (Bourdonnay) para Klein-Dosseln com obliteração provisória de (24 de maio de 1941), sobre selos Alemães com sobrecarga (Lotringen).

que combinou ataques terrestres, aéreos e navais para ocupar a Dinamarca. O exército alemão também tomou a Noruega como forma de salvaguardar o comércio de aço com a Suécia e marcar posição contra a Grã-Bretanha. Para tanto, foi ocupado o porto norueguês de Narvik.

Lorena (Lorraine/Lothringen) cuja capital Metz, é uma região histórica e antiga, situada na fronteira com a Bélgica, Luxemburgo e Alemanha, é bastante rural e abriga as montanhas de Vosges e as florestas Haye e Verdun. Bortenach foi um lugar que antes do Tratado de Versalhes pertencia ao Império Alemão e estava situado na região administrativa de Château-Salins. Hoje o lugar chama-se Bourdonnay e pertence à França.

PROCLAMAÇÃO DA GUERRA - 1940

Em maio de 1940, Hitler ordenou a invasão da Holanda e da Bélgica, e uma vez ocupados estes países, as tropas nazistas rumaram à França e conseguem dominá-la. O exército alemão avança sobre Paris e a 14 de junho entram na capital francesa e desfilam pelos Campos Elísios em direcção ao Arco do Triunfo. A bandeira tricolor francesa, em breve cederá o seu lugar à cruz suástica por longos quatro anos.

O aniquilamento do exército francês e a ocupação de Paris provocaram a subida ao poder do Marechal Pétain



OSTAND: região imaginária formada pela Estónia, Lituânia e Letónia. Estes Selos sobrecarregados "OSTLAND" somente eram válidos nestas regiões

que substituiu Paul Reynaud à frente da chefia do Governo Francês. Pétain propõe o armistício ao Terceiro Reich. Hitler exige que este seja assinado em Copiégné a 22junho1940, na mesma carruagem de Rethondes, onde fora assinado o armistício de 1918.

A França assina o armistício com a Alemanha a 14junho1940 e é dividida em duas áreas: uma administrada pelos alemães e a outra, pelo Marechal Petáin, que colaborava com os nazistas. Hitler volta-se para a Grã-Bretanha e, no dia 8agosto, a Alemanha bombardeou as cidades britânicas



Inteiro Postal enviado de Paris para Lisboa. A 14julho1940, os Alemães entram em Paris e dirigem-se para o Arco do Triunfo

com a "Luftwaffe" (força aérea alemã). Embora estivessem em menor número, a Força Aérea Britânica (RAF), consegue neutralizar o ataque e o governo da Grã-Bretanha ordenou incursões em solo alemão. Esta foi a única derrota de Adolfo Hitler na primeira fase da guerra e permitiu aos Aliados recompor-se as suas forças.

O lema de Pétain era "Pátria, Família e Trabalho". Hitler e Pétain encontram-se em Montoire-sur-le-Loire a 24outubro1940, e o aperto de mão então trocado, garante a colaboração da França de Vichy e sanciona todos os crimes que se cometerão contra os franceses. Metade da França ficou assim ocupada pelos alemães. Com o acordo do Governo de Vichy, os alemães passam a ocupar a chamada "Zona Livre"



Obliteração Comemorativa de Munique. A guerra terminou, a França rende-se à 1h35 do dia 25junho1940 (obliteração de Munique)



Prova de Luxo do "Atelier de Fabricação dos Selos de Correio de Paris" Marechal Pétain chefe de estado da França de Vichy, de 1940 a 1944.

situada a sul de França. O governo presidido pelo Marechal Pétain, com sede em Vichy, era tido pelos que não capitulavam, como colaboracionista.

A filosofia fascista e anti-soviética tem campo fértil na França de Vichy. A seguir à Legião "Tricolor" surge a "Legião dos Voluntários Franceses". A sua função sempre foi a de defender os interesses da França. Em França, os anticomunistas que aderiram à rotura do "Pacto de não-agressão", preferiam uma Europa dominada pela Alemanha Hitleriana, a uma Europa Bolchevista.



Carruagem de Rethondes, a mesma carruagem utilizada para a assinatura deste Armistício e para a do Armistício de 11novembro1918.

O armistício divide a França em duas zonas, a França ocupada e a França

Série da "Legião Tricolor" Voluntários que aderiam a uma causa e combatiam por ela.



colaboracionista de Vichy. O exército alemão avança de imediato na direcção do Atlântico. As regiões francesas da Alsácia e da Lorena passam a ser território do Reich. A utilização em força da aviação alemã e das "Panzerdivisionnen" (divisão de carros de combate) aniquilou a resistência francesa em poucos dias na primeira fase de guerra.



As vinhetas das LVF eram vendidas exclusivamente em França, não tinham valor postal, pois os soldados da LVF beneficiavam de isenção postal. Carta circulada com série "Bordino" com obliteração comemorativa da exposição "Anti-Bolchevista" de 1942.

A RESISTÊNCIA FRANCESA

A resistência francesa era comandada pelo General De Gaulle, reconhecido como Chefe da França Livre. A 18 de Junho de 1941 De Gaulle, através dos estúdios da BBC em Londres, faz um apelo a todos os franceses, para continuarem a luta pela libertação da França.



Selos de Franquia das LVF (Legião de Voluntários Franceses) 1941. Correio Oficial e Especial por Avião c/sobrecargas (Front de L'Est). Carta com par de vinhetas de correio Oficial e Especial e vinheta e obliteração comemorativa da Exposição Filatélica

Foram muitos os heróis franceses que se notabilizaram em defesa da libertação de França do jugo dos Alemães. A Resistência foi um movimento formado por franceses que não aceitavam a submissão do Estado Francês ao poder nazi, dispersos grupos de resistentes uniram-se na luta contra o inimigo comum, para alcançarem a libertação do país.

Numerosos heróis da resistência francesa foram homenageados em emissões filatélicas pelos Correios franceses.

Fred Scamaroni, organizador da resistência na ilha de Córsega, para não trair os seus companheiros, suicidou-se na prisão em 1943, morrendo antes da libertação da ilha.

Gaston Moutardier forneceu aos Aliados informações sobre as instalações alemãs e plataformas de lançamento das "V1/V2", que permitiram a "Operação Besta", bombardeios aéreos realizadas pelos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial contra as denominadas bombas voadoras.



O General De Gaulle liderou as Forças Francesas Livres durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1958 fundou a Quinta República e foi eleito Presidente da França.

Simone Michel-Lévy foi uma lutadora francesa de resistência, foi enforcada em 13 de Abril de 1945 no campo de Flossenbarg, na Baviera. Foi uma das seis mulheres que se tornaram companheiras da Libertação pelo General de Gaulle

Jacques Bingen foi membro da França Livre e um delegado do General de Gaulle para a Resistência Interna Francesa de agosto de 1943 até sua prisão pela polícia alemã em maio de 1944. Suicidou-se imediatamente para não falar, seu corpo nunca foi encontrado.

A CONQUISTA DA EUROPA - 1941

A Alemanha continua a sua marcha sobre a Europa e a 18 de Abril de 1941, Hitler invade a Jugoslávia e após violentos combates, dá-se a sua capitulação. Segue-se a ocupação da Croácia. A Itália acorre aos despojos como potência ocupante e domina a região da Eslovénia. Com o avanço do exército alemão através do Epiro, dá-se a capitulação das forças gregas. Os alemães atacam com a aviação e a 27 de Abril de 1941 invadem a cidade de Atenas.

PAÍSES NEUTROS - 1942/43

Depois do "Tratado de não-agressão e amizade" celebrado entre Portugal e Espanha, também conhecido por "Bloco Ibérico" Franco autoriza e incentiva o recrutamento de uma unidade militar espanhola, a "Divisão Azul" que integra-



Selo Comemorativo do Manifesto enviado pelo General De Gaulle, a todos os franceses para continuarem a luta por uma França Livre.



Fred Scamaroni / Gaston Moutardier / Simone Michel-Lévy / Jacques Bingen

va cerca de mil voluntários portugueses da chamada "Legião Verde". Em fevereiro 1942, Franco e Salazar encontram-se em Sevilha motivados pela iminente invasão da Península Ibérica pelas tropas Alemãs.

Cercada pelas potências do Eixo desde a invasão da França, a Suíça, país neutral, mantém uma política de equilíbrio diplomático e uma rigorosa vigilância militar. Dispostos a resistir, na eventualidade de uma invasão alemã, os suíços facilitam as actividades de espionagem antinazi, dada a sua simpatia pela causa dos Aliados.



Carta com Obliteração de Osijek enviada a 23 julho para Nuremberga com bande de fecho de censura.

Por fim, Hitler decidiu pôr em prática o ousado plano de invasão da União Soviética, quebrando o Pacto Germano-Soviético de não-agressão assinado dois anos antes. A conquista da União Soviética tinha como finalidade a ocupação das regiões de Leningrado (hoje São Petersburgo), Moscovo, Ucrânia e Cáucaso.

Em junho 1941, forças blindadas alemãs invadem o território Soviético, a entrada do exército alemão ocorreu pela Ucrânia. Vilnius, capital da Lituânia é em seguida, ocupada pelos Alemães. Posteriormente seguem para Leningrado. De junho a novembro 1941, os alemães invadiram e avançaram rapidamente no território soviético. Apesar de numerosas contrariedades e dos bombardeamentos alemães, a União Soviética continuava a oferecer enorme resistência. No final de novembro, os alemães começaram a perder força, e Hitler foi avisado de que era necessário finalizar a guerra por meio



Inteiro Postal (1941) em Franquia Militar Comemorativo das movimentações das forças militares em defesa da Grécia.

de um acordo político, pois a capacidade industrial dos Aliados começava a ser superior à alemã. Quando as forças de Hitler chegaram a Moscovo, em dezembro 1941, foram contidas pelo Exército Vermelho.

OS CAMPOS DE PRISIONEIRO

Os Campo de Prisioneiros eram centros de confinamento militar, instalados em área de terreno livre e cercada por redes de arame farpado ou algum outro tipo de barreira, cujo perímetro é permanentemente vigiado, para sustentar prisioneiros de guerra ou prisioneiros políticos, que podem vir a servir como moeda de troca com o inimigo, ou permanecer presas até a resolução do conflito. No terreno são dispostos, orga-



Carta enviada de Lisboa a 1 julho 1941 para os Estados Unidos, via Transatlântico "Clipper" com cinta de fecho de censura

nizadamente, barracões para dormitórios, refeitórios, escritórios e finalidades complementares.

Os Campos de Prisioneiros foram classificados em cinco grandes categorias: "Schutzhaftlager" para detidos; "Arbeitslager" de trabalhos; "Staflager" penitenciários; "Konzentrationslager" de concentração e "Vernichtungslager" de extermínio.

Os detidos ostentavam fardas às riscas com distintivos, conforma a sentença que cumpriam: políticos, um triângulo vermelho; detidos comuns, triângulo verde; sabotadores, triângulo negro; pederastas, triângulo rosa; judeus, triângulo de cor amarela com uma estrela vermelha.



Envelope censurado com cinta de fecho, enviado de Espanha para a cidade de Nova York datada de 1942

Os Campos de trânsito de prisioneiros, que se situavam fora da Alemanha, dividiam-se em três tipos: Frontstalags, Oflags e Stalags.

Frontstalags: eram Campos de trânsito onde soldados e oficiais eram agrupados provisoriamente antes de serem enviados para a Alemanha. Oflags: estes Campos destinavam-se a albergar os oficiais capturados. Destes Campos, fo-



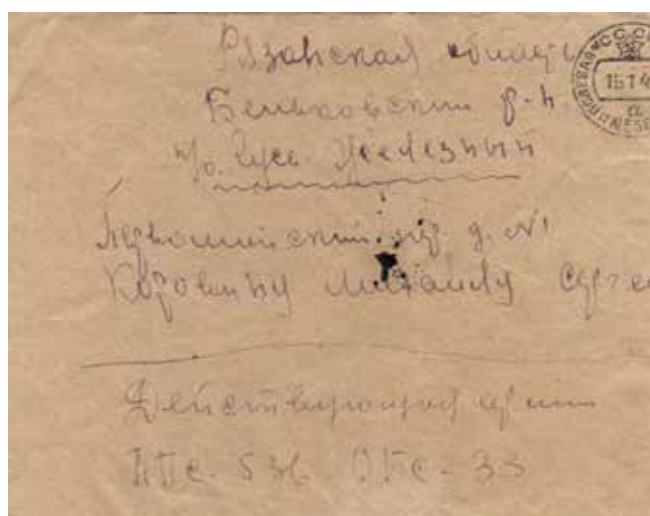
Postal enviado de Villarsviriviaux, Suíça para a Bélgica a 13julho1942, com marca de censura alemã

ram construídos cerca de vinte. Stalags: Campos destinados a todos os outros prisioneiros não Oficiais. No total, foram construídos cerca de sessenta campos.

Nos Campos de Prisioneiros a vida era dura mas não insuportável. A maioria dos prisioneiros trabalhava em fábricas e nos campos. Nos Campos para oficiais e segundo as convenções internacionais, estes não eram obrigados a trabalhar. Para os ocupar eram organizadas actividades cívicas, desportivas e até cursos de idiomas.



Carta do Commissariado Geral dos Prisioneiros de Guerra com Franquia Mecânica publicitária "Ao serviço do Marechal e do seu Governo" (29outubro1944)



Correio enviado por combatente internado na União Soviética. Destacamento SF.536.33 (15janeiro1492)

OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO E EXTERMÍNIO

Para o nazismo, os judeus eram os grandes culpados pela crise que o país passara no "Período Entre Guerra", devendo, portanto, serem combatidos. Com a permissão e o aval de Hitler, os alemães espalharam o terror por toda a Eu-



Carta de um prisioneiro francês datada de 24agosto1943 do campo "Oflag 8 IV D" Lager-Bezeichnung para Indre-et-Loire, França

ropa. Antes da eclosão da guerra, políticas segregacionistas já eram colocadas em prática pelos nazistas, como a obrigatoriedade da identificação pelo uso de uma Estrela de Davi, símbolo religioso do judaísmo; pela proibição do casamento entre judeus e alemães; pela demissão de judeus de cargos públicos; pela criação dos guetos onde os judeus viviam em condições deploráveis, e por fim, eram enviados para os campos de concentração e de extermínio, a mais radical de todas, a chamada solução final, que consistia na eliminação dos prisioneiros através do uso de gás tóxico.



Carta enviada do Campo "Stalag 245" a 2fevereiro1943 de um prisioneiro servo para a sua terra natal Mladenovac

O primeiro Campo de Concentração foi construído nos primeiros meses de 1933 pelas S.A. "Starn-Abteilung" (Esquadrões de Choque) numa antiga fábrica abandonada de munições próxima a cidade de Dachau. Em março, Himmler dirigiu pessoalmente a construção do primeiro Campo de Concentração na Alemanha, o Campo de Dachau serviu de modelo para a construção em setembro 1933, do Campo de Concentração de "Weimar-Buchenwald. O programa de Extermínio dos adversários políticos do Nazismo, dos Judeus e de outras raças inferiores, começava assim a ser programado.

Inicialmente, os detidos em Dachau, eram prisioneiros políticos alemães, comunistas, social-democratas, sindicalistas, e outros adversários políticos do regime nazista. Com



1941 Campo de concentração de Dachau 3K: carta pré-impressa completa com conteúdo e censura a Bromberg / Prússia Ocidental, enviado a 3novembro1941, para Ludendorf, uma vila no município de Swisttal, no distrito de Rhein-Sieg, na Renânia do Norte-Vestfália.

o passar do tempo, outros grupos também foram encarcerados em Dachau, entre eles os judeus, os ciganos os homossexuais, aqueles considerados "anti-sociais" além de criminosos contumazes.

Anne Franke, jovem judia e sua irmã Margot Frank, foram deportadas para o Campo de Concentração de Bergen-Belsen, onde morreram, provavelmente, de tifo epidémico, comoveu o mundo com a publicação do seu diário.



Dupla Carta (para envio e resposta) de um prisioneiro de guerra francês do Campo "M. Stammlager IA" para a sua namorada em Liège na Bélgica, e carta de resposta datada de 10junho1942 de Liège, endereçada ao prisioneiro Hardy Louis.



Envelope desdobrável enviado por um prisioneiro do Campo de Dachau3K para Sichelberg na Polónia no dia 8março1944



Anne Frank

Foram dez os Campos de Extermínio: Auschwitz-Birkenau, Belzec, Majdanek, Solibôr, Trblinka e Varsóvia, todos na Polónia; Jasenovac na Croácia; Lwów na Ucrânia e Maly Trostenets na Bielorrússia.



Carta de um prisioneiro do Campo de Concentração de Weimar-Buchenwald, datada de 27fevereiro1944

Maximilien Kolbe, missionário franciscano polaco morreu a 14agosto1941, como mártir no campo de concentração de Auschwitz, como voluntário para morrer de fome no lugar de Franciszek Gajowniczek como castigo pela fuga de um outro prisioneiro.



Maximilien Kolbe

REAÇÃO DOS ALIADOS

Em fevereiro1943, os nazistas perderam a batalha de Estalinegrado, na União Soviética, e foram expulsos da Bulgária, Hungria, Polónia, Checoslováquia e Jugoslávia. Na Itália, o governo de Benito Mussolini, é destituído pelo rei Vítor Emanuel III em julho1943, que acaba por assinar a rendição da italiana aos Aliados. Em setembro do mesmo ano, a Itália assina o armistício com os Aliados, muda de lado e declara guerra à Alemanha em outubro1943. Nos primeiros meses de 1944, os soviéticos libertam a Roménia, a Hungria, a Bulgária e a Checoslováquia.



Envelope/Carta, desdobrável, enviado de um prisioneiro no Campo de Concentração de Auschwitz, datada de 15agosto1943 para Cra-cóvia (Krakau)



Polónia 1947 - Inteiro Postal comemorativo – Campo Principal - Porta de entrada do Campo de Extermínio de Auschwitz – "Arbeit Macht Frei" (o trabalho liberta)

No dia 6junho1944, é desencadeada a partir de Inglaterra a operação "Overland". Americanos, ingleses e franceses, desembarcam nas praias da Normandia em cinco pontos estratégicos, cujos códigos eram os seguintes: "Utah-Beach", "Omaha-Beach", "Gold-Beach", "Juno-Beach" e "Sword-Beach". O "Dia D" foi o nome de código para o desembarque das tropas aliadas nas praias da Normandia. A Força Naval Aliada foi apoiada durante a operação de desembarque, pela Força Aérea e por Tropas Pára-quedistas que ofereceram toda a cobertura na operação.

Depois de terem cruzado o Canal da Mancha, partindo de vários portos e campos de aviação na Inglaterra, com destino à costa da Normandia, inicia-se o desembarque das tropas que tiveram que enfrentar minas, arames farpados, canhões e tiros de metralhadoras alemãs. Consumado o desembarque e a ruptura das defesas, os aliados ficaram com o caminho aberto para o coração da Europa ocupada.



Correio das tropas estacionadas em Inglaterra, antes do desembarque na Normandia. Não possuía nome nem local nem data e hora. Carta com obliteração de censura.

Após a conquista das cinco praias programadas para o desembarque, as Forças Aliadas, sob o comando do General Eisenhower, começaram a capturar os primeiros militares alemães que se renderam incondicionalmente. No dia 20 de julho, Adolf Hitler escapa de um atentado à bomba executado pelo coronel Claus von Stauffenberg, em Rastenburg, seu quartel-general na Prússia oriental.



O desembarque das tropas Aliadas nas praias da Normandia. Postal comemorativo do desembarque nas praias de Arronches. Selo e obliteração comemorativa.

No dia 15 de agosto de 1944, dez semanas depois do desembarque da Normandia foi desencadeada a "Operação Dragoon". Milhares de soldados franceses e dos Aliados, lançaram uma segunda ofensiva nas praias do sul da França efectuando o desembarque em Provença para a libertação de Toulon, Marselha, Cannes e Nice. Em menos de 15 dias, toda Provença foi libertada do domínio Alemão. Após o desembarque o Marechal De Lattre de Tassigny sobe o vale do Ródano, transpõe os rios Reno e Danúbio à frente da Primeira Armada Francesa e chega a Marselha. Estes soldados uniram-se às forças que avançavam da Normandia, o que permitiu aos aliados consolidarem suas forças antes da ofensiva final contra os ocupantes alemães. A 17 de agosto, Hitler ordenou a retirada de suas tropas do sul da França.

A 20 de agosto o marechal Philippe Pétain, que comandava o Estado francês desde julho de 1940, abandona Vichy



O desembarque nas praias de Normandia sob o comando do General Eisenhower e com o apoio incondicional da Força Aérea e das Tropas Pára-quedistas Aliadas

sob escolta alemã e dirige-se para Belfort, seguindo depois até Sigmarigen na Alemanha. Após a guerra, Pétain foi julgado e condenado a prisão perpétua no Fort-de Pierre de Levée, onde morreu em 1951.



Desembarque dos Aliados na região Provença

A 24 de agosto de 1944, os primeiros carros da 2ª Divisão Blindada, comandada pelo General Leclerc entram em Paris. No dia seguinte, o General Charles De Gaulle faz uma entrada triunfal em Paris dizendo: "Paris ultrajada! Paris destruída! Paris martirizada, mas Paris libertada!" Os Aliados reconhecem a Administração do General De Gaulle como Governo Provisório de França que é transferido da Argélia para Paris.

No dia 25 de agosto pelas 15h30, na sede da polícia, o general Dietrich Von Choltitz, comandante da guarnição alemã "Gross Paris", rejeita a ordem de Adolf Hitler para destruir a cidade e assina o documento de rendição.

Em novembro de 1944 as unidades da 2ª Divisão Blindada francesa entraram na cidade de Estrasburgo e na madrugada do dia 23, levantaram a bandeira tricolor na Catedral. Com



Obliteração comemorativa da entrada do General Leclerc em Paris, sob selo e Postal Ilustrado (Postal Máximo)



Entrada em Paris do general Charles De Gaulle



Libertação da cidade de Estrasburgo



Bolsa de resistência de Saint-Nazaire (Vinhetas de Saint-Nazaire) se-los foram emitidos pela Câmara de Comércio de Saint-Nazaire, para atenuar a falta de selos-postais no Posto de Correios locais.



Obliteração utilizada por unidades da Marinha Polaca sobre selo de exílio em Londres (Revolta de Varsóvia)



General George S. Patton e cemitério Memorial Americano situado em Hamm no Luxemburgo

os Aliados a avançarem por toda a França em direcção à Alemanha, a Libertação de Estrasburgo constituiu um feito simbólico para a reabilitação da honra das forças armadas francesas.

No seu avanço para a fronteira Alemã, os Aliados deixam para trás algumas bolsas de resistência tornadas inofensivas e que só seriam tomadas após a rendição da Alemanha. Na baía de Saint-Nazaire, em França, estava localizada uma importante Base de Submarinos da Armada Alemã. Já em maio 1942, esta Base havia sido bombardeada pelas forças Aliadas.

Segue-se a libertação do Luxemburgo pelo General George Patton. O dia 10 setembro 1944, data da libertação, é lembrado como o dia em que a capital do Grão-Ducado ficou finalmente livre da ocupação nazi, embora muitas localidades e aldeias do país ainda tenham ficado sob ocupação das tropas alemãs até ao Inverno de 1944/45. Só a 17 fevereiro 1945 o território luxemburguês ficou totalmente livre dos invasores alemães.

A 14 setembro 1944 dá-se a libertação da Bélgica pelas Forças Aliadas incluindo a "Brigada Piron" (unidade belgo-luxemburguesa que participou na Batalha da Normandia e na libertação da Bélgica e da Holanda ao lado dos exércitos Aliados). Logo após a libertação de Bruxelas, os habitantes de Marolles (bairro histórico de Bruxelas) realizaram um funeral simulado de Adolf Hitler.



Libertação da Bélgica. Convenção de Genebra relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra

Também a 14 setembro, blindados das Forças Aliadas entram na Holanda, e ajudados pelos elementos da resistência, libertam-na do jugo Alemão.

CONTRA-OFFENSIVA DOS ALIADOS

No ano seguinte em janeiro 1945 deu-se a contra-offensiva dos Aliados nas Ardenas e a ocupação de Colónia. As Forças Aliadas atravessam o rio Reno e entram em Itália, vencem a resistência alemã no Norte de Itália e tomam a cidade de Bolonha. Nesse mesmo mês o Exército soviético liberta a Polónia. A 4 abril 1945 o Governo Provisório da Hungria, sob a chefia do general Miklos, celebra o Armistício com os Aliados.

Em maio 1945, a Dinamarca é libertada das forças opressoras e torna-se de novo um País livre. No dia 14 maio 1945 é criada a República Democrática da Áustria e Karl Renner é eleito Presidente da República da Áustria.

O COMEÇO DO FIM DA GUERRA

Em abril 1945, os soviéticos cercaram a cidade de Berlim e iniciaram a conquista da capital alemã. Hitler e toda a alta cúpula nazista permaneceram escondidos no “bunker” subterrâneo, e enquanto os soviéticos entravam na capital alemã, as autoridades nazistas recomendavam Hitler a fugir, mas ele recusou essa possibilidade. O “Führerbunker” (abrigo do líder) era um complexo de salas subterrâneas que se localizava a nordeste da Chancelaria do Reich, a cinco metros de profundidade e protegido por mais quatro metros de concreto armado.

Nesse mesmo mês de abril 1945, com os Aliados romperam as últimas defesas alemãs no norte da Itália e tomaram conta da cidade. A posição de Mussolini logo se tornou insustentável. A 25 abril fugiu de Milão e tentou escapar pela fronteira com a Suíça, junto com sua amante Claretta Petacci, mas foram capturados por “partisans” (grupos de guerrilheiros) no dia 27 abril perto do Lago Como. Mussolini e Petacci foram executados a tiros na tarde seguinte, dois dias antes do suicídio de Hitler.



Libertação da Dinamarca – emissão comemorativa



Libertação da Áustria – sobrecargas comemorativas sobre selos alemães



Libertação da Holanda – emissão comemorativa

No dia 29 abril, Hitler casou-se com a sua companheira, Eva Braun. No dia 30, os soviéticos entraram no “Reichstag” e estavam a menos de 500 metros do “bunker” onde Hitler se escondia. No mesmo dia, Hitler e sua esposa suicidaram-se. Eva Braun ingeriu ácido cianídrico e Hitler matou-se com um tiro no crânio. Momentos depois, o seu corpo foi levado para a superfície e foi incendiado por guardas do “bunker”.



Libertação da Hungria – sobrecargas comemorativas

No dia 2 maio 1945, soldados da Rússia e dos Estados Unidos tomaram Berlim, dois dias depois do suicídio de Hitler. Iniciou-se o processo de rendição das tropas nazistas. Chegava ao fim a Segunda Guerra Mundial, deixando cerca de 50 milhões de mortos e 35 milhões de feridos.

A 7 maio 1945 a Alemanha capitula incondicionalmente e o acto de rendição tem lugar no salão da Escola Profissional de Reins. O Marechal De Lattre e o General alemão Alfred Jodl assinaram os termos de uma rendição incondicional. Este acto de rendição repete-se a 8 maio 1945 em Berlim, por exigência do comando soviético. O Marechal Wilhelm Keitel representando o Alto Comando da “Wehrmacht” (nome das forças combinadas do exército, marinha e força aérea do Terceiro Reich) assina a rendição incondicional do Terceiro Reich diante das forças aliadas. Era o fim da Segunda Guerra Mundial na Europa, cinco anos e meio após seu início.

CORRESPONDÊNCIA DE PRISIONAIROS DE GUERRA

Os países vencedores levaram oficiais nazistas a julgamento no Tribunal de Nuremberga, criado para esse fim, sob acusação de crimes contra a humanidade. Outra consequên-



Correspondência de Prisioneiro de Guerra Alemão, detido em Inglaterra. Carta Inteira com censura inglesa, devolvida ao expedidor com carimbo informativo (não foi entregue no destino por causa do avanço das Forças Aliadas na Alemanha)



Fórmula de Telegrama utilizado pelas forças dos Estados Unidos estacionadas em França, após o desembarque na Normandia - Obliteação da "Central Radio de Paris" do dia 22 de fevereiro de 1945. Este destacamento permaneceu em França até ao dia 2 de maio de 1945.



Assinatura do Acto de Rendição em Berlim a 8 de maio de 1945 – Postal lusitano comemorativo



Mussolini e Hitler



Adolf Hitler

cia da guerra foi a criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objectivo é mediar conflitos entre países a fim de evitar novas guerras.



Pátio da Chancelaria do Reich

Carta Triangular desdobrável, usada na União Soviética, durante a II Guerra Mundial. Pretendia-se ao dobrar assim o papel, facilitar o trabalho da censura, em não ter que abrir o envelope, bastando para tal desdobrar a carta. Terminada a Guerra, foram muitos os prisioneiros de guerra que ficaram detidos pelos diferentes países por onde foram passando durante o conflito.

O CASTIGO DOS COLABORADORES

Internado político (colaborador), internado no Campo de Concentração de "Alatri-Frosinone". Carta enviada por Mário Kolendor, da prisão de Fraschette, para o Comité Internacional da Cruz Vermelha em Roma.

Prisão Militar de Gaeta, Itália, onde esteve encarcerado o Major Walter Reder, o criminoso de guerra, condenado



Carta de prisioneiro de guerra, enviada de Modena/Itália, para o Comité da Cruz Vermelha em Genebra a 28 de agosto de 1946



Carta triangular enviada da União Soviética para um soldado polaco. Obliteação de censura em caracteres cirílicos (12 de março de 1946)



a prisão perpétua, por crimes cometidos contra a Humanidade. Ficou conhecido por "o carniceiro de Marzabotto". Walter Reder foi um comandante da SS austríaco e sob o seu comando as tropas Alemãs, cometeram o massacre de Marzabotto. Foi um crime de guerra que consistiu no assassinio em massa de setecentos e setenta civis da comuna italiana de Marzabotto, entre 29setembro e 5outubro1944, como represália pelo apoio dos partidários à resistência italiana.

Correspondência de prisioneiro alemão, internado na União Soviética. Isento de Franquia Postal (28dezembro1946)



Obliteração e fecho de censura do Campo de Concentração de "Frechete". Obliteração de "Alatri" (29outubro1947)



Carta enviada ao Major Walter Reder. Correio de prisioneiro de guerra (porte gratuito) Carimbo de chegada a Gaeta (12julho1974)

100 ANOS DE MISSÕES LAICAS EM ÁFRICA

Pedro Marçal Vaz Pereira

Estávamos em Abril de 1920, quando o projecto republicano das Missões Laicas partiu para África.

Em 1794 tinha sido construído em Cernache do Bonjardim, por ordem do futuro rei D. João VI, ao tempo regente do reino e por solicitação de Manuel Joaquim da Silva, bispo de Adrianópolis, um seminário com o fim de educar jovens, para que estes seguissem a vida eclesiástica.

Concluído o edifício, foi ocupado pelos Padres da Congregação de S. Vicente de Paula, a quem pertenceu a primeira direcção deste novo seminário.

Com a vitória das forças liberais, sobre as forças absolutistas de D. Miguel, a Igreja Portuguesa deixou de ter a protecção, que tinha gozado com o absolutismo de D. Miguel.

Os Liberais não rejeitaram a Igreja Católica, e mantiveram-na como a única oficial do país.



Os timbres das Missões Laicas em Angola e Moçambique.

Contudo já não permitiam as interferências da Igreja Católica nos assuntos de Estado, como esta estava habituada a fazê-lo.

Era na realidade característico da Igreja, acolitar-se ao poder absoluto e cooperar com este.

Em 1834 as congregações foram expulsas de Portugal, por Joaquim António de Aguiar, logo designado pela Igreja de "mata frades", acabando-se de vez com a interferência das congregações, na educação e na sociedade portuguesa.



Alves Carneiro o chefe da Missão Cinco de Outubro, que partiu há 100 anos para Angola.

Em 1834 foi então encerrado o seminário de Cernache do Bonjardim, o qual se manteria assim até 1855, altura em que viria a ser reaberto e acolheria as Missões da China, que se encontravam sediadas no Bombarral num pequeno edifício, onde estavam cerca de 12 jovens. Este seminário tinha sido criado em 21 de Maio de 1844.

Consideravam as forças políticas portuguesas, que era absolutamente necessário reforçar a nossa força missionária em África e no Oriente, com o fim de garantir a posse dos

nossos vastos territórios ultramarinos.

Mais se acentuou esta necessidade, depois do Congresso de Berlim realizado durante 4 meses naquela cidade, em 1884 e 1885. Aí seria acordado entre as nações coloniais, a livre circulação de missões nos territórios de África, sendo aquelas obrigadas a abrir os seus domínios a todas as missões de qualquer país, que aí se quisessem instalar.



Álvaro Caetano de Oliveira, que em Abril de 1920 partiu para Angola como chefe da Missão Cândido dos Reis.

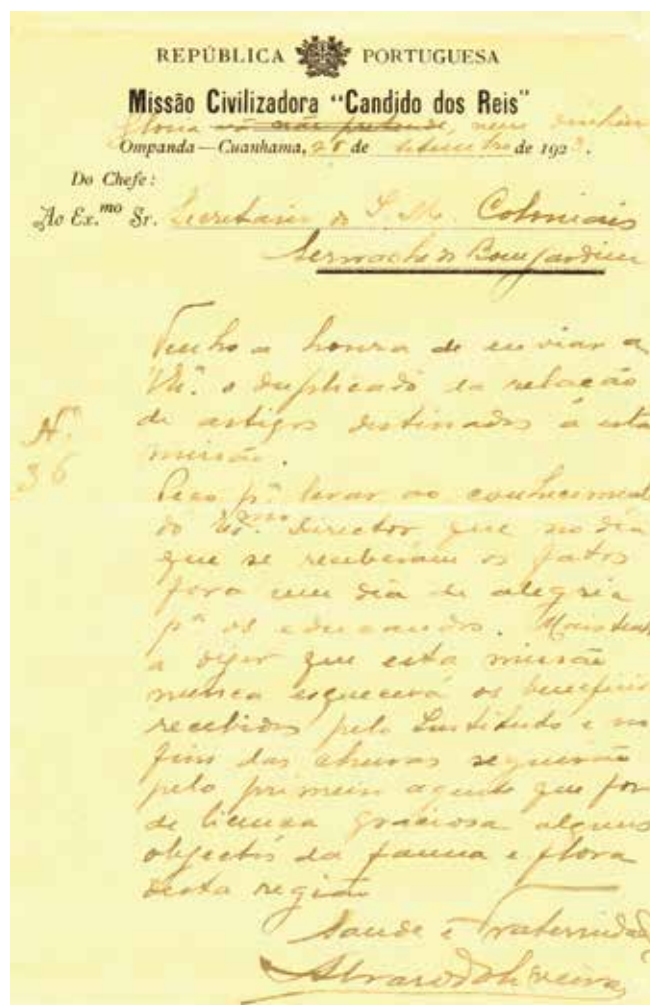


António José de Almeida era o Presidente da República, quando há 100 anos as Missões Laicas partiram para África. Antes da sua partida recebeu o pessoal das duas missões, que se foram despedir dele.

As instalações do antigo Seminário de Cernache do Bonjardim, seriam por ordem do governo entregues em 15 de Setembro de 1855 ao Real Colégio de Missões de S. José do Bombarral, do qual era superior o Padre Luís Natividade.

Aí seria criado e instalado o Real Instituto de Missões Ultramarinas, que tinha como finalidade a de educar e formar missionários católicos, para os nossos vastos domínios coloniais.

Depois de muitas obras reformadoras do edifício, este abriria oficialmente a 8 de Dezembro de 1855.



Carta da Missão Civilizadora Cândido dos Reis.

De 1855 a 1910, o Real Colégio de Missões ordenou 311 padres, o que dava uma média por ano de 5 padres, número considerado completamente insuficiente para ocupar e missionar os nossos vastos territórios ultramarinos.

Porém a situação era ainda mais grave, quando os padres ordenados, optavam por ir para o conforto das paróquias, em vez de seguirem para África, para aí formarem missões e educar os indígenas.

Deslocavam-se preferencialmente para a Ásia, onde já existia uma civilização evoluída e paróquias e seminários em abundância e excelentemente bem situados.

Saiam de Cernache do Bonjardim e seguiam para a Ásia, via Cádiz, Barcelona, Canal do Suez e finalmente aportavam a um porto daquele Continente, onde existiam as tais paróquias e confortos, que eles tanto apreciavam, como Macau, Malaca, Taipa, Damão, Cochim ou Singapura.

A situação era tão grave e preocupante, que o bispo António Barroso faz em 1889, uma notável comunicação na Sociedade de Geografia de Lisboa, sobre a desgraçada situação do movimento missionário português em África, onde ficava bem clara a sua inutilidade e falência.

Transcrevo aqui partes do livro sobre as Missões Laicas em África na 1ª República em Portugal, onde António Barroso, em 1889, 33 anos após a fundação do Colégio de Missões, constatava a desorganização e ineficiência das nossas missões:



Pessoal da Missão Camões, que seguiu em 1922 para Moçambique.



Pessoal da Missão Lusíadas estabelecida em Angola.

"Contudo o Bispo António Barroso, um dos maiores vultos portugueses das missões católicas em África, no seu livro O Congo, Seu Passado, Presente e Futuro, publicado em 1889, e que consistia na sua comunicação feita na Sociedade de Geografia de Lisboa, é o primeiro a reconhecer a problemática da escassez da formação de missionários quando diz:

Nos últimos dez anos temos feito mais em benefício das colónias do que tínhamos feito durante um século. A necessidade das missões



Pessoal da Missão República em Angola.

religiosas impõe-se; adiar a sua organização é prejudicar-nos voluntariamente. Não temos pessoal; é urgente formá-lo.

E dizia ainda:

A organização das missões daquela época deixava muito a desejar, como ainda hoje acontece a todas as (missões) que lutam com falta de pessoal. Refiro-me à falta do elemento feminino na educação da mulher indígena. Por mais zelo que o missionário empregue na educação da preta nunca conseguirá o que consegue a irmã educadora.

Esta resumida resenha dos trabalhos missionários no Congo e especialmente em S. Salvador, trabalhos suportados com heróica coragem, mostra-nos que eles não alcançaram recompensa condigna.

O cristianismo não penetrou fundo, passou como as chuvas torrenciais, que apenas humedecem a primeira camada, deixando o subsolo ressequido e estéril.

É duro confessá-lo, mas é verdade: o cristianismo não assimilou o indígena e deixou apenas tradições da sua passagem entre as populações do Congo.

Missão Laica Nuno Álvares

Balancete referido ao ano económico 1923-1924

<i>Receita</i>	<i>Importância</i>	<i>Despesa</i>	<i>Importância</i>
<i>Recolido da Tesouraria de Freguesia para custos de des- pesas de instalação-----</i>	<i>5 000,00</i>	<i>Despensas com folhas de sa- larias a pessoal-----</i>	<i>3 192,45</i>
<i>Subscrição de concertos aportuados na officina de sapataria-----</i>	<i>270,50</i>	<i>Idem, com a compra de rija- dos de vestimenta-----</i>	<i>180,70</i>
		<i>Idem, com a compra de al- luras agrícolas-----</i>	<i>670,00</i>
		<i>Saldo a crédito em trans- curso de pagamento-----</i>	<i>3 911,35</i>
<i>Soma-----</i>	<i>5 270,50</i>	<i>Soma-----</i>	<i>5 024,50</i>

Missão Laica Nuno Álvares
Laudação 30 de Junho de 1924

O Chefe da Missão
António Gonçalves
Agente de Contas

Balancete da Missão Nuno Álvares estabelecida em Angola.

A organização das missões daquela época deixavam muito a desejar. Como ainda hoje acontece a todas as que lutam com falta de pessoal. Refiro-me á falta do elemento feminino para a educação da mulher indígena. Por mais zelo que o missionário empregue na educação da preta nunca conseguirá o que consegue a mulher educadora.

Mas ainda não é tudo: as novas missões precisam dum novo elemento; necessitam do irmão leigo lavrador e do artista!

As missões sem o seu trabalho não podem dar resultado; o missionário isolado e só, na África, pouco pode fazer de bom. Morre de nostalgia e aborrecimento: o preto que foi ouvir a sua catequese, mas que não compreendeu as verdades que lhe são reveladas, vem um dia, por curiosidade, mas não volta.

No fim de dez anos de catequese, por este sistema, está tão selvagem como no primeiro dia! "

Era assim que o Bispo Barroso via as nossas missões em África, e que aqui abordo de forma muito reduzida.

Para comprovar isto Paul Schebesta, missionário da Congregação do Verbo Divino, e estando em Moçambique em 1911, escreve no seu livro *Portugal: A Missão da Conquista no Sudoeste de África*, que um dos problemas do Instituto de Cernache era que não formava

missionários, mas sim "párocos ou administradores de institutos eclesiásticos". Chamava-lhes *padres missionários* e era de opinião, que o número que aí se formava, não era de modo algum suficiente para o enorme Padroado português.

Escreve ainda este missionário que: *Portugal, que, noutros tempos, espalhou os nossos apóstolos por todo o mundo, não consegue, actualmente, satisfazer sequer as suas colónias com número suficiente de padres.*

A Monarquia e as suas autoridades e depois a República, tinham plena consciência que o nosso único colégio de missões não formava missionários e mesmo que o fizesse, estes eram em reduzidíssimo número, que de modo algum chegavam para ocupar e missionar os nossos vastíssimos territórios coloniais.

Assim a República tinha que assumir as suas responsabilidades e fê-lo.

Na lei da Separação da Igreja do Estado de Abril de 1911, o artigo 189º expressava o seguinte:

Artigo 189º

É autorizado o Governo a reformar os serviços do Colégio das missões ultramarinas, de modo que a propaganda civilizadora nas colónias portuguesas, que haja de ser ainda feita por ministros da religião, se confie exclusivamente ao clero secular português, especialmente preparado para esse fim em institutos do Estado.



O primeiro grupo de missionários enviados para Angola em Abril de 1920. Integravam as Missões Laicas Cinco de Outubro e Cândido dos Reis. Repare-se na presença do elemento feminino.

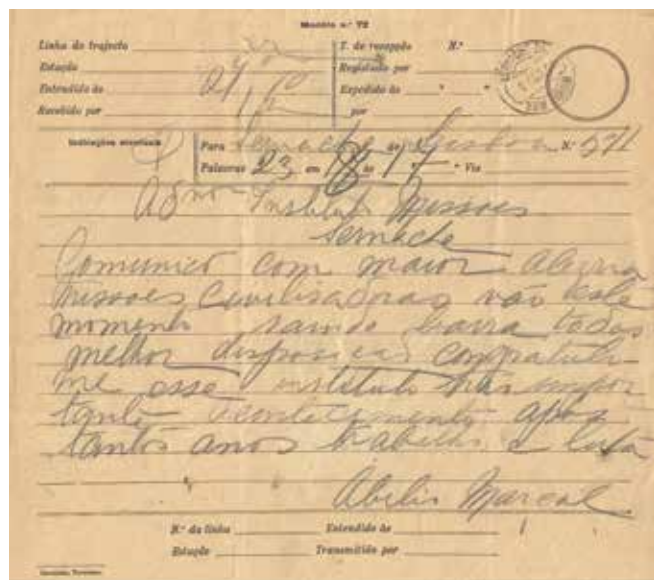
Por aqui se pode constatar, que o assunto missões estava na agenda política dos republicanos e preocupava-os. Não surgiu de repente, mas era uma matéria nacional, que



Pessoal da Missão Capelo Ivens estabelecida em Angola.

já tinha também preocupado as autoridades monárquicas e cuja agenda política já vinha detrás.

Abílio Marçal, destacado membro do Partido Republicano Português, seria o grande mentor da reforma do colégio de Missões Coloniais de Cernache do Bonjardim.



Telegrama datado de 8 de Abril de 1920, enviado pelo Dr. Abílio Marçal, para o Colégio de Missões, em Cernache do Bonjardim, comunicando a saída das duas primeiras Missões Laicas para Angola.

Empenhado em não deixar sair da sua terra o Colégio de Missões, importante estabelecimento de ensino para aquela região, seria a alma republicana que comandaria a política republicana para as missões e caber-lhe-ia propor a reforma do colégio.

Manuela Caetano de Oliveira foi a primeira mulher, missionária laica, a seguir para Angola, integrando a missão Cândido dos Reis.



A ideologia republicana assentava no ensino do indígena e nada na evangelização.

Vejamos então alguns conceitos políticos, que os homens do PRP e em especial Abílio Marçal tinham para de vez reformarem o colégio e acabarem com as ineficazes missões religiosas:

As nossas novas missões devem ter uma orientação moderna e função bem diversa da que tem tido até hoje. Devem não só ser elementos de civilização e educação das raças africanas, levar a essas sociedades embrionárias e primitivas os benefícios da nossa civilização, elevando-as e derrubando-lhes os preconceitos: criar nela uma família nova, ensinando-lhes a nossa língua, revelando-lhes as nossas glórias e impondo-lhes os nossos costumes e as nossas instituições: mas também, e não menos intensamente, devem ser missões de ocupação efectiva e de exploração das riquezas da terra, pela indústria, pela agricultura, por todos os meios, enfim, de trabalho, sem exceptuarmos a especulação mercantil.



Uma escola de ofícios na Missão Duarte Pacheco Pereira em Angola.

As nossas missões devem ser constituídas por grupos de indivíduos com aptidões várias, fundando colónias agrícolas e industriais, centros de expansão e núcleos de futuras povoações, e em volta delas os necessários e convenientes postos de missão, subordinados à colónia. Esses indivíduos, que às raças africanas ministrarão o ensino literário e o profissional por forma útil e prática, devem ir habilitados a construir habitações, montar oficinas e enfermarias, abrir caminhos, lançar linhas telegráficas, levantar plantas e sonhar e explorar a terra: (1) a fazerem enfim, uma ocupação efectiva e lucrativa, iniciando uma civilização gloriosa para a sua pátria e para a humanidade.



Notável documento do percurso, para se chegar à Missão Capelo Ivens, em Angola.

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Distrito de *Lourenço Marques*

Mapa estatístico dos anos lectivos de 1918-1919-1920 da escola *escola de ensino primário de Lourenço Marques* Curso *Diurno*

Ano lectivo	Freguesia		Total	Escolas					Alunos matriculados em cada classe			Exames		Presença		
	Urbanas	Rurais		Escolas	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	
1918	15	21	36	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1919	21	25	46	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1920	25	30	55	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Nota: Escola de ensino primário de Lourenço Marques, 6 de Fevereiro de 1920. N.º de alunos de 1920: 1920 = 55, 1919 = 46, 1918 = 36.

Professor e chefe de missão
Luís Lopes Pinto

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Distrito *Tubanculo*

Mapa estatístico da frequência e aproveitamento da escola *escola de ensino primário de Tubanculo* Curso *Diurno* no mês de *Dezembro* de 19 *22*

Situação da escola	Município da escola	Freguesia	Escola	Escolas	Alunos	Presença			
						Categoria	Nome	Idade	Observação
Escola de ensino primário	Alameda da escola	Município de Tubanculo	Escola de ensino primário	1	1				

Movimento de classes

Transitaram de 1.ª para 2.ª classe *12*

Finaram existindo na 1.ª classe *12*

da 2.ª para a 3.ª *12*

da 3.ª para a 4.ª *12*

em 31 de Dezembro de 19 *22*

Estabelecimento de ensino *escola de ensino primário de Tubanculo*

Professor *António José Augusto*

Mapas escolares das missões Pátria e Miguel Bombarda.

As novas missões devem ter um carácter confiadamente nacional e eminentemente educador: o moderno missionário não pode ser somente o sacerdote duma crença espiritual, mas o verdadeiro ministro da religião do trabalho e do progresso.

A transformação política do país atingira em cheio a nossa organização missionária, toda ela de construção religiosa. Eram em verdade organismos inconsistentes e incapazes duma acção civilizadora progressiva e prática. A própria organização deste Instituto era um anacronismo.



Casa da Missão Cinco de Outubro na Pamba.



Sobrescrito da Missão Lusíadas.

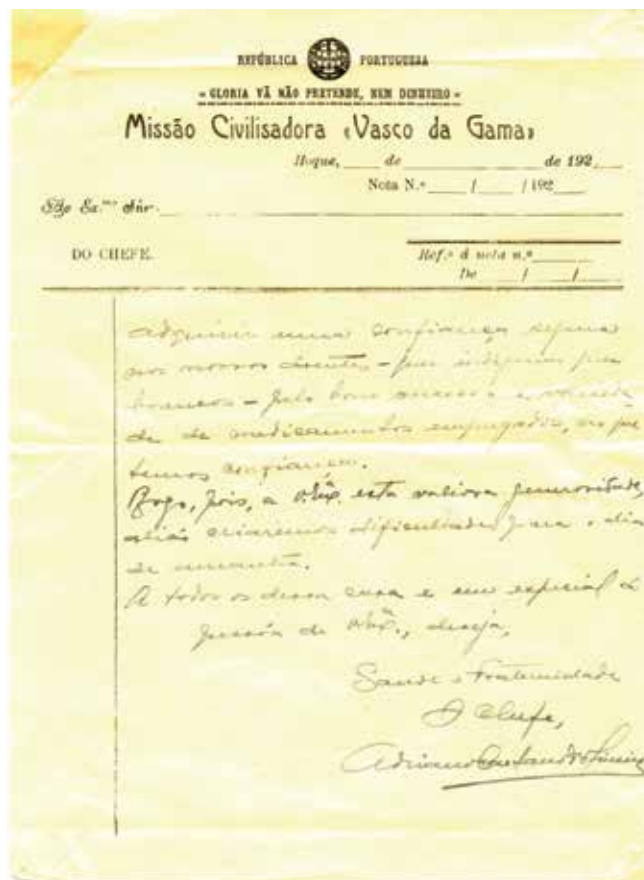


Sobrescrito da Missão Portugal.

As missões têm um duplo encargo – civilizar e nacionalizar – sem deixar nunca de ponderar, e com muita atenção as resoluções da Conferência de Berlim de 1885 e da Convenção de Bruxelas de 1890 e mais recentemente as da Conferência de Paz, todas elas com aspectos graves e bem embaraçosos para nós.

Se é má e demanda uma imediata reforma a organização do nosso serviço de missões, não melhor e talvez mais caótica é ainda a situação do único instituto de missões que possuímos.

“O país não é já o reino fidelíssimo, tributário do Vaticano, feudo de Jesuítas. É uma República que em matéria de religião decretou a mais completa neutralidade..... . E eu não vejo que ordem de razões ou que necessidades obriguem o Estado a quebrar essa independência e entregar à Igreja a organização das suas Missões.!”

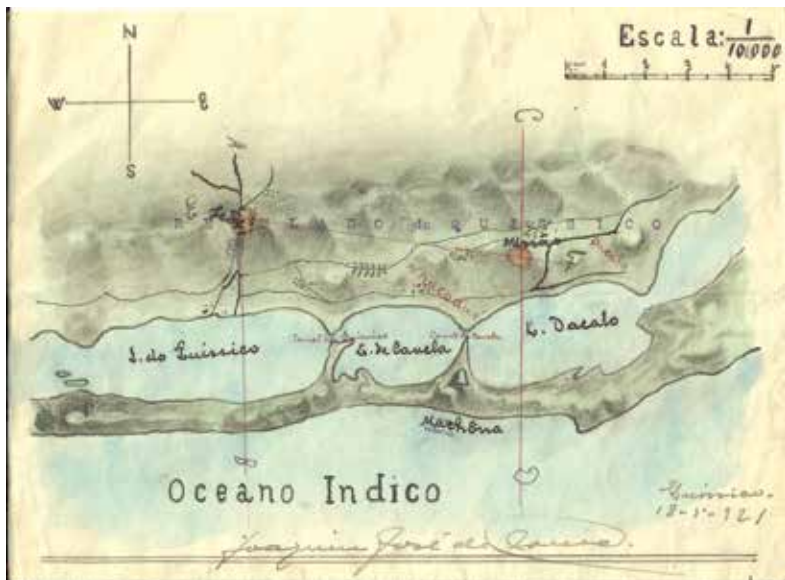


Papel da Missão Vasco da Gama.

Assim é constituída em 1912 uma Comissão para a Reforma do Real Instituto de Missões Ultramarinas, vulgo colégio de missões.

Em 22 de Novembro de 1913 pelo Decreto 233, são criadas as Missões Civilizadoras ou Laicas, que no seu artigo 19º dizia o seguinte:

Art. 19.º É autorizada nas províncias da Guiné, Angola, Moçambique e Timor, a criação de missões civilizadoras, compostas só por leigos e que, além dos fins expressos nos artigos 16.º a 18.º, desempenhem ainda na medida dos seus recursos os serviços



Mapa feito em aguarela da localização da Missão Pátria.



Abílio Marçal, destacado membro do Partido Republicano Português, seria o grande mentor da reforma do colégio de Missões Coloniais de Cernache do Bonjardim.



Sobrescrito da Missão República, estabelecida em Angola.



Sobrescrito isento de franquia, ao abrigo do Decreto 3352 de 8 de Setembro de 1917-



Abílio Marçal ao centro nesta fotografia, com elementos da Missão Miguel Bombarda de Moçambique. Para além de Director do Instituto de Missões Coloniais, foi igualmente um ilustre político da 1ª República, onde ocupou o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, precisamente em 1920.

enumerados no *artigo 2.º do decreto de 18 de Agosto de 1881, com absoluta exclusão de qualquer ensino ou propaganda de carácter religioso.

Depois de muito trabalho a reforma é aprovada em 9 de Setembro de 1917, tendo tido muitos apoiantes donde se destacam Norton de Matos, João Soares, Afonso Costa, António José de Almeida, Brito Camacho e muitos outros.



Bilhete-Postal isento de franquia, ao abrigo do Decreto 3352 de 8 de Setembro de 1917.

É criado então o Instituto de Missões Coloniais, para cuja Direcção seria mantido o Dr. Abílio Marçal.

Aqui eram ministradas aos alunos um conjunto de cadeiras, todas elas direccionadas para a actividade educadora, que se pretendia ministrar ao indígenas em África.

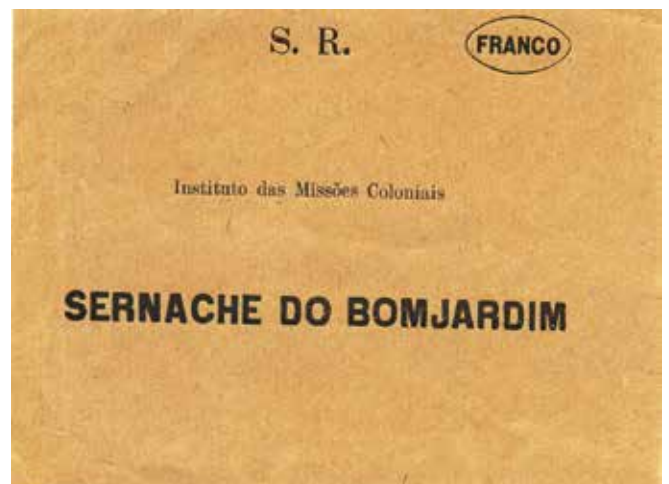
Além de inovadoras, na sua forma e método, as Missões Laicas passaram a integrar mulheres, que eram igual-



Bilhete-Postal com a imagem do Instituto de Missões Coloniais no tempo da 1ª República, onde já não aparece o campanário.



Rara cinta circulada em 8 de Agosto de 1916, isenta de franquia e com S.R. do serviço de República. Nesta altura ainda se designava por Instituto de Missões Ultramarinas, tendo mudado o seu nome, só em Setembro de 1917.



Cintas isentas de franquia do já Instituto de Missões Coloniais, vulgo Missões Laicas.

mente educadas no Instituto de Missões Ultramarinas de Cernache do Bonjardim.

O curso era de 3 anos. Esta foi a razão, porque estando a reforma publicada em Setembro de 1917, só seguiriam para Angola as primeiras Missões Laicas para África em Abril de 1920, precisamente há 100 anos.

Foram então enviadas para Angola, as missões Cândido dos Reis e Cinco de Outubro.

Mais tarde seguiriam para Angola as missões Óscar Torres, Vasco da Gama, Duarte Pacheco, Capelo Ivens, Nuno Álvares, Lusíadas e 1º de Dezembro.



Vários tipos de sobrescritos usados pelo Instituto de Missões Coloniais.

Para Moçambique saíam a partir de 1922, as missões Miguel Bombarda, Pátria, Camões e República.

Em Angola seriam formadas poucas sucursais, mas em Moçambique foram fundadas muitas.



Telegrama expedido em 2 de Março de 1922, pela Missão Miguel Bombarda. Nesta altura as missões já estavam isentas do pagamento de taxas alfandegárias.

Em 6 anos o Instituto de Missões Coloniais, agora uma prestigiada instituição laica republicana, enviou para Angola e Moçambique, entre agentes civilizadores e auxiliares 138 mulheres e homens. Tal correspondia a uma média de 23 agentes por ano.

Fundou ainda em Angola e Moçambique 32 missões e sucursais.

Se compararmos com o número de 5 a 6 missionários/padres religiosos, que o Colégio de Missões Ultramarinas, enquanto instituto católico, tinha formado por ano, em 55 anos de actividade, e a quase total ausência de missões em Angola e a total ausência de missões em Moçambique, poderemos constatar o enorme falhanço dos padres e da política do Colégio de Missões de Cernache do Bonjardim, o que comprova a sua total inércia, incompetência e incapacidade.

Em termos de História Postal, a correspondência do Colégio no tempo da 1ª República, era expedida isenta de franquia, pelo Decreto 3352 de 8 de Setembro de 1917.

Contudo a correspondência das colónias para o Instituto de Missões Coloniais, não era isenta de franquia. Apenas os telegramas a partir de 1922, passaram a estar isentos.

Assim foram impressos sobrescritos, bilhetes-postais e cintas, que seriam usados na correspondência do Colégio de Missões.

Em 2013 os Correios de Portugal emitiram uma bonita série de 2 selos e um bloco dedicado aos 100 anos da criação das Missões Laicas.

Muito mais haveria para se escrever sobre Missões Laicas, mas não é o tempo, nem o modo para o fazer.

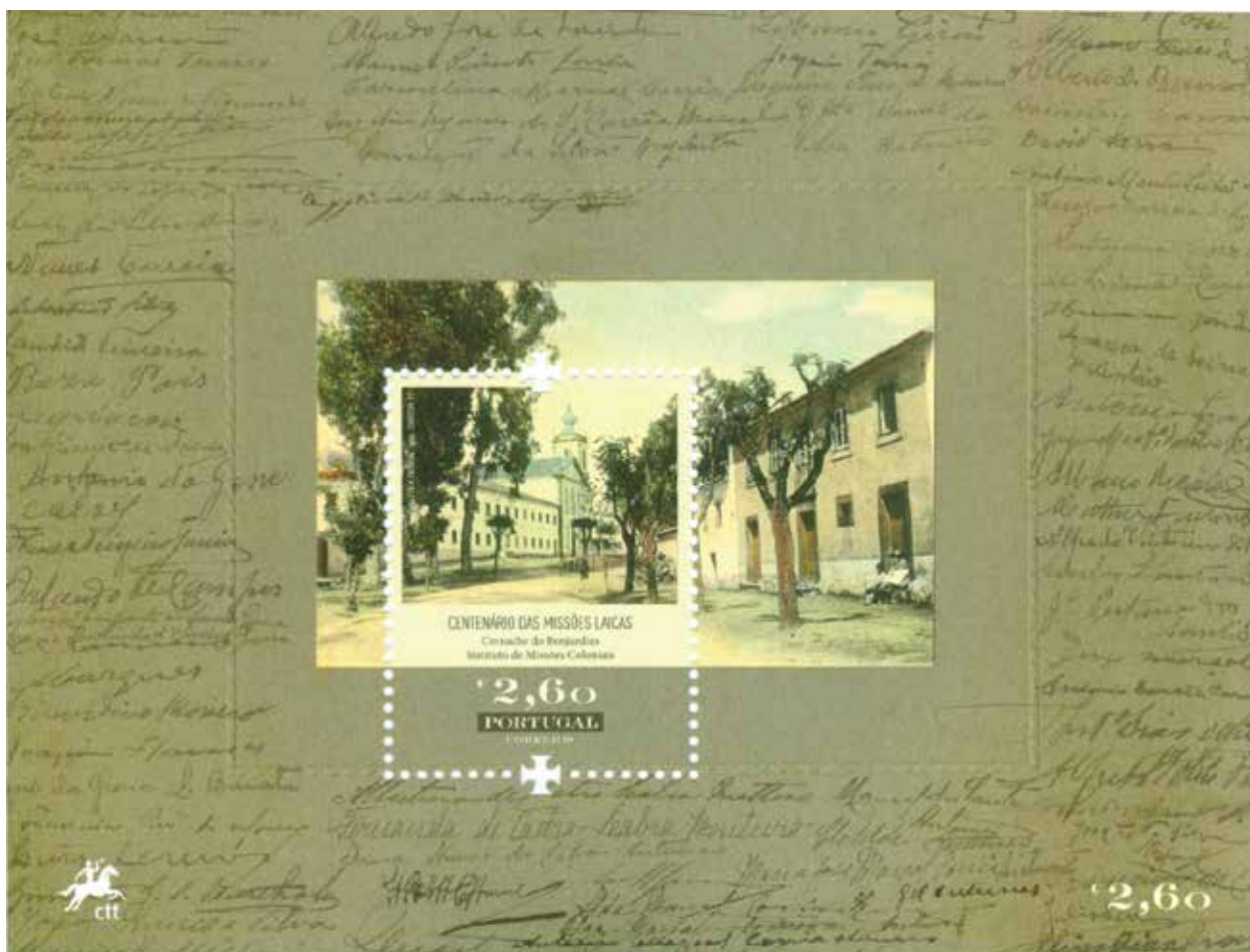
Durariam 6 anos, sendo extintas em Dezembro de 1926, depois da implantação da ditadura, com a qual a Igreja tão bem se deu.

O seu tempo de vida foi curto, muito curto para terem tempo de desenvolver o seu projecto como pretendia Norton de Matos em Angola.

Contudo nos seus 6 anos de vida civilizaram mais que a Igreja em 300!



A bonita série de selos emitida pelos Correios de Portugal em 2013, comemorativa dos 100 anos da criação das missões civilizadoras, vulgo laicas.



O excelente bloco emitido pelos Correios de Portugal, com o edifício barroco do Instituto de Missões Coloniais de Cernache do Bonjardim e onde está a assinatura de todos os participantes da festa, que decorreu no dia 27 de Setembro de 1917, para comemorar a reforma do Colégio de Missões.

PROVISIONAL MARKS??

Marcas Provisórias?

Nem pouco mais ou menos!!

Pedro Marçal Vaz Pereira

Tenho encontrado muitas confusões nos filatelistas portugueses, sobre as marcas, que passaram a ser usadas nos correios portugueses a partir de 1878.

Nesta confusão inclui-se também, o único catálogo de selos portugueses, que é publicado.

Começa logo na sua página 17, a indicar “*PERÍODO de 1869 a 1878*”, como se tal período alguma vez tivesse existido.

Depois e para baralhar mais, escreve na página 19 o seguinte:

“Período posterior a 1878

Em 1878 determinaram os Correios que se abandonasse o sistema de obliterar os selos com um carimbo numérico e as cartas com outro datado ou nominal, indicativo da estação de procedência. Reduziam-se assim aquelas duas operações a uma única. Porém enquanto não começaram a ser distribuídos os novos carimbos, de 1878 a 1880 aproximadamente, muitas estações usaram entretanto outras marcas que já possuíam, entre as quais destacamos as nominais (fig 9) as telegráficas (fig 10) as ovais datadas (fig 11) e as de registo (fig 12).

Bom, vamos então esclarecer o que está escrito neste texto, que é meia verdade.

1 – Não existe qualquer período de 1869 a 1878. Existe um período de 1869 a 1880, ou seja a 2ª Reforma Postal.

2 – Depois os correios não determinaram qualquer abandono, fizeram uma sugestão para que se passasse a seguir um procedimento diferente, ou seja, seria apenas usada uma única marca para obliterar os selos.

3 – Nessa altura a grande maioria dos correios, optaram por usar uma marca nominativa, que já usavam há muito tempo. Alguns correios resolveram usar uma outra marca nominativa, mais antiga e que já tinha sido usada naquele correio.

4 – Mas tudo isto era facultativo, já que cada correio faria o que muito bem entendesse e houve alguns, que continuaram a usar o velho método de dois carimbos.

5 – Escrever-se no catálogo, que tal foi feito “**enquanto não começaram a ser distribuídos os novos carimbos, de 1878 a 1880 aproximadamente**” é na realidade uma conclusão errada, porque pura e simplesmente não existiram novos carimbos, pelo que nunca podiam ter sido distribuídos!!!

6 – Com a 3ª Reforma Postal, a partir de 1880, foi criado um enorme conjunto de novas estações postais e a sua grande maioria prosseguiu o que já era feito, ou seja criou novos carimbos nominativos não datados, com que passou a obliterar os selos.

7 – A partir de 1880 existiam já alguns correios, que dispunham de carimbos datados, embora o seu uso se tivesse generalizado a quase todos os correios a partir de 1893, como assinala e bem, o livro de David Gordon.

8 – Assim nunca existiram marcas provisórias, como erradamente alguns filatelistas ainda pensam.

9 – Mas escreve-se ainda no catálogo, que foram usadas marcas: “*destacamos as nominais (fig 9) as telegráficas (fig 10) as ovais datadas (fig 11) e as de registo (fig 12).*”

As nominais claro que sim e como atrás escrevi, foram criadas muitas outras usadas pelas novas estações de correio, criadas com a Reforma Postal de 1880.

Contudo muitos correios continuaram a usar na 3ª Reforma Postal, ou seja a partir de 1880, as mesmas marcas que usaram na 1ª e 2ª Reformas Postais.

Depois com a junção das 3 direcções, foi criada a Direcção Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis.

Muitas estações de correio passaram a ter serviço de telégrafo e estavam encarregues do seu funcionamento, daí termos tido 5 classes de estações postais, onde o movimento telegráfico era importante para a sua classificação.

10 – Assiste-se então a uma certa anarquia, onde as marcas telegráficas obliteravam as cartas e as marcas nominativas não datadas, eram apostas nos telegramas.

Carimbos de registo a obliterar selos são raros, mas existem, não podendo ser consideradas marcas provisórias, mas apenas um uso indevido, já que esses correios tinham as marcas nominativas, regularmente usadas.

Contudo nunca vi até hoje uma carta circulada cujo selo esteja a ser obliterado com o carimbo de registo. Selos avulso sim e muito poucos!

Mas isto tudo começou quando o inglês David Gordon escreveu em 1985, um livro sobre as marcas, que se usaram a partir de 1878, nos correios em Portugal e Ilhas e resolveu chamar-lhe **PROVISIONAL TOWN POSTMARKS OF PORTUGAL 1879-1912**.

David Gordon entendeu, que seriam marcas provisórias, ou mesmo de recurso, usadas naquele período, mas não se apercebeu, que estas marcas foram usadas muito para além

de 1880. Não se apercebeu que foi apenas em 1893, que se generalizou o uso das marcas nominativas datadas.

Ora nessa altura não havia ainda um estudo feito a respeito dessas marcas e muito menos sobre as marcas postais do Período Adesivo.

Os filatelistas portugueses estavam focados no período pré-adesivo, julgando-o o mais importante da História Postal Portuguesa, não se apercebendo, que em termos de raridade e dificuldade, o Período Adesivo é muito mais difícil, do que o seu antecessor.

Assim tomaram como boa, a informação daquele livro, que será excelente se se cortar a palavra **PROVISIONAL** ou provisória e se passar a designar por **MARCAS POSTAIS USADAS A PARTIR DE 1878**.

Mesmo assim irão descobrir, que muitas destas são as mesmas que já eram usadas, só que agora são as nominativas não datadas, que passaram a obliterar os selos, numa única operação.

David Gordon escreveu depois deste livro, um outro excelente trabalho sobre marcas nominativas datadas, a que deu o nome de: **CIRCULAR DATESTAMPS OF PORTUGAL 1880-1912**

Mas vamos então esclarecer ainda mais.

No Período Adesivo, até 1878, tinha-se seguido em parte o mesmo sistema, que no Período Pré-adesivo. Nas cartas era aposta uma marca com o nome da terra donde a carta era expedida e o selo era obliterado com um carimbo de barras. Veja-se a carta com o carimbo de **ALCOBAÇA** que se publica.

No início de 1878, Guilhermino de Barros, Sub-Inspector dos Correios, envia a todos os correios do país, a sugestão de se passar a usar apenas uma única marca, para se obliterar os selos da correspondência.

Então quase todos, optaram por usar a marca nominativa não datada, para obliterar os selos e aboliram o uso da marca numérica de barras.

Veja-se os exemplos que publico de Aveiro e Ovar, tudo as mesmas marcas usadas entre 1878 e após 1880.

Tal deve-se à vontade destes correios usarem agora uma marca diferente, daquela que estavam a usar, **não sendo esta de forma alguma provisória, como veremos, ou mesmo porque se estava à espera do fornecimento de outras marcas. Isto não aconteceu como veremos nos exemplos que darei mais à frente.**

Mas o primeiro dado errado do livro de David Gordon, é quando escreve, que as marcas nominativas começaram a ser usadas para obliterar os selos em 1879, quando na realidade o foram logo a partir de 1878.

Veja-se a gravura que publico da carta de Santa Combação, expedida em 12 de Maio de 1878.

Depois confunde-se, ao considerar provisórias as marcas nominativas não datadas, usadas pelas novas estações de correio, criadas pela Reforma Postal de 1880.

Vejam-se os muitos selos, que publico de variadíssimos correios, a obliterar os selos na 3ª Reforma Postal. Temos aqui correios como Alcorochel, que só existiram na 3ª Reforma Postal e aí está a marca nominativa a obliterar o selo ou Arco de Baúlhe, que foi uma delegação de correio na 2ª Reforma e aqui aparece na 3ª Reforma Postal com uma marca nominativa a obliterar o selo ou ainda Caneças, que sendo na 2ª Reforma uma distribuição de Correio, aparece agora com uma marca nominativa a obliterar os selos.

Mas se repararmos nestes selos que publico, constata-se que muitos correios da 1ª e 2ª Reformas Postais continuaram a usar, após 1880, as marcas nominativas para os obliterar.

Logo nunca estas marcas poderiam ser alguma vez provisórias e muito menos de 1878 a 1893. Ora 15 anos de marcas provisórias só uma fértil imaginação poderá aceitar!

Ora se David Gordon tivesse escrito primeiro o seu livro de marcas nominativas datadas (**CIRCULAR DATESTAMPS OF PORTUGAL 1880-1912**) teria reparado antecipadamente, que estas só se generalizam a partir de 1893, ano em que 93 estações de correio, as passaram a usar. Até aqui e de forma geral os selos nas estações de correio, eram obliterados com marcas nominativas não datadas.

Este dado é escrito por David Gordon no seu livro, já que antes de 1893 assinala apenas meia dúzia de marcas nominativas datadas, que obliterariam a correspondência.

Ora de 1878 a 1893 há uma diferença de 15 anos, durante os quais, conforme atrás escrevi, jamais se poderá considerar, que foram usadas marcas provisórias!!! Assim teríamos 15 anos de marcas provisórias, o que é absolutamente impossível.

Temos que concluir, que em Fevereiro de 1878, a grande maioria dos correios existentes naquela data, seguiram a **sugestão** de Guilhermino de Barros e passaram a usar uma única marca nas cartas, esta obliteradora dos selos e sendo nominativa não datada.

Mesmo assim alguns poucos correios, persistiram em continuar a usar até quase finais do século XIX, as duas marcas nas cartas, a nominativa para assinalar a terra donde era expedida a carta e a numérica de barras para obliterar o selo, como foi o caso de Viana do Alentejo.

A partir de 1893, assiste-se então ao virar da página, com os correios a usarem também um único carimbo para obliterar os selos, mas este agora para além de nominativo era também datado, como acontece no correio nos dias de hoje, como se pode ver no bilhete-postal de D. Carlos Diogo Neto, que publico, onde o mesmo é obliterado com uma bela marca de **MATACÃES**, precisamente datada de 28 de Outubro de 1893.

Logo meus caros filatelistas, parem de vez de chamar às marcas nominativas não datadas, usadas a partir de 1878, de provisórias, porque nunca o foram!!

Os correios seguindo uma sugestão dada por Guilhermino de Barros, limitaram-se a usar apenas uma única marca e nada mais!!

A provar tudo isto devem lembrar-se, que há uns largos anos atrás apareciam à venda nos leilões, lotes de 100 selos obliterados com marcas nominativas não datadas tudo da 3ª Reforma Postal, o que comprova a vulgaridade do uso de marcas nominativas não datadas, para obliterar a correspondência de 1878 a 1893.

Raras são as peças circuladas, porque até aos anos 70 do século XX, os filatelistas descolaram os selos de muitas destas cartas e deitaram-nas fora.

Ora isto não eram marcas provisórias, como erradamente David Gordon lhes chamou e como alguns filatelistas portugueses pensam que ainda são.

Contudo este artigo que agora publico, não tira mérito ao excelente trabalho, escrito por David Gordon, pioneiro da História Postal do Período Adesivo. A única coisa que está a mais é a palavra **PROVISÓRIAS - PROVISIONALS**.

Só que como tudo, a investigação evolui e as realidades também.

Logo emende-se o catálogo e as noções sobre este período.



0 – Carta expedida de Alcobça em 12 de Setembro de 1853, onde era usada, tal como no período Pré-adesivo, a marca nominativa para indicar a terra donde era expedida esta carta. A marca de barras obliteradora do selo com o número 3, correspondente ao correio de Alcobça. Este método de dois carimbos seria usado de 1853 a 1878, ou seja nas 1ª e 2ª Reformas Postais.

Aqui fica este esclarecimento e rectificação devidos. Vamos agora ver os exemplos que se seguem, para se perceber que não há períodos de 1878, nem carimbos provisórios.



4 – Nesta carta expedida em 17 de Maio de 1881, podemos ver que este correio continuou a usar na 3ª Reforma Postal o carimbo de barras obliterador e o nominativo não datado.

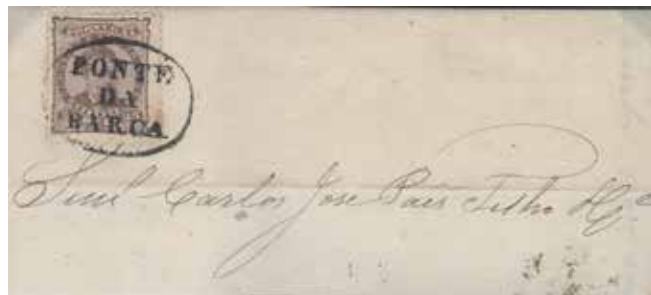
Esta marca MONÇÃO já era usada na 1ª Reforma. Estamos em 1881, 3 anos após 1878!! Então onde está a marca provisória? Ou o tal período de 1878 a 1880?

No catálogo de selos portugueses está lá escrito que os correios “determinaram os Correios que se abandonasse o sistema de oblitar os selos com um carimbo numérico e as cartas com outro datado ou nominal”.

Como se pode verificar os correios não determinaram nada, os correios aconselharam, propuseram. Não houve nenhuma ordem ou imposição nesse sentido.



1, 2, 3 – Carimbos nominativos de diversas terra todos a oblitar selos de D. Luís, posteriores a 1880. Estamos na 3ª Reforma Postal.



5 e 6 – A carta com a obliteração de barras foi expedida em 10 de Janeiro de 1881, usando ainda o sistema antigo e a que tem PONTE DA BARCA a obliterar o selo, foi por sua vez expedida em 13 de Maio de 1882.
Então onde está a marca provisória e a determinação dos correios? 4 anos após 1878 onde está a distribuição de novos carimbos?



7 – Nesta carta de CABECEIRAS enviada em 29 de Novembro de 1873, 2ª Reforma Postal encontra-se a mesma marca que a usada na 3ª Reforma e que podem encontrar na fig 3.



9 e 10 – A carta de cima foi expedida em 10 de Maio de 1857, 1ª Reforma, mas a da figura 10 foi expedida em 20 de Agosto de 1879, 2ª Reforma Postal. Seguindo o conselho de Guilhermino de Barros usava a mesma marca de AVEIRO para obliterar os selos. Logo onde está a marca provisória?



8 – Carimbo de ALMEIDA usado numa carta expedida em 18 de Outubro de 1858. Repare-se no ALMEIDA na figura 1. O mesmo carimbo em plena 3ª Reforma postal está ainda a ser usado. Logo onde está o carimbo provisório??

É evidente que os correios depois de receberem a proposta de Guilhermino de Barros, simplificaram o procedimento para um único carimbo e passaram a usar o mesmo, que tinham sempre usado ou escolheram outro, que já tivessem na estação.



11 – Mas neste sobrescrito inteiro já era usada uma marca diferente, mas nunca provisória.



12 – O correio de Viana do Alentejo ainda usava em 27 de Outubro de 1895 os dois procedimentos, como se pode verificar nesta imagem.



16 – Em 21 de Outubro de 1881 o correio de Ovar oblitera este postal com a marca de OVAR usada desde a 1ª Reforma Postal.



13 – O Correio de Vila Viçosa em 17 de Março de 1881, ainda usava as duas marcas, em vez de uma, como tinha aconselhado Guilhermino de Barros e nunca determinado!



17 – Mas em 4 de Fevereiro de 1882 tem uma “recaída” e volta ao procedimento antigo obliterando com o carimbo de barras e usando o carimbo nominativo não datado.

Logo onde estás o tal carimbo provisório ?? e a obrigação de usar uma só marca. Como se vê os correios eram livres de fazer, como muito bem entendessem.



14 – Este postal do CRATO expedido em 18 de Janeiro de 1881 demonstra que o correio do CRATO ainda usava os dois procedimentos e esta marca do CRATO, foi a mesma usada nas 1ª, 2ª e 3ª Reformas Postais.



18 – Esta é a carta de Santa Combação expedida em 12 de Maio de 1878, provando que este novo procedimento começou logo a ser usado em 1878 e não em 1879, como David Gorden escreve no seu livro.



15 – O correio de ABRIGADA criou esta marca para ser usada na 3ª Reforma Postal, sendo esta carta expedida em 11 de Março de 1881.



19 – Mais selos obliterados com marcas nominativas não datadas, usadas não como provisórias, mas definitivas.



Algumas marcas nominativas criadas na 3ª Reforma Postal.



20 – O correio de Águas Santas cria na 3ª Reforma postal esta marca postal obliteradora e usava-a em azul e preto.



23 – Correio de Picoto da Maia, carimbo nominativo criado na 3ª Reforma Postal.



21 – O correio de ALQUERUBIM foi dos primeiros a criar um carimbo nominativo datado. Em 1881 já dispunha desta marca.



22 – Bilhete-Postal D. Carlos Diogo Neto, obliterado com uma marca nominativa datada. Este bilhete-postal foi expedido em 28 de Outubro de 1893, altura em que os correios começaram a generalizar as marcas datadas como esta que se pode ver neste bilhete-postal.



24 – Um telegrama datado de 1889, circulado e recebido em TORRES VEDRAS, recebeu a marca nominativa de correio.



25 – Aqui temos um bom exemplo de um carimbo telegráfico de VILA FLOR, a obliterar um sobrescrito, em plena 3ª Reforma Postal.



26 e 27 – Repara-se neste magnifico exemplo do correio de Mafra. O bilhete-postal foi emitido em Janeiro de 1878 e usa uma marca de MAFRA nominativa, mas em 1900 a carta ainda apresenta um carimbo nominativo não datado da ESTACÃO TELEGRO-POSTAL de MAFRA.



28 – O correio de CASTÊLO, criado na 3ª Reforma Postal, criou uma marca nominativa não datada para obliterar a correspondência, como o fez neste sobrescrito enviado em 28 de Junho de 1883. Logo como se pode continuar a comprovar, os correios criaram novas marcas nominativas.

Muitos outros exemplos poderia apresentar, que recolhi ao fim destes 40 anos a que me tenho dedicado a este período da História Postal, mas estou certo, que todos compreenderam que marcas provisórias e períodos 1878 a 1800 nunca existiram!

Foram usadas as já existentes e foram criadas novas, não havendo períodos de 1878 para cima. Isto é uma fantasia.

Os correios eram livres de criarem e usarem as marcas, que muito bem entendessem. Obrigatório era obliterar os selos, agora como era feito, não era importante para o correio.

Claro que a partir de 1880, com a 3ª Reforma Postal, temos alguns correios com carimbos nominativos datados, mas a grande maioria usava os nominativos não datados e como atrás escrevi é só a partir de 1893 que se generalizaram em todos os correios do país as marcas datadas.



29 – LOUSADA usa aqui a marca ESTAÇÃO TELEGRÁFICA DE LOUSADA. Contudo o bilhete-postal é expedido em 20 de Outubro de 1883!

Ora alguma vez poderíamos estar perante uma marca provisória?? Mais de 3 anos após o início da 3ª Reforma Postal e 5 após 1878? Depois alguma vez temos um período de 1878 em diante? Só uma fértil imaginação o pode aceitar.

Agora sendo o catálogo de selos de Portugal o único do país, solicito para alterarem este ponto, onde deve ser escrito o seguinte ou algo parecido:

A partir de 1878 foi aconselhado pelos correios portugueses, que as estações de correio passassem apenas a usar uma única marca nas cartas, evitando-se as duas, até então utilizadas. Esta devia ser usada apenas para obliterar os selos.

Grande parte dos correios seguiram este conselho e optaram por usar as marcas nominativas, para obliterar os selos, método que foi seguido por muitos correios novos, criados com a Reforma Postal de 1880, que também criaram marcas nominativas não datadas, para obliterar os selos.

Contudo houve alguns correios, que após 1878 e 1880, continuaram ainda a usar o antigo procedimento do carimbo de barras obliterador e carimbo nominativo, este último para indicar a povoação donde era expedida a carta.



30 – E para terminar vejamos este interessante postal expedido em 24 de Março de 1887. Enviado de Braga para o Senhor Director de Correio de Paredes de Entre-os-Rios. Depois de alguma hesitação segue para o seu destino via Penafiel e recebe a marca de recepção de Paredes. Mas é usada a marca de TELEGRAFIA ELÉCTRICA.

Estamos em 1887 e quer-se ainda, que PAREDES seja uma marca provisória?? Ou que esteja ligada ao tal período 1878 -1880?

Claro que nem uma coisa nem outra!



31 – Por último uma rara marca de ALVERCA DA BEIRA, usada num postal expedido em 25 de Setembro de 1893. Esta marca foi criada na 3ª Reforma Postal, existindo nesta povoação apenas uma caixa postal. 15 anos após 1878 e 13 de 1880 seria esta marca provisória???

Alguns correios, especialmente após 1880, usariam ainda marcas de telegrafia eléctrica e nominativas de correio, para obliterarem selos e telegramas de forma indevida, embora nunca proibida pelos correios.

Este texto acabará com a confusão, que neste momento ainda está no catálogo.

Aos filatelistas da minha terra, estou certo, que perceberam, que não há um período de 1878 a 1880 e de 1880 para a frente, já que pelos exemplos aqui apresentados compreenderam, que o único que mudou foi um simples procedimento e o mesmo não foi seguido por todas as estações de correio.

Depois os carimbos nominativos datadas generalizaram-se no correio em 1893, logo é alguma vez credível, que possamos alguma vez ter tido 15 anos de marcas provisória, ou seja de 1878 a 1893???

Só uma fértil imaginação o poderá aceitar!!

“O General Conde de S. Januário (1827-1901) Um português de excepção”

Pedro Marçal Vaz Pereira

Como tenho escrito muitas vezes, a Filatelia cruza-se com a história de cada país.

Tal acontece na circulação das peças postais, cujas marcas aí colocadas pelo correio, indicam-nos muitas vezes eventos históricos importantes, como censuras provocadas por guerras, greves, primeiros voos e muitos outros.

Mas a filatelia comemorativa é também importante, na evocação de acontecimentos e personalidades.

Em 1974, o território de Macau emitia uma série de selos, dedicada ao Centenário do Hospital Central de Macau.

No selo de 15 avos encontramos a figura do Visconde de S. Januário e no selo de 60 avos, temos as imagens do velho e novo hospital.



Visconde, mais tarde Conde de S. Januário, conforme está retratado no selo de Macau.

O Visconde e mais tarde Conde de S. Januário, de seu nome Januário Corrêa de Almeida, foi um ilustre português e governador de Macau, onde fundou o hospital militar, sendo essa a razão, para na série comemorativa aparecer a imagem deste grande português.

Pouco se sabia desta figura da nossa história.

Na realidade muitos portugueses através do seu empenho, competência e dedicação, deixaram obras notáveis, que com o passar do tempo vão caindo no esquecimento da comunidade.

Podemos constatar no selo, que a figura era do Visconde de S. Januário e passados 46 anos, poucos se lembram do que estaria escrito na pagela, que apresentava esta série de Macau.

Compete a alguns fazer renascer, a história desses homens.

E foi isso que aconteceu, com o Visconde de S. Januário.

Tive a felicidade do autor do livro, com o título *O General Conde de S. Januário (1827-1901) Um português de excepção*, me ter oferecido o seu trabalho, onde é feito o percurso histórico deste ilustre Homem do nosso país.

É seu autor o Sr. Professor João Luís Cardoso, ilustre Académico de Número da Academia Portuguesa da História, Professor Catedrático de História na Universidade Aberta, e um ilustre historiador com vasta e excelente obra publicada.

A este trabalho, foi atribuído um dos prémios anuais da Academia Portuguesa da História.

Trata-se de uma brilhante obra histórica, escrita com um rigor notável e com imensas imagens a documentarem as fontes.



O selo da mesma série onde se pode ver o hospital velho fundado pelo então Visconde de S. Januário e o novo edifício.

O General Conde de S. Januário nasce em Paço de Arcos, em 31 de Março de 1827 e morre nesta vila em 27 de

Maio de 1901. Segundo o autor “foi um ilustre militar, administrador, engenheiro e diplomata”.

Durante a sua vida, recebeu altas condecorações de diversos países.

Em Portugal foi-lhe outorgado o grau de Comendador da Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, bem como outras elevadas condecorações.

Teve uma vida de grande intensidade, nos cargos militares e políticos que ocupou.

Teve ainda relevantes cargos em Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau, Timor, Japão, tendo sido ainda Ministro Plenipotenciário no Reino do Sião.

Desenvolveu uma importante missão diplomática nos países sul-americanos, com os quais realizou importantes acordos de amizade e navegação.

Foi ainda fundador e Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde desenvolveu uma intensa actividade com notáveis propostas, como por exemplo a implantação dos caminhos-de-ferro em Angola e a ligação telegráfica do Continente com os nossos territórios da África Ocidental.

Era ainda membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, da qual foi presidente.

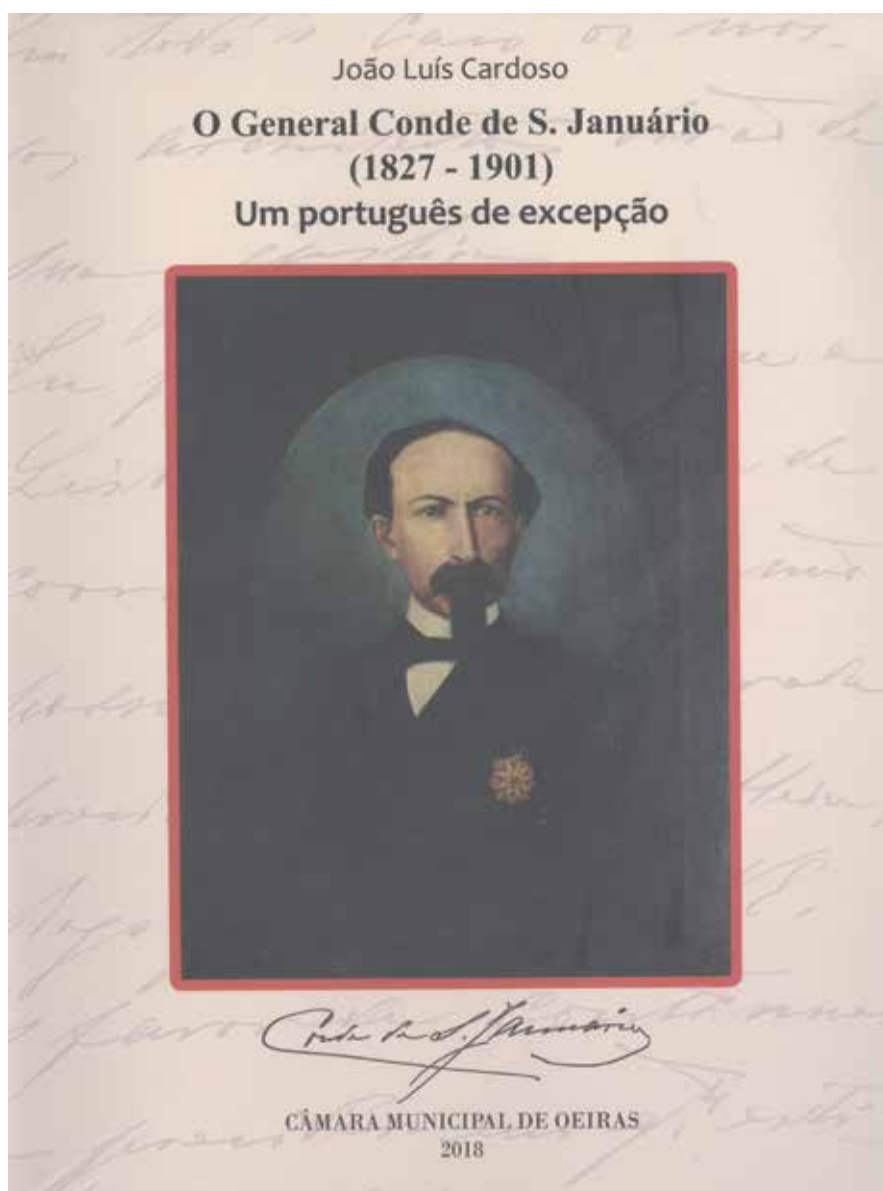
Em Julho de 1865 foi eleito deputado, sendo membro do Partido Progressista.

Ocuparia vários cargos de grande relevo nacional, como os de ministro e governador civil.

Em 1880 era Ministro da Marinha e Ultramar, no governo de Anselmo Braancamp Freire.

A leitura atenta deste excelente trabalho, apresentado pelo Professor João Cardoso, traça-nos com realismo e rigor histórico, a vida de uma grande personalidade do nosso país, perpetuada na série filatélica emitida em Macau, em 1974.

Mas a leitura deste trabalho, também nos ajudará a compreender melhor o século XIX em Portugal, a sua história e a grande encruzilhada histórica, que atravessou o nosso país, com o fim da inquisição, a guerra civil, a revolução liberal, o constitucionalismo, o aparecimento do republicanismo, as consequências do Congresso de Berlim de 1884/85, a nossa política africana, a questão religiosa, o fontismo, a bancar-



A capa do excelente livro publicado pelo Professor João Cardoso.

rota, o ultimato inglês, enfim a nossa riquíssima história de mudanças, num século em que a liberdade de pensamento e democrática, surgiram com grande força, depois de séculos de absolutismo, baseado no poder absoluto dos reis.

Para nós filatelistas trata-se de uma obra fundamental, para se perceber quem foi o Conde de S. Januário e a sua grandeza, como homem e como português.

Esta poderá ser comprada na Câmara Municipal de Oeiras, entidade que em boa hora a patrocinou.

Felicito vivamente o Professor João Cardoso, pela excelente obra que produziu, extremamente importante para a compreensão da história do nosso século XIX.

Estoril – India em 1933 pela Imperial Airways

João Soeiro



Logo oficial da Imperial Airways

Antes de entrar na questão filatélica que está na origem deste pequeno artigo, gostaria de fazer uma breve introdução à companhia em causa, por ser importante para a compreensão e desenvolvimento do tema, bem como para nos conseguirmos situar no espaço e tempo destes acontecimentos.

A Imperial Airways foi fundada em 31 de Março de 1924, servindo principalmente as rotas do Império Britânico, com particular destaque as dos destinos africanos e asiáticos. Operou entre 1924 e 1939, tornando-se a primeira companhia aérea britânica de longo alcance.

Na génese da sua fundação está a unificação de várias companhias já existentes, a saber: British Marine Air Navigation Company Ltd., Daimler Airways, Handley Page Transport Co Ltd. e a Instone Air Line Company. A sua sede e principal base operacional ficou instalada em Croydon (Inglaterra). Esta fusão permitiu uma transformação operacional gradual, que se tornou num serviço de longo curso internacional, em detrimento da exclusividade dedicada até então, ao serviço interno e rotas europeias que eram praticadas por estas companhias.

A frota inicial da Imperial Airways era constituída pelos aviões pertencentes às companhias fundidas, cuja utilização se destinava basicamente ao cumprimento dos serviços e exigências das rotas operadas até então. Desta frota faziam parte os modelos Bristol Type 75, De Havilland DH 34, De Havilland DH 50, De Havilland DH 54, Handley Page O /10, Handley Page W8B, Handley Page W8F, Supermarine Sea Eagle, Supermarine Swan, Vickers Vimy Commercial e Vickers Vulcan. Estamos a falar de um número total de 25 aparelhos.

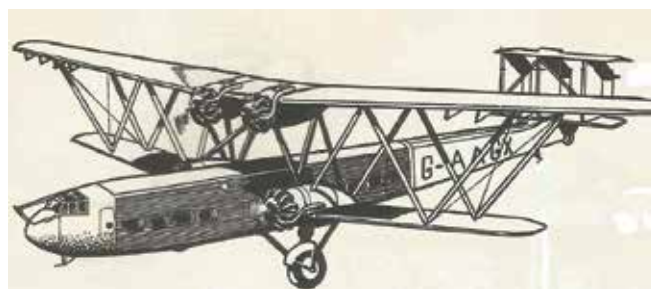
Os aviões de longo curso, foram adquiridos a partir de 1931, quando da expansão das rotas africanas, asiáticas e australianas. Neste particular, destacamos a frota de oito aviões Handley Page, nas versões HP 42 E e 42W/HP 45, com capacidade para 24 e 38 passageiros respetivamente.

Apesar dos muitos acidentes fatais (18), e incidentes (acidentes não fatais -10) desta companhia, estes aparelhos

foram dos mais seguros e mais utilizados. Durante a sua utilização registaram-se incidentes a 8 de Agosto de 1931 (falha de motor), 31 de Maio de 1937 (fogo no hangar) e a 7 de Novembro de 1939 (aterragem forçada).

À semelhança de outras companhias europeias, a Imperial Airways foi criada para fazer oposição às companhias concorrentes já existentes, em particular as alemãs e francesas. Foi extinta em 24 de Novembro de 1939, e incorporada na British Overseas Airways Corporation (BOAC).

Com todos os problemas e os muitos acidentes ocorridos (alguns deles fatídicos), e de nunca ter conseguido atingir os níveis de inovação e tecnologia das suas concorrentes, a Imperial Airways foi ainda assim, uma companhia de referência na implementação das rotas de longo alcance, no transporte de passageiros, carga e correio.



Este era um dos 4 aparelhos Handley Page HP 42 E, fabricados em 1931, ao serviço da Imperial Airways nas rotas Cairo – Karachi e Cairo – Cape Town. Estava equipado com quatro motores Jupiter XIF de 550 HP. Tinha uma envergadura de 39,62 metros, comprimento de 27,36m e uma altura de 8,23 m. Podia descolar com um peso máximo de 12700 Kgs e tinha uma velocidade máxima de 193 Kms/hora. A sua tripulação era constituída por duas pessoas e transportava até 24 passageiros. O avião representado foi batizado de Hannibal.

No que concerne ao motivo filatélico que está na génese deste artigo, adquiri uma bonita carta expedida do Estoril, com marca do dia 4 de Abril de 1933, endereçada



Handley Page (Horsa) estacionado na plataforma.



Handley Page HP 45 (Helena) em pleno voo. Esta variante era equipada com quatro motores Jupiter XFBM Supercharged de 555 HP cada. Foram fabricadas quatro unidades deste modelo.



Planisfério (parcial), com as rotas africana e asiática.

para a Índia. Tem marca de chegada de Kasauli do dia 22 de Abril.

Nesta bonita peça está a menção escrita em cima, “c/o British Imperial Airways Paris”, indicando o encaminhamento pretendido, com etiqueta azul de serviço aéreo colada no canto superior direito.

A carta seguiu para França por caminho de ferro, a tempo de ser incorporada na mala postal do serviço aéreo da Imperial Airways, cujo voo saiu de Londres para Paris no dia 8 de Abril.



Mapa da rota para a Índia e suas alterações no período entre 1929 e 1939.

A rota deste serviço (conforme podemos observar pelo mapa em cima), era Londres – Paris – Brindisi – Atenas – Alexandria – Cairo – Gaza – Rutbah – Baghdad – Basra (kuwait) – Bahrain – Sharja – Gwadar – Karachi.

A secção do percurso compreendida entre Paris e Brindisi, foi efetuada por serviço ferroviário devido às restrições aéreas em Itália.

O restante percurso entre Karachi (onde chegou no dia 13 de Abril) e o destino final, processou-se também por serviço ferroviário e terrestre.

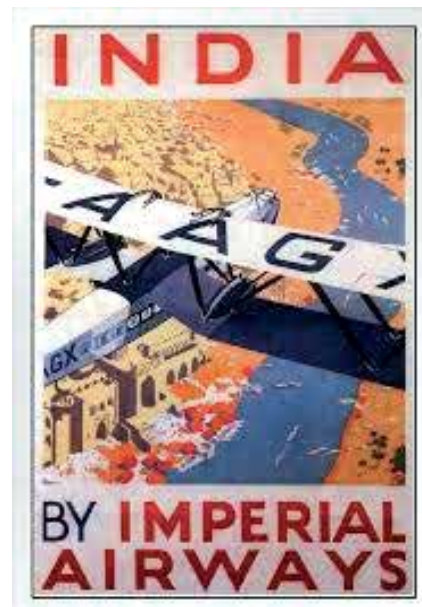
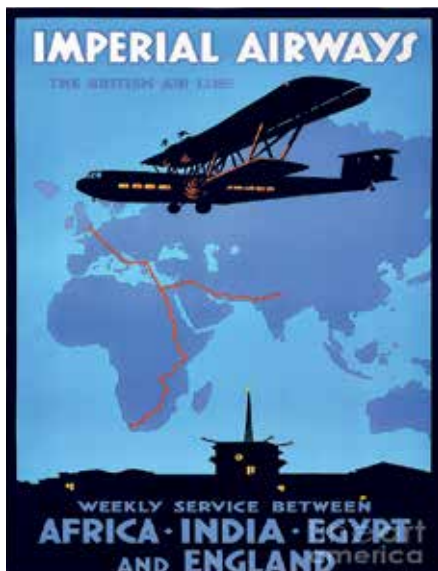
A carta está franqueada com vários selos da emissão “Lusíadas” de 1931, (1\$20, \$05, 1\$25, \$48, \$25, \$40, \$15, \$16, \$06, \$75, \$80, \$10 e \$04), perfazendo o porte total de 5\$69. Este porte afigura-se de difícil explicação, porque nesta altura não havia em Portugal tarifários oficiais de taxas de serviço aéreo.

Para as poucas cartas que eram “ocasionalmente” encaminhadas por via aérea, cobravam-se as tarifas aplicáveis na correspondência destinada ao estrangeiro, de acordo com o seu destino. O tarifário em vigor na época era de 1\$25 para as cartas até 20 gramas e de \$75 por cada fração a mais até ao limite de 2 Kgs, conforme circular nº 18 de 27 de Junho de 1930 e, que entrou em vigor no dia 1 de Julho do mesmo ano. A alteração posterior só ocorreu em 1 de Junho de 1933, em que as mesmas taxas passaram para 1\$60 e \$95 respetivamente.

As primeiras sobretaxas aéreas são decretadas somente em 1934 e entraram em vigor no dia 19 de Outubro desse ano, quando do primeiro serviço postal aéreo da “Aero Portuguesa”.



Carta expedida a 4 de Abril do Estoril para a Índia na rota da Imperial Airways Londres – Karachi.



Dois posters publicitários alusivos ao serviço da Imperial Airways para a Índia.


Great Britain	Uganda
France	Kenya Colony
Italy	Tanganyika Territory
Greece	Northern and Southern Rhodesia
Palestine	Transvaal
Iraq	Cape Province
Persian Gulf	
India	
Egypt	
Anglo-Egyptian Sudan	

THE GROWTH OF IMPERIAL AIRWAYS
COUNTRIES SERVED
by both the European and Eastern Services

	Year 1924-25 3 Countries served
	Year 1927-28 4 Countries served
	Year 1929-30 11 Countries served
	Year 1931-32 19 Countries served

THE BRITISH AIR LINE

Imperial Airways
EMPIRE TIME-TABLE
1932-1933
Winter Services




Dois posters promocionais do mesmo serviço e das comodidades oferecidas pelos aviões.

Tabela de tempos e voos dos anos 1932 e 1933

Bibliografia:

- Britain's Imperial Air Routes (1918 – 1939) de Robin Highan;
- Intercontinental Airmails de Edward B. Proud;
- Notas Sobre o Correio Aéreo Português de João Soeiro;
- Todos Os Aviões do Mundo de Enzo Angelucci.

Marcas postais impressas do tempo dos correios mor do Reino

Luis Frazão, RDP

luisvbp.frazao@gmail.com

§1. INTRODUÇÃO

Neste ano em que se celebram os 500 anos da instituição postal em Portugal, fomos desafiados para escrever algo sobre o tema. E porque nesta matéria pouco resta a dizer depois das exaustivas publicações de Godofredo Ferreira, não foi fácil encontrar um tema adequado. De todas as épocas postais que se celebram conjuntamente, a relativa ao tempo dos correios mor sempre foi aquela que nos colocou os maiores desafios. A falta de documentação e a escassez de material foram e são uma constante até 1798. A partir dessa data, com legislação publicada, marcação das cartas e a descoberta de alguns arquivos importantes, a situação tornou-se relativamente mais fácil.

Decidimos assim escolher um tema, que não sendo novo, é agora tratado em conjunto sob a designação de “Marcas postais impressas no período dos correios mor”

§2. A MARCAÇÃO DAS CARTAS NO PERÍODO POSTAL CONHECIDO POR “CORREIO MOR DO REINO” (1520 A 1798)

As cartas conhecidas, guardadas em arquivos públicos ou coleções privadas, mostram que não se inscrevia na carta o local de onde partiu, quando entregue ao cuidado dos serviços do correio mor ou dos seus assistentes. Esta prática de marcação só começou a partir de 1798. Também, de um modo geral, não se inscrevia o porte a pagar pelo destinatário e só nalgumas exceções aparece, manuscrita pelo expedidor, a verba acordada por este com o correio mor, para fazer chegar a carta ao seu destino. E como o correio mor tinha o monopólio postal, para o transporte e cobrança de portes, nada mais havia que fazer senão satisfazer a verba exigida.

Com o avançar dos tempos e em particular a partir do século XVIII, começa a aparecer a marcação de portes a receber do destinatário, principalmente em cartas oriundas do estrangeiro, com portes elevados que eram questionados pelos recebedores. Mas em relação aos portes internos, continuava a escassez de marcação.

Quanto às marcas impressas, foi só a partir de meados do século XVIII, que apareceram as primeiras, aplicadas em Lisboa, e que eram marcas identificativas da origem da correspondência.

Destas, conhecemos 3: a marca E, a marca C, e a marca A. A escassez de informação postal do período dos correios mor, não permite ter a certeza da leitura destas marcas abreviadas, com excepção de uma, pois que esta só aparece em cartas originárias do reino do Algarve.

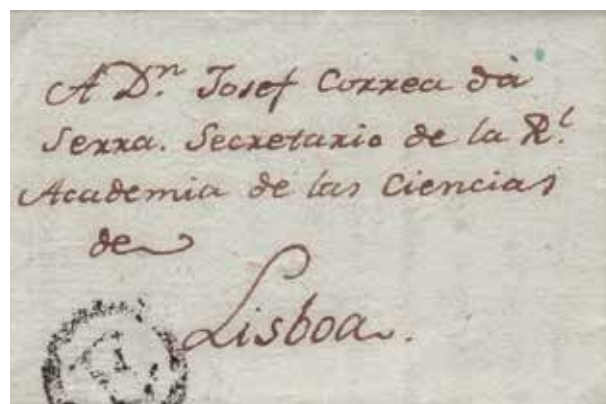
Avancemos na descrição destas marcas.

A marca **E**



A marca E aparece associada à marcação de cartas oriundas de Espanha ou que vindo da Europa, por terra, passaram por Espanha.

É conhecida desde 1788 e até 1799. A partir dessa data e até 1812 continuou a ser utilizada exclusivamente para indicar cartas recebidas de Espanha. Das diferentes leituras que foram propostas ao longo do tempo, uma aponta para Estrangeiro, enquanto que outra aponta para Espanha, muito embora no século XVIII, a grafia do nosso vizinho era Hespanha.



Madrid, 15 de Janeiro de 1790

A marca **C**.



Conhecida desde 1763, tem a sua última aplicação em carta de 06-01-1798.

É conhecida em cartas do sul de Espanha, pelo que já foi proposta a leitura **Cadiz**, sem qualquer fundamentação e que além disso não aparece no catálogo especializado de Espanha. A leitura mais consentânea com as cartas conhecidas fazem pensar em **CORREIO GERAL**, embora sem qualquer prova desta interpretação.



Mogador (Marrocos), 11 de Outubro de 1797, via sul de Espanha (marca Andalucia Vaxa), Lisboa, onde foi aplicado o C, passou para a repartição do Correio Marítimo, onde foi marcada e aplicado o porte de 40 reis, e seguido para a Madeira no "Sto António Paquete"



Albufeira, 17 de Outubro de 1793.



Escrita em Cadiz a 13 de Outubro de 1795, enviada para Lisboa, onde foi marcada com o C. enviada para Livorno, por Badajoz e Madrid, onde foi aplicada a marca PORTUGAL.



§3. OUTRAS MARCAS IMPRESSAS QUE SE ADMITE SEREM DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DOS CORREIO MOR PARA O ESTADO

No final do período da administração postal entregue à família Mata, e quando já se delineava a passagem para o estado dos Correios, aparecem mais duas marcas.

Cor^o Extraordinário do Porto



Madrid, 6 de Fevereiro de 1894, para Beja

A marca **A**.



Conhecida desde Abril de 1745 a Maio de 1799 é a mais antiga e com mais longevidade das três marcas. O facto ser conhecida aplicada somente em cartas do Algarve, faz pen-

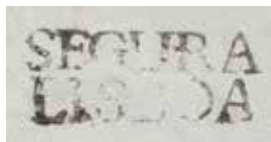


Hamburgo, 32 de Agosto de 1798, transportada até ao Porto, onde foi lançada no extraordinário a 1 de Outubro, com chegada a Lisboa a 5 desse mês.

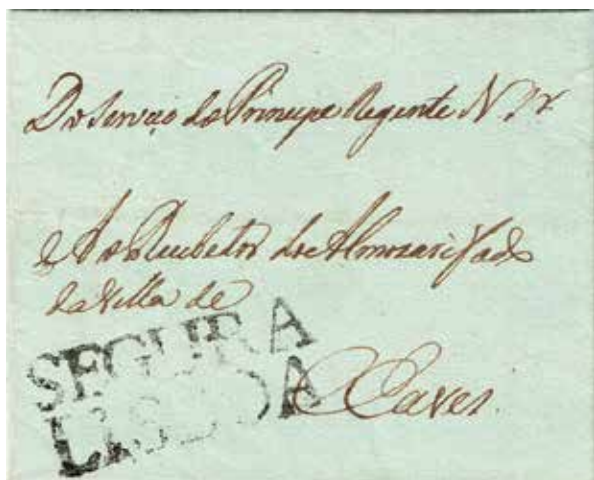
Aplicada à chegada a Lisboa, conhecida desde Setembro de 1797 até Julho de 1799, em cartas recebidas do norte do país (do Porto), chegadas pelo extraordinário e que tinham Lisboa como destino.

A sua aplicação terminou com o início do Regulamento Provisional, onde a marca equivalente passou a ser aplicada no Porto

SEGURA LISBOA



Esta marca, embora conhecida somente em carta de 16 Abril de 1800 apresenta pelo seu aspecto a possibilidade de ter sido criada e aplicada no tempo do correio mor. As marcas de seguro, aplicadas pelo correio de Lisboa diferem desta, pelo que parece possível que estejamos em presença de mais uma marca impressa do período do Correio mor



Lisboa, 16 de Abril de 1800, para Chaves



Lisboa, 26 de Março de 1800, para Arraiolos. Como só foi aplicado metade do carimbo, foi inscrito à pena "Lisboa"

§4. HAVERÁ MAIS MARCAS IMPRESSAS DESTE PERÍODO?

Carteiro

Esta nova marca, de que não temos imagem e que ainda não vimos, conhecida em vários exemplares datados da segunda década do século XVIII, foi-nos referida por historiador postal, proveniente de arquivo e fonte absolutamente fidedignas.

A data precede em tudo o que conhecemos de marcas impressas do século XVIII, e a sua grafia pouco habitual, que só aparece cem anos mais tarde, faz-nos pensar em missivas entregues a um distribuidor (Carteiro) que devia fazer a sua entrega e cobrar do destinatário o porte devido.

Vamos esperar mais um pouco até que seja possível apresentar a sua imagem.

Como se pode constatar as marcas impressas conhecidas são escassas, tanto quanto os exemplares que as ostentam. Com a passagem, em 1799, para o "Regulamento Provisional", começam a aparecer as marcas postais nominativas, e destas escolhemos mostrar a que foi aplicada em carta no primeiro dia deste novo regulamento

§5. A PRIMEIRA MARCA POSTAL NOMINATIVA DE PORTUGAL CONTINENTAL

O Desembargador José Diogo Mascaranhas Neto, Superintendente Geral dos Correios por Sua Magestade. Faço saber em os lugares públicos desta Corte, Reino, e do Algarve, que do primeiro de Agosto em diante serão as taxas das cartas, e mais objectos do Correio executados na conformidade do Regulamento do primeiro de Abril; o que assim declaro em virtude do que ordena o principio do mesmo Regulamento. Lisboa 18 de Junho de 1799.



Porto, 1 de Agosto de 1799 para Barcelos, com porte 20 manuscrito

Provas da Emissão D. Carlos, série Mouchon - Continente

Rui Matos Alves

Em agosto de 1894 o então Diretor da Casa da Moeda, Conselheiro Augusto José da Cunha, apresentou à Direção Geral dos Correios e Telégrafos uma proposta com o propósito de substituir as emissões filatélicas então em curso, nomeadamente a emissão de D. Carlos da autoria de Diogo Neto, a qual não tinha sido bem aceite pelas entidades oficiais.



Foto 1 – Louis-Eugène Mouchon - L'ALBUM MARIANI 1904

A proposta de substituição tinha em vista uma nova emissão para o continente, para as ilhas e para as províncias ultramarinas. Para desenhar e gravar a nova emissão foi contratado o conhecido gravador do Banco de França Louis-Eugène Mouchon, (foto 1) que já havia sido responsável pelo desenho e gravação do busto de D. Luís para a emissão que circulou entre 1882 e 1887. Ao abrigo do contrato Mouchon obrigava-se, num prazo máximo de três meses e meio a contar de 22 de setembro de 1894, a desenhar e a gravar vários

tipos de selos, nomeadamente, para o Continente, para as Ilhas dos Açores e Madeira, para a Índia Portuguesa e para as restantes Colónias.

ESTUDO INICIAL

Eugène Mouchon apresentou uma primeira maquete da moldura, que não foi aprovada, (fotos 2 e 3), na qual apresen-

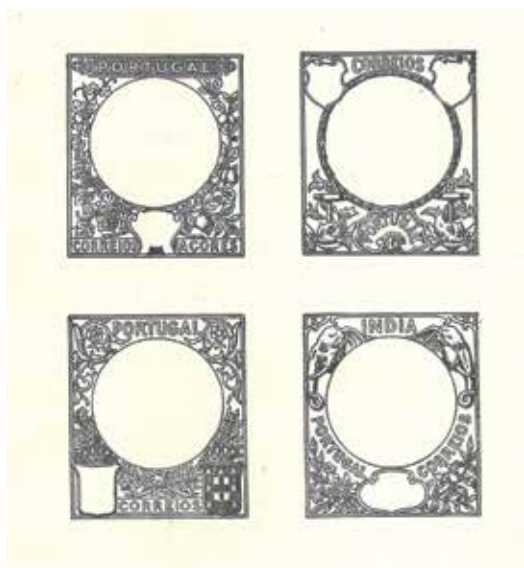


Foto 2 – Maquete da moldura não aprovada



Foto 3 – Pormenor da segunda prova de moldura para o Continente (terceira prova da maquete) – preto em papel couché

tava uma proposta de desenho para os Açores, duas propostas de desenho para o Continente e uma proposta de desenho para a Índia. Estas maquetes, bastante raras, diga-se, foram impressas em diferentes papéis, nomeadamente, papel couché, papel porcelana, papel porcelana colorido, sendo a moldura impressa em preto e em preto cinza.

No que respeita ao busto, foi aprovado o busto que se apresenta na foto 4 (prova do gravador), na qual

se exhibe o retrato do Rei D. Carlos envergando um uniforme militar. Desta prova também se conhecem alguns tipos diferentes de papel, nomeadamente papel couché, papel cartolina amarelado, bem como alguns tipos diferentes de cor, tais como verde azeitona e preto.

A moldura final aprovada para o continente apresenta nos cantos superiores o escudo real e nos inferiores um ramo de



Foto 4 – Prova do gravador – verde azeitona

louro à esquerda e um ramo de carvalho à direita (foto 5 – prova de cepo).

O desenho final (fotos 6 e 7), que reunia a moldura e o busto aprovados foi enviado de Paris, tendo chegado a Lisboa em 3 de abril de 1895, ou seja, após o termo do prazo fixado no contrato.

Foto 5 – Prova do cepo – preto esverdeado em papel couché

Foi ainda aprovado o desenho para as Ilhas, para a Índia e para as Colónias, sendo que estes desenhos, para além de terem sido emitidos isoladamente em folhas, foram também emitidos em blocos de quatro (foto 8) ou de oito, nos quais se reunia o desenho aprovado para as Ilhas (canto superior esquerdo), para o Continente (canto superior direito), para a Índia (canto inferior esquerdo) e para as Colónias (canto inferior direito). Destes blocos são conhecidas



Foto 6 – Die proof – verde escuro





Foto 7 – Die Proof – azul cinzento

algumas cores, tais como preto, carmim ou azul. Conhece-se também o bloco apresentado na foto 8, já com o valor e o nome de cada província devidamente impressos. Salienta-se



Foto 8 – Bloco de provas para as Ilhas, Continente, Índia e Colónias – preto

que as molduras dos quatro territórios eram todas diferentes entre si, conforme se pode verificar na foto 8. Por exemplo, na moldura para a Índia constavam dois elefantes nos topos, simbolizando esse país, e na moldura para as Colónias é apresentada uma âncora e dois tridentes, que simbolizam o mar e o Rei Neptuno.

PROVAS NÃO DENTADAS



Foto 9 – Violeta cinzento

Com o desenho final devidamente aprovado, foi dado início à realização das provas finais de cor. Destas provas de cor sem impressão de taxa existe uma grande variedade (fotos 9 a 17), sendo que só na obra “Provas e Ensaios de Portugal e Colónias – I Parte - Continente”, de A.H. de Oliveira Marques, pág. 23, se encontram catalogadas algumas dezenas.

Estas provas foram impressas em papel pontilhado e em papel esmalte, em folhas de 28 e de 150.

Atendendo a que no desenho final não constava a taxa, foi também dado início à colocação do valor nas provas, em sede de segunda impressão. Este processo de impressão do valor nas provas em fase de segunda impressão levou à criação de uma multiplicidade de erros de colocação da taxa. Conhecem-se vários erros causados pelo ajustamento da taxa à impressão do desenho, sendo os mais frequentes na taxa de 2 ½ reis, de 5 reis, de 10 reis, de 20 reis e de 25 reis em carmim. (fotos 18 a 22)



Foto 10 – Verde azul



Foto 11 – Azul



Foto 12 – Azul em papel azul



Foto 13 – Preto



Foto 14 – Castanho laranja



Foto 15 – Chocolate – não catalogado



Foto 16 – Ardósia – não catalogado



Foto 17 – Verde azeitona – não catalogado



Foto 18 – Ajustamento de taxa 2 ½ reis



Foto 21 – Ajustamento de taxa 25 reis em carmim



Foto 19 – Ajustamento de taxa 2 ½ reis



Foto 22 – Ajustamento de taxa 25 reis em verde azul



Foto 20 – Ajustamento de taxa 5 reis



Foto 23 – Carta circulada de Lisboa para a Alemanha, com um par de provas em vermelho, não denteadas, e com a taxa omissa

Algumas destas provas não denteadas chegaram mesmo a circular como selo postal, sendo raríssimas as peças filatélicas conhecidas que foram circuladas com estas provas. Conhece-se a carta que se apresenta na foto 23, uma carta circulada de Lisboa para a Alemanha, que foi franqueada com um par de provas não denteadas em vermelho, com

o valor omissa. Conhece-se ainda o bilhete-postal circulado de Lisboa para a Áustria, apresentado na foto 24, o qual foi franqueado com um par de provas em laranja, com a taxa de 5 reis deslocada. Conforme já se verificou anteriormente, estas provas tinham como finalidade a calibragem do valor, em segunda impressão. Por fim, conhece-se ainda um fragmento de um jornal, circulado com uma prova em cinzento, com a taxa de 2 ½ (foto 25).



Foto 24 – Bilhete-postal circulado de Lisboa para Viena, com um par de provas não denteadas em laranja, com a taxa de 5 reis deslocada



Foto 27 – Quadra de prova denteada em cor carmim



Foto 25 – Fragmento de jornal circulado com uma prova em cinzento, com a taxa de 2 1/2

PROVAS DENTEADAS

No que respeita às provas denteadas, as mesmas foram impressas em papel pontilhado em losangos e em papel liso normal, em folhas de 28 e de 150, com denteado de 11 1/2. São conhecidas algumas provas de cor em cinzento, laranja, verde, violeta, carmim, ultramarino, lilás, azul, enfim, existe uma variedade de cores, conforme se pode ver nas fotos 26, 27, 28 e 29.



Foto 28 – Quadra de prova denteada em cor lilás



Foto 29 – Prova denteada em cor azul



Foto 26 – Quadra de prova denteada em cor verde



Foto 30 – Quadra de prova denteada em cinzento, com taxa de 2 1/2 deslocada em dois selos e omitida nos outros dois

Também nestas provas denteadas existem muitas falhas de impressão da taxa conforme se pode verificar nas fotos 30 a 34, nomeadamente taxa deslocada e taxa invertida ou mes-



Foto 31 – Bloco de seis provas denteadas em cinzento, com taxa de 2 ½ deslocada e invertida



Foto 32 – Bloco de 15 provas denteadas em cinzento, com a taxa de 2 ½ deslocada



Foto 33 – Prova denteada em verde com dupla impressão de valor, uma invertida



Foto 34 – Prova denteada em carmim com dupla impressão de valor, uma invertida e outra deslocada



Foto 34 – Prova denteada em carmim, com taxa invertida



Foto 35 – Cor não aprovada para a taxa de 25 reis



Foto 36 - Cor não aprovada para a taxa de 2 ½ reis



Foto 37 – Cor não aprovada para a taxa de 10 reis



Foto 38 – Cor não aprovada para a taxa de 2 ½ reis



Foto 39 – Cor não aprovada para a taxa de 5 reis

Por fim, também se conhecem algumas provas relativamente ao algarismo da taxa. (foto 40)

À semelhança do que sucede com a provas não denteadas, também são conhecidas algumas peças filatélicas circuladas com provas denteadas com taxa omissa (fotos 42 a 46), com provas denteadas com taxa deslocada (fotos 47 e 48), com a taxa invertida e deslocada (foto 49) e com a dupla taxa, uma invertida e a outra deslocada do selo de 10 reis (foto 50).



Foto 40 – Algarismo de taxa não aprovado



Foto 41 – Algarismo de taxa aprovado



Foto 42 – Carta circulada em Lisboa, franquiada com selo de 2 ½ reis e prova denteada em cinzento



Foto 45 – Carta circulada do Porto para a Alemanha, com um selo de 50 reis, um selo de 10 reis, e uma prova denteada em violeta cinzento



Foto 43 – Inteiro postal da emissão D. Carlos série Mouchon de 20 reis, com adicional de prova denteada em laranja



Foto 46 – Carta circulada do Porto para a Alemanha, com prova desnteadada em ultramar



Foto 44 – Bilhete postal circulado de Lisboa para Áustria, franquiado com prova denteada em carmim

SELO DE 500 REIS

Face ao facto do selo com a taxa de valor mais elevado da série D. Carlos ter sido o de 300 reis, bem como o facto de o stock dos selos de 1000 reis da emissão de D. Luís de 1884 (que ainda se encontrava em 1895 se encontrava em circulação) se encontrar em rotura, no final de 1895 foi decretado que seria criado um novo selo com a taxa de 500 reis, para pagamentos do porte de encomendas e valores declarados.



Foto 47 – Carta circulada em Lisboa, franquiada com prova de 5 reis em laranja, com taxa deslocada

As provas para o selo de 500 reis, ao contrário das provas para todas as outras taxas, foram emitidas em duas cores diferentes. Numa primeira fase de estudo, foram emitidas



Foto 48 – Carta circulada em Lisboa, franquiada com prova de 25 reis em carmim, com taxa deslocada



Foto 49 – Inteiro postal de 25 reis da emissão D. Carlos série Mouchon, com selo adicional de 20 reis e prova denteada em laranja, com taxa de 5 reis invertida e deslocada



Foto 50 – Carta circulada de Lisboa para a Alemanha, com uma prova denteada do selo de 10 com duas taxas, uma deslocada e a outra invertida

provas não denteadas sem taxa. Destas provas são conhecidas, pelo menos, mais de uma dezena de cores diferentes, sendo que apenas a título meramente exemplificativo se apresentam duas (fotos 51 e 52).



Foto 51 – Prova não denteada para a taxa de 500 reis, em azul e castanho, sem impressão de taxa



Foto 52 – Prova não denteada para a taxa de 500 reis, em rosa e castanho vermelho, sem impressão de taxa

Em alinhamento com o que sucedeu com as provas para as restantes taxas, e porque também a taxa do selo de 500 reis foi colocada em segunda impressão, conhecem-se mais de uma dezena de provas não denteadas em duas cores, já com a impressão da taxa (foto 53 e 54). Contudo, e no



Foto 53 – Prova não denteada para a taxa de 500 reis, em castanho e preto, com impressão de taxa



Foto 54 – Prova não denteada para a taxa de 500 reis, em azul verde e castanho vermelho, com impressão de taxa

que concerne a esta taxa, não se conhecem exemplares com taxa deslocada.

EMIÇÃO PROJETADE DE JOSÉ SÉRGIO DE CARVALHO E SILVA

A emissão de selos do Rei D. Carlos, série Mouchon foi a emissão que circulou durante mais tempo em Portugal,

com a exceção da emissão Ceres. Contudo, durante o seu período de circulação, que se estendeu entre 1895 e 1910, foram apresentados alguns projetos, no sentido de substituir a emissão.

Assim, volvidos apenas três anos sobre a data de início de circulação, em 1898, foi apresentado um projeto de emissão destinado a substituir a esta série, o qual não foi aprovado. O desenho e a gravação deste projeto foram realizados por José Sérgio de Carvalho e Silva.

A pertinência deste projeto para o presente artigo prende-se com o facto de as provas da emissão D. Carlos série Mouchon terem sido utilizadas para comparação com a emissão projetada por José Sérgio de Carvalho e Silva. As provas foram emitidas em mini-folhas com seis provas, conhecendo-se em papel liso normal e papel liso colorido, apresentando no plano superior três provas do projeto de José Sérgio de Carvalho e Silva e no plano inferior três provas da emissão D. Carlos série Mouchon, para comparação (foto 55). Destas provas conhecem-se alguns valores, nomeadamente o de 2 ½ o de 5 reis, 10 reis, 20 reis, 50 reis, 75 reis, 100 reis, 130 reis, entre outros. Conforme se pode verificar na foto 55, as provas comparativas de José Sérgio de Carvalho e Silva



Foto 55 – Projeto de José Sérgio de Carvalho e Silva

apresentam o busto de D. Carlos envergando traje civil, por oposição ao busto apresentado por Mouchon, que apresentam o Rei envergando uniforme militar.

EMISSÃO APROVADA DE D. MANUEL, POR DOMINGOS ALVES DO REGO

Por fim, com a morte do Rei D. Carlos no Terreiro do Paço, em 1 de fevereiro de 1908, sucedeu-lhe o D. Manuel. Assim, em meados de 1908 foi desencadeado o processo para substituição da emissão do D. Carlos. Foram apresentados diversos projetos, tendo sido aprovado o projeto apresentado por Domingos Alves do Rego. Também neste projeto foram utilizadas provas da emissão D. Carlos da série Mouchon, mas neste caso apenas como ensaio de papel. Tais provas, que são provas de cunho, são constituídas por uma mini folha (foto 56) e apresentam na parte esquerda uma prova da emissão D. Carlos sem taxa, ao centro o desenho da emissão D. Manuel aprovada com a taxa de 2 ½ e



Foto 56 – Prova de cunho para a emissão do Rei D. Manuel, em papel couchet, 93g m2

no lado direito a prova do busto do Rei D. Manuel aprovado para a emissão. Todas estas provas foram emitidas em azul, conhecendo-se, pelo menos provas em papel semi couchet, papel couchet de 68g m2, papel couchet de 93g m2, papel couchet 100g m2 e papel couchet 77g m2.

BIBLIOGRAFIA

História do Selo Postal Português 1853-1953 – A.H. de Oliveira Marques
Provas e Ensaios de Portugal e Colónias – I parte – Continente - A.H. de Oliveira Marques



TEXTOS DA RESPONSABILIDADE DOS SERVIÇOS DOS CTT

500 ANOS DO CORREIO EM PORTUGAL (5.º GRUPO)

Em 2020, lançamos a última emissão de selos que celebra os 500 anos da criação do serviço público de correios em Portugal.



O ano da materialização da grande efeméride foi igualmente o ano em que fomos surpreendidos pela erupção da pandemia causada pelo Coronavírus.

Nunca, na memória recente – com a provável exceção dos grandes conflitos do século passado –,

foi o mundo afetado desta forma, tão profundamente, e em tantas dimensões do seu funcionamento.

E o que surge como dimensão maior é o fator humano, a forma como tantas e tantos foram arrancados às suas atividades habituais para se envolverem, nem sempre voluntariamente, num enredo de



receios e de cautelas, de novas regras e obrigações, para o bem comum.

Todos os governos apelaram ao dever cívico dos cidadãos no cumprimento das medidas de proteção contra a COVID-19, não só para se protegerem a si, mas também para protegerem os outros.



Todavia, há atividades que não podem nem devem parar. Desde logo, as ligadas ao universo da assistência pública ou privada na saúde; as forças de segurança; todos os envolvidos nas cadeias de abastecimento dos mais diversos bens; as fábricas, a produção agrícola, os transportes, as comunicações, etc. E, obviamente, também o correio.



Num historial de 500 anos de serviço público, onde centenas de milhares, em gerações sucessivas, construíram a história do correio em Portugal, os trabalhadores dos CTT disseram ao país e aos portugueses que podiam contar com eles nesta emergência.



A emissão de selos que apresentamos é um louvor a esses trabalhadores dos correios, um louvor que obviamente generalizamos a todos os outros,

de todas as outras áreas de atividade, que, neste país e no mundo, nunca deixaram de trabalhar para que esse mesmo mundo continuasse a girar.

A história costuma recordar os grandes vultos, reis e príncipes, estadistas e generais – o que já fizemos em várias emissões de selos – mas os exércitos são feitos de soldados. Estes nossos soldados.

Desejamos que esta emissão de selos possa ser entendida como um memorial que valorize a dimensão humana dos correios, a sua vertente de carácter social e a sua proximidade a todos os nossos compatriotas.



300 ANOS DA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

Manuela Mendonça

Presidente da APH

A Academia Real da História Portuguesa, que no corrente ano celebra a passagem do seu terceiro centenário, foi fundada a 8 de Dezembro de 1720, como resposta de D. João V às sugestões de letrados para que se assumisse



como protector da instituição. Emergindo num clima favorável às letras e às artes, discutidas e ensaiadas noutras Academias particulares, D. João V contou, desde o início, com o trabalho de D. Manuel Caetano de Sousa, religioso Teatino, que traçou as linhas de organização da primeira Academia Real, e com quatro figuras de cultura e erudição, que ha-

viam fundado ou participado em diversas academias ditas «menores»: o Marquês de Alegrete, Fernão Telles da Silva, o Conde da Ericeira, Francisco Xavier de Meneses, o Conde de Villamayor, Manuel Teles da Silva e Martinho de Mendonça de Pina e Proença, juntando-se depois D. António Caetano de Sousa.

Na sequência da fundação, foi nomeada uma direcção, presidida por D. Manuel Caetano de Sousa e que teve como secretário o Conde de Villamayor. A 22 de Dezembro foram aprovados os estatutos, divididos em dez capítulos, nos quais, para além da organização e membros, que seriam 50, ficava determinado que «A Academia terá selo e empresa... o selo será composto do escudo das Armas Reaes, e debaixo dele a figura do Tempo preso com cadeas, e na circunstancia este titulo: *Sigillum Regiae Academiae Historiae Lusitanae*. A Empresa será o simulacro da Verdade, como a representarão os Antigos, com esta letra: *Restituet omnia*».

O primeiro objectivo foi a elaboração da *Historia Ecclesiastica destes Reynos, e depois tudo o que pertencer a toda a Historia delles, e de suas conquistas*, que devia obedecer a um método, sem o qual o trabalho não seria aceite como científico, o que viria a colocar a Real Academia na origem de uma *história científica*. Para tanto foi definida a prioridade de «ajuntar manuscritos» e «convocar escritores», sendo determinante a protecção Real, «porque sem elle não se abrem os Archivos, nem se descobre o que nelles está não só recolhido, mas sepultado...».

Ao longo das sessões da Academia Real, que contaram com as contribuições dos académicos nomeados, multiplicaram-se as questões, as dúvidas e os debates. Porém, nenhuma das *Histórias* se completou. Mas, certo foi o muito labor desses primeiros académicos, expresso nas cartas, nos catálogos, nos cadernos de apontamentos, nos «papéis» entregues para análise aos censores..., a maioria dos quais impressos na época. Outros ficaram à espera de posterior tratamento, vindo a ser utilizados quando o Padre Luís Cardoso organizou as chamadas «Memórias Paroquiais». Certo também o crescimento da Instituição graças à protecção régia, traduzida em rendas, favores, facilidades, como a livre entrada nos Arquivos ou a responsabilidade dada à Academia da Defesa e Conservação dos Monumentos Antigos.

A actividade da Real Academia manteve-se com grande dinamismo por mais de meio século. Fundada para escrever a História, a Real Academia haveria de desempenhar também um papel fundamental como editora, com o privilégio de ter os seus próprios censores!

O seu último acto público ficou assinalado em 1777, dia do aniversário da Rainha, quando, como era tradição, fez o discurso oficial diante D. Maria. A partir de então, a sua existência é omissa, sem que, no entanto, tivesse sido extinta.

Com uma história interrompida ao longo de cento e cinquenta anos, renasce a 19 de Maio de 1936, a Real Academia da História Portuguesa sob a designação de Academia Portuguesa da História.

«AMÁLIA, UMA VOZ EM TODOS NÓS»

Joaquim Vicente Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração
Fundação Amália Rodrigues

Amália Rodrigues é um símbolo ímpar da portugalidade, na sua mais simples genuinidade e magia dos sentidos.

Celebrar o Centenário do seu nascimento é prestar uma justa homenagem e um agradecimento coletivo àquela que foi «uma Pátria pela voz», que nunca deixou de estar entre nós e que continua a inspirar e a servir de exemplo de simplicidade genial para as novas gerações de poetas, compositores, músicos e intérpretes da canção nacional.

Amália somos todos nós, é a voz inesquecível, a sua emoção e a evocação dasua poesia. Uma «estranha forma de vida» que surge no mais sublime e no mais simples do povo. Porque Amália veio do povo, o seu nome sabe-nos a povo.

Simplicidade, naturalidade e lucidez, no recanto do mais infinito e sublime da sua alma, vivem em nós.

A portuguesa que abarcou todo o mundo, que emocionou reis e rainhas, que cantou fado e modinhas populares, operetas e óperas, canções italianas, espanholas, francesas, inglesas. No fundo, talvez uma certa divindade tenha tocado em Amália e lhe traçou um destino. E Amália rescreveu de forma mágica os desígnios do fado que mora em todos nós. Os desígnios de um povo.

É Amália, ela mesma, que colhia flores, subtilmente e com sorriso de pureza, em jardins alheios, de canteiros, na beira das estradas, que se fez Mulher Divina em palco, com a beleza das suas bijuterias, com a altura dos seus saltos altos e também foi sempre cosmopolita, com sua imagem e um estilo muito próprios.

Inconfundível e inigualável na intensidade com que transcende o mundo social e artístico e como o supera com a sua genialidade, o seu brilhantismo, a sua argúcia, o seu espírito. O espírito de quem, atravessando mares, oceanos e continentes, levou Portugal e a língua portuguesa sempre mais longe, valorizando-a, tal como contribuiu decisivamente para a consagração do fado como património imaterial da Humanidade.

Obrigado, Amália.



200 ANOS DO NASCIMENTO DE FLORENCE NIGHTINGALE

Gabinete História e Memórias (GHM)
Escola Superior de Enfermagem do Porto (ESEP)

Florence Nightingale nasceu em Florença a 12 de maio de 1820, data que se assinala anualmente através da celebração do Dia Internacional do Enfermeiro. No bicentário do nascimento desta ilustre figura da enfermagem, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara 2020 como o Ano Internacional do Enfermeiro. Esta homenagem, a uma mulher que dedicou a sua vida a cuidar dos mais vulneráveis, que entendeu o valor e a importância da profissionalização da enfermagem e que participou na formação de várias gerações de enfermeiras, pretende ser uma chamada de atenção à figura do Enfermeiro pela sua contribuição nos cuidados de saúde, dando destaque aos problemas e desafios da profissão na atualidade e enfatizando a necessidade do aumento de investimento nesta classe profissional. Oriunda de uma família inglesa, influente e rica, teve uma esmerada educação, muito superior à que era proporcionada às mulheres do seu tempo, que incluiu o estudo de latim, grego, história, filosofia, matemática, línguas modernas e música. Os vastos conhecimentos adquiridos, bem como a sua natural inteligência e carisma, foram a base do trabalho que desenvolveu ao longo de toda a sua vida e do legado que deixou à humanidade, sendo considerada a fundadora da enfermagem moderna. Apesar da oposição dos seus pais, não hesitou em seguir o que considerava ser uma vocação e prosseguir o objetivo



de ser enfermeira, ultrapassando as barreiras legais e sociais com que todas as mulheres nessa época se confrontavam, se pretendiam ter uma profissão independente. Em 1851 recebeu treino em enfermagem no hospital de Kaiserswerth e, em 1853, visitou Paris, para conhecer o trabalho das Irmãs de Caridade e onde pôde analisar a im-

portância da arquitetura hospitalar. De regresso a Londres, foi nomeada superintendente de uma «Instituição para Senhoras Doentes», o que lhe proporcionou a possibilidade de aplicar os seus conhecimentos. Mas foi na Guerra da Crimeia (1853-1856) que Florence evidenciou a sua grande capacidade de liderança e determinação; aí adquiriu o conhecimento prático para impulsionar a reforma hospitalar e a reorganização dos serviços de saúde na segunda metade do século XIX, tendo sido condecorada pela rainha Vitória pelo reconhecimento do seu trabalho com os soldados, durante esta guerra.

Acompanhada de uma lamparina, fazia a vigília aos feridos, o que fez com que ficasse conhecida pela «Lady with the Lamp». A lamparina de Florence tornou-se, assim, no emblema da profissão, símbolo não só da esperança para

os soldados feridos na Guerra da Crimeia, mas também do conhecimento necessário para o exercício da profissão. Conseguiu demonstrar a importância da formação e, em 1860, fundou a Escola de Enfermagem no Hospital Saint Thomas, considerada a primeira escola profissional de enfermagem em todo o mundo. A sua conceção de enfermagem focava-se na prevenção e no doente, não na doença e na cura, apanágio da época; valorizava o ambiente, a iluminação, a alimentação, entre tantos outros aspetos ignorados até à altura, no tratamento dos doentes.

Ao longo da sua vida, Florence Nightingale escreveu entre 15 a 20 mil cartas e cerca de 200 obras, entre livros, relatórios e folhetos, nos quais são bem evidentes as suas crenças, observações e desejos de mudança nos cuidados de saúde. É uma das primeiras bioestatísticas da história, tendo sido a primeira mulher admitida como membro do Royal Statistical Society, em 1860, pela qualidade do trabalho

desenvolvido durante a Guerra da Crimeia; em 1907, foi a primeira mulher a receber a Ordem do Mérito no Reino Unido, uma honra concedida em reconhecimento pelos serviços eminentes prestados nas forças armadas, ou para o avanço da arte, literatura e ciência. A sua obra, para além de ter tido um enorme impacto na saúde e organização dos serviços hospitalares a nível mundial, durante esse período, forneceu uma estrutura para a profissionalização da enfermagem contemporânea. Os valores morais nos quais fundou a sua conceção da enfermagem, bem como os conhecimentos científicos que produziu, contribuíram decisivamente para a mudança da imagem social da enfermagem, que hoje é compreendida como uma profissão

respeitável, exercida por profissionais altamente qualificados, humana e cientificamente, imprescindíveis num sistema de saúde moderno. Florence Nightingale faleceu a 13 de agosto de 1910, em Londres, com 90 anos de idade.

Na comemoração do aniversário do seu nascimento verificamos que a Enfermagem, enquanto disciplina do conhecimento, sustentada na investigação produzida e com a visão de uma Enfermagem mais significativa para as pessoas, constitui a homenagem mais adequada e mais viva à memória de Florence Nightingale.

O PERFUME DOS CITRINOS

Fortunato da Câmara
Crítico gastronómico do *Expresso*

Quando se pensa que, um dia, as imagens em movimento poderão transmitir odor em paralelo aos ecrãs, a filatelia já deu esse passo há mais de uma década.

Esta aromática edição filatélica traz-nos o perfume cítrico e envolvente da flor de laranjeira.

Os citrinos têm um rasto longínquo na história da humanidade. As reminiscências conhecidas apontam para o noroeste da Índia e o sudoeste da China. Inicialmente, as laranjas, de entre uma variedade grande de árvores cítricas, eram amargas e azedas, mas ao longo de séculos, os antepassados chineses tentaram melhorá-las. Ao redor do Mediterrâneo existiam também diversas laranjeiras trazidas da Pérsia, mas que não frutificavam, sendo as suas folhas e flores aplicadas em poções aromatizantes.

Ora se a China, e posteriormente a Ásia, são o berço das múltiplas espécies de citrinos que hoje se conhecem, e que ascendem a largas centenas de variedades, Portugal está ligado de forma indelével à chamada «laranja doce» (*Citrus sinensis*).

A excelente aclimação que o fruto teve no nosso território, ganhou grande popularidade europeia a partir do século XVI, ombreando nos séculos seguintes com as então «amargamente» reputadas laranjas de Sevilha.



O legado da laranja portuguesa subsiste. O nome Portugal é sinónimo de laranja em lugares longínquos como o Irão (*porthegal*), a Turquia (*portakal*), a Roménia (*portocal*), e na Grécia, onde o nome *portokalia* está certificado através da designação DOP da laranja grega *Portokalia Maleme Chanion Kritis*. A qualidade dos citrinos lusos é igualmente reconhecida desde 1996, onde o mediterrânico *modus vivendi* do Algarve recebeu a certificação IGP dos *Citrinos do Algarve*, que além de laranjas, inclui igualmente clementinas, tangerinas, toranjas

e limões. É precisamente da cozinha regional algarvia que nos chega uma receita que cruza a história da região com o fruto. Num passado bem distante, algures entre os séculos VIII e XII, é provável que alguém tenha feito um *roz bel hlib* (arroz com leite) e um *mazaheer* (água de flor de laranjeira). Estes dois elementos ancestrais na cultura do Magrebe têm hoje receitas disseminadas do Brasil ao Médio Oriente. Por cá, persistem numa receita peculiar de aparência conventual, batizada de «Arroz doce à Estoieense», oriunda de Estoi, concelho de Faro. O licor de flor de laranjeira tem antecedentes numa receita inglesa de 1727, *orange flower brandy*, numa época em que Portugal e França eram grandes exportadores de água de flor de laranjeira.

O perfume cítrico é histórico na alma lusa, algo a que não será alheio o facto da UNESCO ter reconhecido Portugal (2013) como um dos países herdeiros do Mediterrâneo pelo património antropológico, sociológico, gastronómico e nutricional.

A Dieta Mediterrânica tem no Algarve o símbolo desse património que se pode sentir, cheirar... e saborear!

CINQUENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO CABOVERDEANA

Homenagem a Eugénio Tavares
Emissão conjunta Portugal - Cabo Verde

José Luís Hopffer Almada

Presidente da Direcção da Associação Caboverdeana

Celebra-se neste ano de 2020, o Cinquentenário da Associação Caboverdeana (ACV), a conhecida Agremiação da Comunidade Cabo-Verdiana Radicada em Portugal, sediada na cidade de Lisboa, mais concretamente da instituição que é hoje considerada como a sua primeira denominação histórica, a Casa de Cabo Verde.

Na verdade, uma das características essenciais da actual Associação Caboverdeana é a sua notável longevidade. Com efeito, os anais da sua História demonstram que os actos preparatórios, constitutivos e fundadores da Casa de Cabo Verde, a primeira denominação histórica da Associação Caboverdeana, iniciaram-se no ano de 1969, com reuniões várias que levaram à constituição dessa mesma Associação nas instalações anfitriãs da Casa do Alentejo, um espaço assaz emblemático da Cidade de Lisboa, onde tudo começou, ainda no decurso desse ano assaz enredado nos muitos dilemas e vicissitudes das promessas de distensão política da chamada Primavera Marcelista, vindo a culminar com a aprovação dos Estatutos pelos seus promotores e a sua, na altura, indispensável homologação/autorização pelos Ministros do Interior e do Ultramar, nos dois últimos meses de 1969, e, assim e nessa apertada sequência, a sua escritura pública e a sua subsequente publicação, nos dois primeiros meses de 1970, no Diário do Governo.

Instalada primeiramente no escritório do Dr. Lucas da Cruz, um dos seus dois primeiros co-promotores, conjuntamente com o Dr. Manuel Chantre, e um dos seus muitos co-fundadores e o primeiro Presidente da sua Direcção, e posteriormente, e até aos dias de hoje, durante todos os mandatos dos titulares dos órgãos sociais das suas sucessivas denominações, no 8.º andar do n.º 2 da Rua Duque de Palmela, ao Marquês de Pombal, no coração de Lisboa, a



Casa de Cabo Verde marca o início de um longo processo que, acompanhando a conturbada História contemporânea de Cabo Verde, determinou mudanças várias não só nos seus Estatutos, mas também na sua denominação e na sua composição social, todos originados em verdadeiros actos de refundação histórica.

Referimo-nos designadamente àqueles actos que, em resultado da fusão entre a Casa de Cabo Verde e o Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné (GADCG, inicialmente denominado Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde-GADC), determinaram a sua mudança de nome e identidade para Associação de Cabo-Verdianos e Guineenses (ACG) e, depois, na sequência da falência pós-colonial do princípio e do ideário da unidade Guiné-Cabo Verde e do projecto da união orgânica entre as Repúblicas independentes e soberanas de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, para a actual Associação Caboverdeana (ACV).

Nos tempos mais recentes, mais precisamente a partir da segunda década do novo século e do novo milénio, assistiu-se a uma nova configuração estatutária e a uma Nova Largada da Associação Caboverdeana com a descomplexada e desassombrada assunção da integralidade e da plenitude da sua História com todas as suas vicissitudes, marcadas pela descontinuidade, mas também por uma notável continuidade, pois que todas ocorridas com estrita observância dos Estatutos vigentes em cada momento histórico e no mesmo emblemático espaço onde ainda se encontra instalada a sede da ACV.

Muitos foram os projectos concebidos e implementados pela Associação Caboverdeana durante o seu já longo percurso e sob as suas várias denominações históricas, destacando-se de entre eles, nos tempos mais recentes e sob a sua actual denominação: o Projecto de Alfabetização Bilingue nos Bairros Periféricos de Radicação da Comunidade Cabo-Verdiana; a activa colaboração no Processo de Legalização Extraordinária de Imigrantes Cabo-Verdianos Radicados em Portugal e desprovidos de documentação portuguesa; a participação activa e preponderante na inclusão em lugares destacados nas listas eleitorais de associações e partidos políticos portugueses, como o Partido Comunista Português, o Partido Socialista Revolucionário, o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, para os diferentes níveis locais e nacionais do poder político de candidatos a deputados e eleitos municipais, caboverdianos ou de origem caboverdeana, lugares esses por vezes elegíveis para a mais alta instância de representação política, a Assembleia da República portuguesa, como foi o caso concreto pioneiro do Partido Socialista.

Deste modo, a Associação Caboverdeana pôde ser, permanecer e continuar a ser a mais antiga e emblemática das associações criadas pela Comunidade Cabo-Verdiana Residente em Portugal ainda em actividade, perdurando até aos dias de hoje com esse prestigiado e responsabilizante estatuto, sempre renovado mediante o desenvolvimento de múltiplas e diversificadas actividades em prol da defesa e da promoção dos interesses da Comunidade Cabo-Verdiana Radicada em Portugal.

É nesse contexto de grande dinamismo, sobretudo nos planos cultural e da promoção da cidadania e da integração cidadã dos cabo-verdianos e de outros cidadãos africanos lusófonos, do incentivo da multiculturalidade e da interculturalidade, da difusão da língua portuguesa, a par do ensino e da divulgação da língua cabo-verdeana, que

a Associação Caboverdeana mereceu o reconhecimento tanto da Sociedade Portuguesa de Acolhimento, como da Comunidade Cabo-Verdiana Radicada em Portugal e do Estado Cabo-Verdiano e de várias Instituições Lusófonas, e consubstanciado no seguinte: a atribuição do Estatuto de Casa da Cultura pelo Ministério da Cultura de Cabo Verde; a atribuição do Estatuto de Observador Consultivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); a atribuição na Categoria Associativismo do Prémio de Mérito e Prestígio da Lusofonia, no mês de Outubro de 2019; a outorga, no decurso da Noite de Gala de Celebração do Cinquentenário da Associação Caboverdeana, de duas importantes Condecorações de Estado, como são a Medalha de Mérito, de Primeira Classe, da República de Cabo Verde por Sua Excelência, o Senhor Presidente Doutor Jorge Carlos Fonseca; a Medalha de Sócio Honorário da Ordem de Mérito da República Portuguesa por Sua Excelência, o Senhor Presidente Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.



É, pois, na festiva ambiência das Celebrações do Cinquentenário da Associação Caboverdeana, ambiência essa tornada imprevisível e assaz perturbadora e desafiante desde os meses finais do ano de 2019 e, em Cabo Verde e Portugal, desde os meses iniciais deste ano de 2020, com a eclosão e a disseminação global, que, infelizmente, ainda perdura, da pandemia do novo coronavírus (sars-cov-2) e da covid-19, e as crises sanitária e económico-social dela resultantes, que se insere a presente emissão conjunta pelos Correios de Portugal e de Cabo Verde do Selo Comemorativo do Cinquentenário da Associação Caboverdeana, em reconhecimento do relevante papel que, desde há cinco décadas, e tendo sempre como marco baptismal a sua primeira denominação histórica, a Casa de Cabo Verde, essa Associação de referência das Comunidades Africanas e Lusófonas Residentes em Portugal vem desempenhando na defesa e na promoção de interesses de diversa índole da Comunidade Cabo-Verdiana Radicada em Portugal, bem como no aprofundamento dos longevos e indestrutíveis laços históricos e de amizade dessa mesma Comunidade Diaspórica com a Sociedade Portuguesa de Acolhimento e entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa, os seus Cidadãos e as suas Instituições Públicas e Privadas.

Não por acaso, escolheu-se o dia 18 de Outubro de 2020, entre várias outras datas possíveis, para a concretização dessa mesma emissão, carregada e prenhe de simbolismo, e a razão para tanto parece de todo em todo plausível e justificada pela dupla celebração que se assinala nessa data: por um lado, do Dia do Aniversário Natalício do Grande Poeta Bilingue, Exímio Cultor das Línguas Portuguesa e Cabo-Verdiana, Polemista de Talento, Democrata Convicto e, ademais, unanimemente considerado como o Maior Autor de Mornas de todos os Tempos Cabo-Verdianos, Eugénio Tavares; por outro lado, do Dia da Cultura e das Comunidades Cabo-Verdianas, de que o grande Vate Nativista Eugénio Tavares é certamente uma referência incontornável, se não o ícone maior e, por isso mesmo, elevado pelo Governo Cabo-Verdiano, aliás, com todo o sentido de justiça e de reconhecimento pelo seu festejado e invulgar Génio, a Patrono desse emblemático Dia.



150 ANOS DO CABO SUBMARINO EM PORTUGAL

João Cadete de Matos

Presidente do Conselho de Administração

A 8 de junho de 1870, entrou ao serviço o primeiro cabo telegráfico submarino, que ligava Portugal (Carcavelos) ao Reino Unido (Porthcurno). Na inauguração foram trocados telegramas entre o Rei D. Luís I e a Rainha Vitória.

Os tempos eram de um crescente desenvolvimento do comércio internacional, em particular nos impérios coloniais. Não é, por isso, de estranhar que, uma vez lançada a comunicação por cabo submarino, esta tenha merecido o título de oitava maravilha do mundo.

As principais estações portuguesas de cabos submarinos internacionais eram Carcavelos (Continente), Horta (Açores), Funchal (Madeira) e São Vicente (Cabo Verde). Pela sua situação geográfica – em pleno Atlântico, a meio caminho entre a América do Norte e a Europa –, a Horta destacou-se na rede telegráfica submarina internacional.

Na tradição de «Novos Mundos ao Mundo», tão bem expressa por Luís de Camões, Portugal conseguiu posicionar-se na rede mundial de cabos submarinos como um importante ponto de amarração, promovendo a interligação de sistemas internacionais.



Facilitou dessa forma as comunicações entre continentes e contribuiu para unir as múltiplas e distantes comunidades em que se inseria.

Hoje, Portugal é o único país no mundo com ligações estabelecidas em cabo submarino direto com todos os continentes (à exceção da Antártida), contando com 12 amarrações de sistemas submarinos óticos internacionais. Em complemento, os cabos submarinos são também essenciais para manter a coesão territorial (social e económica) do país, assegurando a totalidade da interligação doméstica entre o Continente, os Açores e a Madeira, assim como a interligação entre todas as ilhas desses arquipélagos.

Em 2020, ano em que se celebra o 150.º aniversário do cabo submarino em Portugal, importa reconhecer o papel desempenhado pelos cabos submarinos nas comunicações internacionais e nacionais, e o seu contributo para o desen-

volvimento da sociedade da informação e para a ligação entre diferentes geografias.

Muitos desconhecem que o cabo submarino é o meio de comunicação que suporta a quase totalidade do tráfego internacional, permitindo por isso o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade de informação. Este meio de comunicação é também uma plataforma por excelência para a introdução de tecnologias de ponta.

No futuro, tal como no passado, as comunicações continuarão seguramente a passar pelo fundo do mar, onde, de forma discreta e insuspeita, os cabos submarinos deverão continuar a desempenhar um papel fundamental, sempre ao serviço da Humanidade.



É TEMPO DE ESPERANÇA

A pandemia do novo coronavírus assombrou o mundo inteiro no ano de 2020.

Ruas desertas, lojas fechadas, escolas encerradas, voos cancelados.

O advento do teletrabalho.

A necessidade absoluta de usar máscara e gel desinfetante, o paradigma do distanciamento físico. Abraços e outras manifestações de afeto proibidos.

A crise económica já colocou milhões de pessoas no desemprego e na miséria, uma situação cujo desenvolvimento tem sido mais rápido do que a tomada de decisões políticas. As medidas para combater a pandemia paralisaram setores inteiros da economia mundial e levaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) a fazer previsões sem precedentes na sua existência: a economia mundial poderá cair 4,9% em 2020, arrastada por uma contração de 8% nos Estados Unidos, de 10,2% na zona euro e de 5,8% no Japão. Mesmo para aqueles que ainda não foram diretamente afetados, a pandemia está já a ser a mais relevante variável de disrupção de vida, em dimensões que até há pouco julgávamos ser apenas do âmbito da ficção especulativa.

É TEMPO DE ESPERANÇA



Todavia, a obrigatória situação de confinamento que muitas sociedades tiveram de respeitar também trouxe à superfície sinais de esperança na humanidade e na capacidade de regeneração e de reinvenção de muitas pessoas.

Um novo olhar sobre os efeitos da poluição, em consequência da grave diminuição de todas as atividades; uma ideia de união planetária, já que a doença é global e não escolhe geografias, credos religiosos ou sistemas políticos; um apelo generalizado à criatividade para diminuir os efeitos do isolamento; a adoção mais generalizada de atos de bondade e respeito pelo próximo; a prática da solidariedade como pilar do comportamento social.

Por isso, decidimos mostrar nesta emissão filatélica que a esperança no futuro é imprescindível. Acreditamos que é a esperança que nos vai ajudar a ultrapassar esta crise. Todos juntos.

O bloco desta emissão tem uma inserção em grafeno – material utilizado pela 1.ª vez no mundo em filatelia – estando nele gravado o poema «Contágio» da autoria do médico-escriptor Miguel Torga e datado de Coimbra, 15 de setembro de 1951:

«Há uma esperança:
A constância otimista da alvorada.
Quando os galos começam,
E o melro, meu vizinho, abre a janela,
Qual desespero, qual desilusão!
Como cadáveres que ressuscitassem,
Os versos endireitam-se, renascem,
E mesmo incertos, a mancar, lá vão...»

No ano em que se comemoram os 500 anos do correio em Portugal, a App CTT Filatelia surge associada à tecnologia NFC, no acesso às inovações filatélicas com realidade aumentada.

Com recurso à câmara do telemóvel, a função NFC possibilita outro tipo de experiências explorando novas realidades.

Para aceder a esta funcionalidade siga os seguintes passos:

1. Descarregue a App CTT Filatelia, disponível nas App Store e Play Store, para o seu dispositivo móvel;
2. Verifique se o seu dispositivo móvel está equipado com tecnologia NFC;
3. No bloco, procure a zona onde está a ser emitida a frequência NFC.

A App CTT Filatelia apresenta a emissão «É Tempo de Esperança», o primeiro bloco filatélico a ser produzido em todo o mundo com uma inserção em grafeno que contém um circuito de informação impresso com um poema de Miguel Torga, «Contágio».

1. Para poder aceder a esta tecnologia e ver a mensagem codificada no seu dispositivo deve aproximá-lo do selo que está à direita no bloco.
2. Encoste o verso do seu telemóvel ao selo.
3. Será enviada uma mensagem para o seu dispositivo.



175 ANOS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NAVAL

Escola Naval

Em 1779, o Ministro da Marinha, Melo e Castro, criava em Lisboa a Academia Real de Marinha destinada à formação académica dos oficiais das marinhas mercante e de guerra. O ensino era vocacionado essencialmente para ma-



térias de índole teórica, não existindo qualquer componente de formação militar. Como este estabelecimento de ensino não era suficiente para desenvolver o devido enquadramento militar dos futuros oficiais da Marinha militar, D. Maria I restaura a Companhia dos Guardas-Marinhas, por decreto de 14 de dezembro de 1782¹. Mencionava o Decreto, promulgado pela Rainha: «considerando o muito que convem ao meu real serviço, que na Marinha haja officiaes hábeis e instruídos para servirem com utilidade naquelle exercício.»²



A 1 de abril de 1796, D. Maria I criava a Academia Real dos Guardas-Marinhas, que integrou a Companhia dos Guardas-Marinhas, ministrando igualmente a formação científica até aí assegurada pela Academia Real de Marinha. Anos mais tarde, o diploma fundador da Escola Politécnica de Lisboa, de 1837, faz referência a uma futura reorganização do ensino naval, e estabelece a ligação entre a Academia de Marinha e a Escola Politécnica, através da cadeira de Trigonometria Esférica e Navegação, teórica e prática. Os anos seguintes são marcados por um aceso debate entre os defensores do «politécnico», que queriam manter a todo o custo o monopólio no ensino técnico, conservando nas suas mãos a formação do futuro oficial da Armada, e os que estavam ligados ao mar,

argumentando que as matemáticas superiores, a Geometria, e outras disciplinas académicas, muito pouco, ou nada, serviriam a quem tivesse tarefas de liderança e comando num navio de guerra.

Foi o relatório de uma Comissão, criada com o intuito de tornar o ensino naval independente, que levou à publicação de uma Carta Lei de 23 de abril de 1845, criando a Escola Naval, e do decreto de 19 de maio do mesmo ano, em que esta nova instituição era regulamentada. Assim, por decreto de D. Maria II³, a Academia Real dos Guardas-Marinhas passava a designar-se por Escola Naval, cujas instalações se

¹ Henrique Alexandre da Fonseca, «A Propósito da Criação da Companhia de Guardasmarinhas e da sua Academia», *200 Anos da Companhia de Guardasmarinhas e da sua Real Academia*, p. 66.

² *Decreto de 14 de Dezembro de 1782 que cria uma Companhia de XLVIII Guardas-Marinhas*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, Códice 6473.

³ António Luiz Porto e Albuquerque, *Da Companhia de Guardasmarinhas e sua Real Academia à Escola Naval. 1782/1982*, pp. 1516.

manteriam no Terreiro do Paço, na antiga Ribeira das Naus, local simbólico, associado aos Descobrimentos.

A Escola Naval encontra-se atualmente no Alfeite, local onde se instalou em 1946, e continua, hoje como há 175 anos, a cumprir a sua missão, formando os futuros oficiais da Marinha, sob o lema que guia todos os que nela têm prestado serviço, «Talent de bien faire» (Vontade de bem fazer).



FESTAS E ROMARIAS - LUGARES DE FÉ O SENTIDO DE SEGUIR E DE PARTICIPAR NO SAGRADO

Paulo Mendes Pinto

Autor do livro *Festas e Romarias - Lugares*

O que é a essência da Religião? O que é o «religioso»? Muito se tem escrito e debatido sobre estas questões.

O lugar, a manifestação, o sagrado identificado num momento e num tempo, o ritual e a participação nesse sagrado – tudo nos complementa uma definição que é sempre incapaz de reter em si a totalidade da definição.

Desde tempos imemoriais que em todas as religiões se peregrina, se buscam lugares sagrados e se consolidam caminhos nas tradições, nos gestos e nos imaginários.

Muitos dos lugares mais fortes de memória e de simbolismo religioso têm na viagem o seu momento quase genésico. Em quase todas as religiões, o calendário é marcado pelo ritmo da visita aos santuários.

Nas tradições cristãs, há registo de peregrinações à Terra Santa a partir do sé-



culo II. Os crentes queriam visitar os espaços da vida e do martírio de Jesus e dos seus mais diretos discípulos. De resto, seja pela ida às origens, a Jerusalém e a outros lugares da vida de Cristo, seja pela visita à cabeça da Igreja, a Roma, seja, ainda, pela visita a um sem número de santuários, locais ou regionais, o Cristianismo será uma religião da viagem e do caminho.

O Cristianismo nascente irá também nesta região viver desde muito cedo este sentido da peregrinação, talvez herdado desse passado não muito distante.

No século IV, Egéria escreveu uma descrição da sua viagem à Terra Santa entre 381 e 384 (as datas aceites mais

comumente), que lhe outorga a consideração de primeira escritora hispânica em língua latina.

Atravessou o Sul da Gália e o Norte da Itália; cruzou de barco o mar Adriático. Chegou a Constantinopla em 381, e daí partiu para Jerusalém, visitando Jericó, Nazareth e Cafarnaum. Partiu de Jerusalém para o Egito em 382, visitou Alexandria, Tebas, o mar Vermelho e o Sinai. Visitou logo Antioquia, Edessa, Mesopotâmia, o rio Eufrates e Síria desde onde regressou via Constantinopla. Não há registo da data, o lugar e as circunstâncias da sua morte.

A presença islâmica, o estar virado para Oriente, rezar e ir nessa direção, irá consolidar esta ideia fundamental ainda hoje presente na linguagem: o verbo «orientar», que significa, em sentido estrito, colocar um mapa de acordo com os pontos cardeais mas que, significa ainda, descobrir um caminho, organizar, tem como raiz «virar para Oriente», exatamente no sentido oposto à forma como mentalmente se concebia o próprio espaço onde se vivia, o Ocidente, o

Algarve, na raiz árabe.

Numa tradição de milhares de anos, seria longa e inesgotável uma lista dos lugares de romaria e festa cíclica em Portugal. O Cristianismo, como bem nota, num tom de dura crítica, Martinho de Dume no seu *De Correctione Rusticorum* (*Da Correção dos Rústicos*, século VI), integrou uma parte muito significativa dos cultos politeístas anteriores, sejam os que mais perduraram no tempo, os lugares altos, muitos com culto desde a Idade do Bronze, sejam as festas em honra de rios, de nascentes e de bosques.

Esta herança deu a Portugal um colorido ímpar e uma riqueza de tradições que percorre o país de norte a sul, do interior ao litoral num sem número de matizes entre o passado pagão e uma cristianização quase sempre superficial mediante uma fraca mudança de roupagem ou de nomenclatura.

Em todos os casos, a presença cristã faz-se nos momentos solenes, de oficialidade e com muita presença no tecido social. Muitas vezes essa presença religiosa normatizadora parece ser tolerada ou aceite porque valorizadora do momento; acrescenta sacralidade.

Mas quantas vezes essa presença tem um tom de artificialidade que nos faz perceber a tensão existente. Os lugares aqui apresentados procuram uma certa representatividade, seja geográfica, seja temática.

Este foi o principal critério: a geografia e a tipologia. Algumas são das mais conhecidas e vivenciadas, outras são mais pequenas. Neste roteiro está uma certa visão global que nos permite chegar, tantas vezes, a fenómenos com marcas antiquíssimas de continuidade de culto.



40 Anos
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

Dra. Margarida Corrêa de Aguiar
 Presidente da ASF

O Fundo de Garantia Automóvel celebra, a 25 de setembro de 2020, 40 anos de existência. Uma data particularmente importante devido ao enorme impacto que este fundo público, gerido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, tem na sociedade e na economia. A sua missão principal é, e tem sido, a proteção das vítimas de acidentes de viação que, de outro modo, não seriam protegidas, garantindo toda a assistência hospitalar necessária, a recuperação, justo ressarcimento em termos económicos e os danos futuros aos grandes incapacitados. Durante quatro



décadas a sua atuação pautou-se pela discrição, independência, responsabilidade, rigor, transparência e, sobretudo, pela promoção do interesse público, na criação de mais valor através da melhoria do funcionamento do mercado em benefício dos consumidores, das atividades dos operadores e da economia. Desde a sua criação, cerca de 13 mil pessoas foram já assistidas na recuperação de danos corporais e perto de 50 mil pessoas foram ressarcidas de danos materiais resultado de acidentes de viação. Os anos futuros representam novos desafios em face da cada vez mais rápida evolução de soluções e inovações associadas à mobilidade, às quais o Fundo de Garantia Automóvel dará resposta, assumindo as suas responsabilidades e mapeando e caracterizando os novos riscos face à sua missão de proteção e garante das vítimas de acidentes rodoviários. O Fundo de Garantia Automóvel assume assim um papel de enorme relevância junto da sociedade civil, contribuindo, na prossecução das suas atribuições e missão, para a justiça, a equidade e a proteção de vítimas de acidentes de viação que de outra forma dificilmente veriam os seus direitos garantidos.



100 ANOS NA GRANJA DO MARQUÊS
 UM PASSADO-PRESENTE DE AERONÁUTICA

António Mimoso e Carvalho

Em Sintra, entre o mar e a serra, encorajados pela contemplação diária milhares de portugueses vivenciaram o ambiente aeronáutico servindo na Aviação. Muitos forjaram a sua vocação militar, alcançaram uma especialização e capacidades únicas de Comando. Alguns, como tripulantes, sulcaram os ares tornando realidade o sonho de voar.

A emissão filatélica, com data de 12 de outubro de 2020, assinala o centenário do início do primeiro curso de pilotagem na Granja do Marquês. Desde 20 de fevereiro de 1920 a Escola Militar de Aviação, transferida de Vila Nova da Rainha, preparou-se para reativar a nobre atividade aérea de instrução.



Tornou-se assim possível o desenvolvimento da Escola Militar de Aviação, evoluindo em termos de organização e estrutura, recebendo diferentes designações nas diversas vertentes que a caracterizaram ao longo de um século. Em 1939, fruto da reorganização da Aeronáutica foi designada Base Aérea n.º 1, continuando a envolver sentimental e profissionalmente todos os «aviadores» das diferentes especialidades.

A Escola foi acumulando experiência, conhecimento e saber aeronáutico nas suas múltiplas facetas, contribuiu para



a formação dos primeiros pilotos civis em Portugal e representou um capital acrescido da Aeronáutica Militar para a sua transformação em Força Aérea Portuguesa, em 1952.

A pequena pista inicial com apenas 400 metros de comprimento, em 1920, foi expandida e no final da década de 30 constituiu-se, também, como Aeroporto Internacional de Lisboa. A partir dos anos 60 evoluiu-se para uma excepcional infraestrutura aeronáutica onde operavam modernos aviões a jato de instrução de pilotagem.

Ao longo de 100 anos a Granja do Marquês acompanhou a prodigiosa evolução da aviação, sendo referência pela especificidade das componentes de Instrução e Ensino, Operações e Património.



Na continuidade, com a reformulação da estratégia nacional nos anos 70, o desenvolvimento técnico e tecnológico, a aquisição e utilização de novas capacidades, e ainda, a necessidade de aumentar e valorizar o conhecimento aeronáutico, numa lógica transversal ao emprego do Poder Aéreo, concentrou na Granja do Marquês as áreas de inovação relacionadas com o ensino e formação militar do pessoal através da criação do Instituto de Altos Estudos e da Academia da Força Aérea.

A atividade aérea operacional foi marcante nos exigentes anos 30 e 40 com a atribuição, embora durante poucos anos, de modernos aviões de bombardeamento de noite e uma esquadrilha de caça, mantendo-se as responsabilidades no âmbito da instrução de pilotagem elementar, básica e avançada. Posteriormente missões como o transporte de VIP e o reconhecimento e pesquisa de recursos naturais, entre outras, foram atribuídas à Unidade.

O património histórico e edificado, sendo entre as Unidades da Força Aérea, incluem o Palácio, a Capela e edificações antigas que se tornaram um ícone da Aeronáutica portuguesa. O Palácio, adquirido aos descendentes do Marquês de Pombal, é um Solar típico do século XVIII sucessivamente aumentado para satisfazer os requisitos de funcionamento, sempre respeitando a arquitetura original.

Em paralelo, a evolução do acervo aeronáutico localizado na Unidade e a necessidade de criar novos espaços museológicos conduziu à ampliação das instalações do Museu do Ar em 2011, integrando as coleções principais da aeronáutica portuguesa e uma componente da aviação civil.

A Granja do Marquês pelo seu honroso passado e vivências, constitui-se como um incontornável património imaterial, pelo repositório de princípios e cadeia de valores, padrões referenciais identitários da Força Aérea, através da Base Aérea nº 1 como fiel depositária do património histórico e herdeira das tradições aeronáuticas da Aviação Militar / Força Aérea Portuguesa em Sintra, da Academia da Força Aérea e do Museu do Ar. Como espaço aeronáutico mítico ao continuar a forjar o espírito de Missão nas novas gerações, mantém e eleva o que *une* e *distingue*, assegurando um valor transcendente transmissível para o futuro.

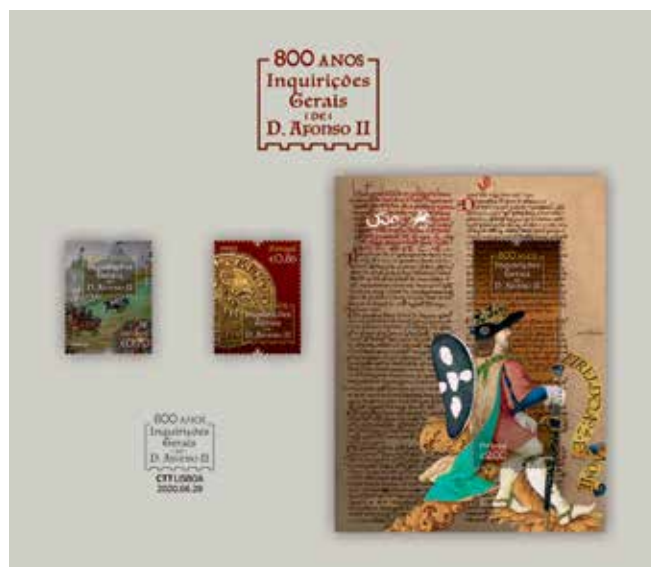


AS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1220 – VIII CENTENÁRIO

J. A. de Sottomayor-Pizarro

Universidade do Porto
Academia das Ciências de Lisboa

Um dos traços mais interessantes e característicos da história do poder régio no Ocidente europeu, entre os meados do século XII e os meados do século XIII, é o da gradual recuperação por parte dos monarcas do exercício de direitos na sua essência públicos, mas que as circunstâncias políticas, sociais e económicas dos séculos anteriores, em particular entre os séculos IX e XI, tinham sido apropriados pelos poderes senhoriais, tanto laicos como eclesiásticos, quando não, mesmo, por delegação das próprias autoridades régias, limitadas na sua capacidade para exercer uma autoridade plena em todos os territórios que senhoreavam. Recuperação lenta, como seria de esperar, com ritmos e em cronologias por vezes muito diferenciados, ao sabor das vicissitudes políticas ou do enquadramento interno ou externo de cada monarquia. No caso Hispânico, como seria de prever, a existência de uma guerra permanente de fronteira contra o Islão, condicionou muito esses processos evolutivos, tanto no sentido de os retardar como de os dinamizar, de acordo com as possibilidades ou necessidades de cada momento.



Nesse processo de recuperação, o controle da escrita foi essencial. Com efeito, durante mais de metade da Idade Média a escrita foi quase por inteiro dominada pelos eclesiásticos, exercendo dessa forma um poder muito considerável sobre toda a sociedade, também por serem os únicos que garantiam a conservação escrita da memória, das leis, das prescrições, das orações, enfim, de todos os textos que regulavam a vida quotidiana.

Desde os finais do século XII, a par da fundação das primeiras universidades, onde se começa a formar um corpo de funcionários especializados, em particular na área jurídica, e da complexificação das estruturas de governação, verifica-se uma maior atenção dada pelos reis aos mecanismos de apoio à sua autoridade, de entre os quais se vai destacar a chancelaria régia, aonde se elaboram e registam

os diplomas emanados da sua autoridade e que se difundem por todo o território. Daí o afã, por exemplo, com que os monarcas de Duzentos se preocuparam em definir com todo o rigor as respectivas fronteiras, de forma a serem reconhecidos dentro desses limites pelos seus súbditos sob os aspectos políticos, fiscais ou judiciais. Desse ponto de vista, e no que a Portugal diz respeito, a figura de D. Afonso II (1211-1223) destaca-se de uma forma incontornável pela sua acção política, sem que esta afirmação desdoure a herança notável que recebeu dos seus pai e avô. Mas com ele, os níveis até então atingidos vão subir a um patamar de desenvolvimento, que colocaram a monarquia portuguesa a par das suas congéneres mais desenvolvidas, como a Inglaterra ou a França.

Impossibilitado de se afirmar pelo brilho das acções guerreiras, devido à doença da lepra que marcou a maior parte da sua curta vida, a escrita acabou por se transformar na principal arma que esgrimiu contra os seus opositores, tanto os membros da alta nobreza, a começar pelos seus familiares mais próximos, como uma parte dos bispos, que não aceitaram a sua vontade de afirmar o poder régio sobre os demais poderes. Logo nos primeiros meses de governação, talvez por Maio ou Junho, o rei convocou para Coimbra uma reunião da cúria régia, aquela que para alguns se pode considerar a primeira reunião de cortes em Portugal. Dessa reunião resultou a promulgação de algumas dezenas de leis da maior importância, mas sobretudo demonstrativas, como já sublinhou a sua principal biógrafa, Hermínia Vasconcelos Vilar, da perfeita assunção por parte do monarca da sua autoridade e da sua exclusividade na produção legislativa. Não nos deve admirar, assim, que a realização desta cúria e a determinação ali manifestada tenha criado um afastamento total, e mesmo conflictivo entre o Rei e os Infantes seus irmãos.

Nos anos subsequentes, mas em particular desde 1217, talvez animado pela importante conquista de Alcácer do Sal nesse mesmo ano, o monarca inicia uma série de acções do maior alcance do ponto de vista governativo. Em primeiro lugar, o início de um registo de chancelaria, o primeiro realizado em Portugal e dos mais precoces a nível europeu, e em particular hispânico, ou seja, a maior parte da documentação emitida a partir da chancelaria régia ficava copiada num livro de registo, assim se preservando a memória do reinado. Depois, e naquele mesmo ano, o rei procede à confirmação dos privilégios concedidos anteriormente, quer por si quer pelos seus antecessores, numa atitude também demonstrativa do poder que detinha para confirmar ou não as doações ou privilégios concedidos anteriormente. Finalmente, em 1220, lança aquela que por ventura será a medida mais emblemática do reinado, ou seja, umas Inquirições Gerais que decorreram ao longo do mês de Agosto daquele ano.

As Inquirições de 1220 não são uma tipologia documental inédita, nem em Portugal nem em outros reinos, e pelo menos no caso inglês, desde a segunda metade do século XI. A grande novidade do inquérito português assenta no facto de ter como propósito o levantamento dos bens e das rendas da Coroa numa região bastante alargada, e em grande medida coincidente com a uma grande parte da arquidiocese bracarense, com cujo prelado o Rei mantinha um aceso diferendo. Desde o rio Lima ao rio Ave, e desde o mar até ao rio Tua, a comissão de inquiridores, constituída na sua maioria por clérigos regulares e seculares e membros dos meios urbanos, percorreu quase todas as freguesias de três dezenas de julgados e terras, fazendo um minucioso levan-

tamento, através da memória e conhecimento de centenas de testemunhas locais, dos bens da Coroa e das rendas e serviços devidos ao monarca, revelando também diversos abusos cometidos contra aqueles bens e rendas por parte de vários poderes senhoriais. Mas ainda notável, é o facto de os mesmos inquiridores também terem apurado quais os bens detidos pelas instituições eclesíásticas – cabidos, colegiadas ou mosteiros – e as ordens militares em cada uma daquelas freguesias.

Por outro lado, esta iniciativa de D. Afonso II foi continuada pelos seus sucessores imediatos, revelando nos seus pressupostos um continuado reforço do poder cada vez mais “centralizado” dos monarcas – se D. Afonso II, em 1220, perguntou o que tinha, o seu filho D. Afonso III, em 1258, perguntou o que tinham todos num âmbito geográfico muito mais vasto, desde o rio Minho até à vertente setentrional da Serra da Estrela; quanto ao seu neto, D. Dinis, foi ainda mais longe, em 1288, perguntando o que tinham os senhores; por fim, o seu bisneto, D. Afonso IV, pelos meados dos anos de 1330, exigia a apresentação dos documentos régios que tinham concedido o direito ao exercício de determinadas jurisdições.

Poder-se-á perguntar qual o efectivo resultado das Inquirições Gerais de 1220? No imediato, talvez o seu alcance possa ter sido bastante limitado. Mas em termos prospectivos teve um significado excepcional, juntamente com as outras medidas governativas assumidas por D. Afonso II, que sem qualquer dúvida lançou algumas das bases mais antigas e perenes da estrutura pré-estatal portuguesa, colocando Portugal a par das monarquias mais desenvolvidas da sua época.



LIGA DA JUSTIÇA

Descubra o novo grupo de selos que apresentam os heróis da Liga da Justiça em poses icónicas!

Motivado pela sua recuperada fé na humanidade e inspirado pelo ato altruísta do Super-Homem, Bruce Wayne convoca a sua nova aliada, Diana Prince, para combaterem juntos um inimigo ainda mais poderoso. Juntos, Batman e a Mulher-Maravilha rapidamente reúnem uma equipa de meta-humanos para fazer frente a esta nova ameaça. Porém, apesar da formação desta extraordinária liga de heróis — Batman, Mulher-Maravilha, Aquaman, Cyborg e The Flash — será demasiado tarde para salvar o planeta de um ataque de proporções catastróficas?



Realizado por Zack Snyder, este filme marca a estreia no grande ecrã da Liga da Justiça, que conta com um elenco de estrelas: Ben Affleck, Henry Cavill, Gal Gadot, Jason Momoa, Ezra Miller e Ray Fisher.

O mais conhecido de todos os heróis, **Super-Homem**, é também o maior dos idealistas, representando o grau máximo do utopismo americano ao lutar por uma sociedade livre, justa e verdadeira. Nascido no planeta Krypton e dotado de força e resistência descomunais, prima pela defesa do lado bom da natureza humana. E fá-lo tanto envergando o fato azul com um "S" no peito e uma capa vermelha, como no papel do jornalista Clark Kent, redator do jornal *Daily Planet*. Não o deixem é aproximar-se de Kryptonite, matéria que lhe retira a força.

A sua fama rivaliza com a de **Batman**, a outra faceta do milionário Bruce Wayne, a quem a trágica morte dos pais conduziu a uma transmutação, física e mental, em personagem inspirado num morcego. Obcecado pela erradicação do crime em Gotham City, dispõe de notáveis capacidades de artes marciais, dedução, estratégia de combate e conta com o auxílio de tecnologia de ponta. Argumentos que, o também conhecido como «Cavaleiro Negro», exhibe apenas à noite.



Nascida na mítica ilha de Themyscira, a Princesa Diana adquiriu a extraordinária identidade de **Mulher-Maravilha** ao entrar no mundo humano. A sua origem amazona confere-lhe uma invulgar capacidade de defesa da verdade e da justiça num mundo repleto de valores antagónicos. Oscila entre o espírito pacificador e o papel de guerreira, desempenhando-o com recurso a força incrível, notável capacidade de combate, agilidade singular, armas mágicas e poderes curativos.

Transcendentes são também as capacidades telepáticas e de submersão de **Aquaman**, permitindo-lhe assim ter um domínio dos reinos submarinos. Igualmente conhecido como «Rei da Atlântida», o homem nascido da relação entre uma rainha daquele mítico território e um faroleiro, assume-se como guardião da harmonia sob os oceanos. Mas não deixa de fazer sentir a sua influência no mundo terreno.



A velocidade estonteante é a principal característica de **Flash**, alter-ego de Barry Allen, um estudante da Central City University. Este poder permite-lhe realizar feitos espantosos e ajudar os seus companheiros da Liga da Justiça, motivo suficiente para assumir um papel central na luta pela segurança da sociedade.

Um terrível sinistro deu origem a **Cyborg**, parte homem, parte máquina, defensor dos inocentes em perigo. Este ser biónico, reminiscência do jovem Vic Stone, e resgatado à morte pelo pai cientista, alia à força a capacidade de interagir com os mais complexos computadores, dispondo ainda de um vasto arsenal.

Só em comunhão se derrotam os maiores inimigos. Afinal, não podemos salvar o mundo sozinhos.



MUSEU DE FOTOGRAFIA DA MADEIRA – ATELIER VICENTE'S

Francisco Filipe de Bettencourt Simões Gomes

Diretor do Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's

O Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's encontra-se instalado no antigo estúdio fotográfico de Vicente Gomes da Silva (1827-1906), que iniciou a sua atividade como retratista, por volta de 1853, tendo adquirido o citado prédio, localizado à Rua da Carreira, em 1865 e aí constrói o seu «Atelier Fotográfico».

Entre dezembro de 1886 e agosto de 1887, já sob a direção de Vicente Gomes da Silva, Júnior (1857-1933), são realizadas obras de ampliação do antigo «atelier», que se mantém até aos nossos dias, constituindo, deste modo, um ex-líbris da arquitetura dos «ateliers» fotográficos do século XIX.

Ao longo dos tempos passaram pelo estúdio, quatro gerações da Família «Vicentes» que transmitiram, sempre, às gerações seguintes «a arte de fotografar».

A 13 de junho de 1979, o Governo da Região Autónoma da Madeira adquire todo o recheio do estúdio da «Photographia Vicente», adaptando o espaço para aí instalar uma unidade museológica.

A 22 de março de 1982 abre ao público como Photographia – Museu Vicentes com o recheio do estúdio, que incluiu cenários, máquinas fotográficas, livros relativos às técnicas fotográficas, mobiliário de «atelier», etc.



Desde 27 de novembro 1984, data da primeira aquisição à firma Perestrellos Photographos, Limitada, que o museu tem vindo a adquirir espólio de outras casas fotográficas e fotógrafos profissionais e amadores, como são os casos de:

- João António Bianchi (Visconde Vale Paraíso) – (1862 – 1928)
- Major Charles Courtney Shaw, (1878 – 1971)
- Gino Romoli (1906 – 1982)
- Perestrellos Photographos
- Augusto João Soares (1885 – 1970)
- Francisco João Barreto, (1877 – 1934)

- Álvaro Crawford Nascimento Figueira, (1885 – 1967)
- Alexander Lamont Henderson, (1838 – 1907)
- Joaquim Augusto de Sousa, (1853 – 1905)
- João Anacleto Rodrigues, (1869 – 1948)
- Foto Figueiras
- João Francisco Camacho (1833 – 1898)
- Aluísio Cezar de Bettencourt (1838 – 1895)
- Foto Arte
- Foto Joaquim Figueira, fundada em 1946, por Joaquim Gomes Figueira (1912 – 1995)
- Russel Manners Gordon (3.º Visconde e 1.º Conde Torre Bela) – (1829 – 1906)
- Carlos Fotógrafo, casa fotográfica fundada por Carlos Fernandes (1930 – 2017)
- Alberto Camacho Brandão, (1884 – 1945)
- Foto Sol (de 1951 a 1980), casa fotográfica fundada em 1951, por Consuelo Santos (1932 – 2007)
- João Pestana (1929 – 2017)

O imóvel onde está instalado o Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente´s foi classificado como imóvel de «valor cultural regional» pela Resolução n.º 78/91 de 24 de janeiro, com conversão efetuada pela Portaria n.º 34/2004 de 1 de março, de «Imóvel de Interesse Público».

A 3 de agosto de 2004 todo o «imóvel Vicentes» foi adquirido pelo Governo da Região Autónoma da Madeira.

Após ter estado fechado para obras de reclassificação e recuperação do imóvel, o Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente´s reabriu a 29 de julho de 2019.

O Museu organiza-se em quatro espaços principais: o Atelier, original do século XIX; a Exposição Permanente, com coleções do Museu; um espaço para Exposições Temporárias e outro para atividades Multimédia.

Dispõe ainda de Loja, Serviços Educativos e Cafetaria.



75º ANIVERSÁRIO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Em 2020, a Organização das Nações Unidas (ONU) comemora o seu 75º aniversário. Para assinalar esta data simbólica, a maior organização internacional do mundo lançou a iniciativa «UN75», que pretende promover uma profunda reflexão sobre a cooperação internacional e o papel da ONU no futuro. Neste contexto, a organização desafia todos os agentes da sociedade: governos, sociedade civil, universidades, organizações não-governamentais, entre outros, a contribuírem para um grande debate ao nível mundial, que terá lugar ao longo do ano de 2020. O objetivo é envolver o público de todas as regiões do planeta, ouvir as suas esperanças e receios, e aprender com as suas experiências, para a construção de uma visão global para 2045, ano que marcará o centenário das Nações Unidas.

A Organização das Nações Unidas foi fundada oficialmente a 24 de outubro de 1945, dia em que a Carta das Nações Unidas foi ratificada pela União Soviética, República da China, França, Reino Unido, Estados Unidos e pela maioria dos outros signatários. Por essa razão, o Dia das Nações Unidas é comemorado a 24 de outubro.

O termo «Nações Unidas» foi criado pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar das acentuadas divisões que estive-



ram na sua origem e das decorrentes durante o período da Guerra Fria, a ONU continuou a crescer e a manter-se fiel à sua missão, que é cada vez mais relevante face às enormes transformações que o mundo e a população mundial enfrentam no século XXI.

Hoje, a ONU tem 193 Estados-membros e serve como fórum global no qual os países podem discutir as questões mais complexas da Humanidade, incluindo problemas relacionados com a guerra e a paz. Ao longo das últimas décadas, a organização ajudou a pôr fim a inúmeros conflitos e a promover a reconciliação em vários países como o Camboja, El Salvador, Guatemala, Libéria, Moçambique, Namíbia, Serra Leoa, Tajiquistão e Timor-Leste, entre outros.

Além de manter a paz e a segurança internacionais, as Nações Unidas protegem também os direitos humanos e o meio ambiente, fornecem ajuda humanitária, promovem o desenvolvimento sustentável e defendem o direito internacional.

2016 ficará na história como o ano da entrada em vigor da Agenda 2030, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta agenda alargada e ambiciosa aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e promove a paz, a justiça e instituições eficazes, compreendendo uma visão comum para 2030 para todos os povos e para o planeta.

A ONU tem sede em Nova Iorque, nos Estados Unidos e está presente um pouco por todo o mundo, com escritórios regionais em Genebra, Viena, Nairobi, Santiago do Chile, Banguécoque, entre outros. A organização promove também o multilinguismo, reconhecendo seis línguas oficiais: o chinês, o russo, o árabe, o espanhol, o inglês e o francês, as duas últimas são também idiomas de trabalho. O atual secretário-geral da ONU é o português António Guterres.

Ao longo dos seus 75 anos de vida, as Nações Unidas, juntamente com as suas agências especializadas, fundos, programas e funcionários foram distinguidas onze vezes com o Prémio Nobel da Paz.



NUMISMÁTICA PORTUGUESA

Mário de Gouveia

Imprensa Nacional-Casa da Moeda
Museu Casa da Moeda

A moeda é um objeto que nos permite fazer uma fascinante viagem no tempo. Nas suas múltiplas formas, ela fala-nos de política e instituições, de economia e sociedade, de língua e cultura e até de religião e filosofia. Arte e técnica aliam-se de forma perfeita neste objeto portátil e duradouro cujas faces contêm chaves que descodificam a história. Compreendendo o seu inestimável valor, os CTT, em parceria com a INCM, apresentam-lhe em 2020 uma série filatélica alusiva às moedas cunhadas no território português em tempos pré-nacionais, percorrendo 1350 anos de história do ocidente peninsular, da Antiguidade à Idade Média.

A moeda pré-romana é um asse de bronze cunhado em Alcácer do Sal nos séculos II-I a.C. (MNA 2005-182-3). Mostra dois golfinhos, à esquerda, e cabeça de Hércules-Melkart, à esquerda, com pele de leão e bastão no ombro, com letreiros pré-latinos. Associando as culturas indígena e mediterrânea, esta moeda evoca símbolos ligados a velhos mitos e lendas marítimas.



A moeda romana é um dupôndio de bronze batido em Évora em 27 a.C.-14 d.C., sob Augusto (MNA 2014-23-3). Mostra pátera, aspergilo, jarro, símpulo e faca, com o letreiro LIBERALITAS IVL EBOR ("Liberalidade Júlia Évora"), e cabeça de Augusto, à esquerda, com o letreiro PERMISSV CAESARIS AVGVSTI P M ("Sob permissão de César Augusto, pontífice máximo"). Os objetos referem-se a cultos em que o *princeps* representa a unidade política e religiosa do Império Romano.



A moeda sueva é uma siliqua de prata cunhada em Braga em 448-456, sob Requiário (AHMP, CMP 1814-2). Mostra cruz de pé alto envolvida por coroa de louros, com as letras B-R e, em baixo, palma, com o letreiro IVSSV RICHARI REGES ("Por ordem de Requiário, rei"), e busto de Honório, à direita, com o letreiro D N HONORIVS P F AVG ("Nosso senhor Honório, pio, feliz, agosto"). Pela primeira vez na história, um rei bárbaro cristão, aspirando à legitimação, manda cunhar moeda com o seu próprio nome.



A moeda visigoda é um triente de ouro batido em Idanha-a-Velha em 710-711, sob Rodrigo (INCM, MCM 3871). Mostra cruz sobre três degraus, com o letreiro + EGITANIA PIVS ("Idanha, pio"), e busto de Rodrigo, em posição frontal, com o letreiro + IN D NE RVDERICVS RX ("Em nome de Deus, Rodrigo, rei"). A cruz e o rei recordam que a realeza é uma instituição sagrada e que o rei é um guerreiro ligado a tradições ancestrais.



A moeda islâmica é um *dinār* de ouro cunhado em Silves em 1149-1150, sob Ibn Qasi (MPXII NUM 0010-MDDS 1993/0249). Mostra faces anicónicas, com os letreiros "O *imām* / 'Abd / Allāh / príncipe dos crentes – Em nome de Allāh, foi cunhado este *dinār* em Silves no ano 544" e "Não há deus senão Allāh / Muāammad é o enviado de Allāh / o *mahdī* por Allāh – E aquele que procurar outra religião diferente do *islām* não será aceite por Ele, e, no fim, estará entre os condenados". Seguindo a revelação islâmica, esta moeda evoca a unicidade de Allāh, a missão profética de Muḥammad e o destino dos que recusam converter-se ao islão.



Esta série filatélica recorda tempos em que o poder utilizava a moeda para resgatar velhas memórias e construir novas identidades. Encontradas em escavações arqueológicas ou integrando acervos museológicos portugueses, as moedas representadas nos selos são uma fonte de informação muito importante sobre as sociedades do passado, agora também recordadas numa emissão em que a filatelia dialoga de perto com a numismática.



SELOS COM SÍMBOLOS DA ÉPOCA PRÉ-HISTÓRICA

Os CTT apresentam, esta quinta-feira, dia 20 de agosto, uma emissão filatélica com quatro selos sobre o roteiro pré-histórico, do Paleolítico Inferior/Médio, do Neolítico antigo e do Neolítico final/Calcolítico.

Os selos desta emissão mostram a biface de sílex do Paleolítico Inferior/Médio (c. 300.000-35.000 AC); um vaso com decoração impressa e plástica do Neolítico antigo (c. 5.500-4.500 AC); um báculo de xisto com decoração geométrica e dorso serrilhado do Neolítico Final/Calcolítico (c. 3.000-2.500 AC); e uma alabarda de xisto do Neolítico Final/Calcolítico (c. 3.000-2.500 AC).



Conforme afirmou Mariana Diniz, Professora Associada da UNIARQ - Faculdade de Letras de Lisboa, na pagela desta emissão, “foi no paleolítico que chegaram os primeiros humanos ao nosso território desocupado. Existem desta época, partes de esqueletos encontrados em grutas, visitadas uma e outra vez, e onde se abandonam utensílios de pedra ou osso - como o biface da Gruta da Furninha (Peniche).”

No período neolítico, em meados do 6º milénio AC, eram produzidos vasos cerâmicos, destinados ao armazenamento, à confeção e ao consumo de alimentos, que continham uma decoração onde se afirmavam as identidades de grupo, usando conchas, marcando caneluras ou desenhando espigas – como no vaso da Gruta da Senhora da Luz (Rio Maior).

Segundo Mariana Diniz, “desconhecemos o sistema de crenças das antigas sociedades neolíticas e calcolíticas que construíram, ao longo do 4º e 3º milénio AC, em diferentes paisagens, monumentos megalíticos destinados a receber os mortos. (...) No entanto, o esforço que a construção destas estruturas funerárias exige, com o transporte de grandes blocos de pedra pesando várias toneladas, como nas grandes Antas do Alentejo ou das Beiras, as personagens de grandes olhos, que representadas em pedra, cerâmica ou osso, rodeiam os mortos, os artefactos de uso comum – as pontas de seta, os machados de pedra polida, os vasos cerâmicos, mas também as peças excepcionais carregadas de valor simbólico e de estatuto social, como o Báculo de xisto, o jogo de luz que a cautelosa construção destes monumentos orientados ao sol nascente ilumina, real ou metaforicamente, a câmara funerária, permite admitir que a morte não é, para estas comunidades, o fim da Vida.”

Por fim, no Calcolítico, o crescimento populacional, a prosperidade – e a conseqüente desigualdade económica estiveram na base de um clima de conflito que marcaram o 3º milénio AC. A intensificação económica e a complexificação social estarão na base das elites calcolíticas cuja principal característica distintiva parece ser a posse, por exemplo, de bens exóticos ou tecnologicamente excepcionais – como é o caso da Alabarda de sílex, artefacto cuja função guerreira parece certa.

Esta emissão filatélica é composta por quatro selos com os valores faciais de 0,53€, 0,75€, 0,86€ e 2,00€. O design dos selos esteve a cargo de Hélder Soares do Atelier Design&etc. As obliterações de primeiro dia serão feitas nas lojas dos Restauradores em Lisboa, Município II no Porto, Zarco no Funchal e Antero de Quental em Ponta Delgada.



2020 ANO INTERNACIONAL DA SANIDADE VEGETAL

DGAV - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

A importância da sanidade vegetal para a vida na Terra foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas com a proclamação do ano 2020 como o Ano Internacional da Sanidade Vegetal, sob o lema «Proteger as Plantas, Proteger a Vida». O movimento de bens e pessoas a nível global contribui para a dispersão de doenças e pragas, com efeitos devastadores na produção agrícola, nas florestas e nos ambien-

tes naturais. Sob a égide da FAO, a Convenção Internacional para a Proteção das Plantas, com 180 países signatários, incluindo Portugal, promove a elaboração de normas aplicadas ao comércio internacional de vegetais e produtos vegetais, com vista à proteção fitossanitária dos territórios. Em Portugal, a Direção Geral de Alimentação e Veterinária, enquanto Autoridade Fitossanitária Nacional, é a entidade responsável pela aplicação da regulamentação de controlo fitossanitário, definindo e coordenando várias medidas de prevenção, controlo e erradicação de pragas e doenças das plantas no nosso território.

Daktulosphaira vitifoliae

A filoxera é um inseto originário da América do Norte, tendo surgido pela primeira vez na Europa em 1863, em França, provavelmente pela importação de plantas de videira



infetadas. Rapidamente o inseto se estabeleceu e dispersou, atingindo todas as regiões vinícolas europeias. Portugal foi muito afetado, com o primeiro registo oficial datado de 1871 na região do Douro, onde foram destruídas por completo muitas vinhas e transformadas em mortórios extensas áreas da paisagem duriense, provocando a ruína e o despovoamento das regiões mais fortemente atingidas. Para combater a doença, várias formas de luta foram tentadas, tendo sido o uso de porta-enxertos de vinha americana resistentes ao inseto a forma mais eficaz de controlar o inseto, mantendo-se até à atualidade a obrigação desta prática.

Foi precisamente com a filoxera que nasceu o conceito de proteção das plantas de forma global e, conseqüentemente, em 1881, foi assinada uma Convenção em Berna, entre 5 países (Alemanha, Áustria-Hungria, França, Portugal e Suíça).

Bursaphelenchus xylophilus

O Nemátodo-da-madeira-do-pinheiro (NMP) é considerado como um dos organismos que apresenta maior potencial destrutivo para a floresta de coníferas. Este verme microscópico transmite-se às árvores por um inseto – em Portugal, é o Longicórneo-do-pinheiro. Originário da América



do Norte, a sua rota de dispersão a nível mundial fez-se deste continente para o Japão, no início do século XX, e, posteriormente, para o restante continente Asiático. Na Europa, o nemátodo foi identificado pela primeira vez em Portugal Con-

tinental em 1999 e, mais recentemente, na ilha da Madeira e em Espanha.

Atualmente, o NMP é um dos principais problemas fitossanitários da nossa floresta de pinho, sendo que a sua presença obrigou à adoção de medidas de proteção fitossanitária, nomeadamente a monitorização da floresta de coníferas e do inseto vetor, a identificação e eliminação de árvores com sintomas de declínio, bem como o tratamento térmico da madeira paletes e embalagens de madeira, se destinados a serem movimentados para fora do nosso território ou para a zona tampão, uma faixa de segurança de 20 quilómetros estabelecida ao longo da fronteira com Espanha.

Ceratitis capitata

Conhecida como Mosca-da-fruta, é uma praga que ataca várias culturas e também plantas espontâneas, depositando os seus ovos nos frutos. As suas larvas provocam estragos significativos e inviabilizam a comercialização dos



frutos afetados. Por se tratar de um inseto muito disperso no nosso território, constitui também uma das principais restrições à exportação da fruta nacional para países terceiros. O seu controlo eficaz não só é determinante para a salvaguarda da sustentabilidade da produção nacional, dado que atinge a maior parte dos frutos, como também é fundamental para que se possam fazer acordos fitossanitários internacionais que permitam exportar as nossas frutas.

Rhynchophorus ferrugineus

O Escaravelho-da-palmeira ataca diversas espécies de palmeiras, provocando estragos que, sem o devido tratamento, podem conduzir à morte destas plantas. Originário das zonas tropicais da Ásia e Oceânia, expandiu-se para o



Médio Oriente e Norte de África nas décadas de 80 e 90. Em 1995, foi detetado em Espanha, possivelmente introduzido através de palmeiras importadas do Egito, tendo posteriormente sido assinalada a sua presença em quase todos os países da bacia mediterrânica. Em Portugal, este inseto foi detetado pela primeira vez no ano de 2007, no Algarve, encontrando-se atualmente disperso por uma grande parte do território nacional, tendo conduzido à morte de milhares de palmeiras em todo o país, alterando a paisagem de muitos locais.



FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DOS AÇORES

Francisco Maduro-Dias
Historiador e Museólogo

O paráclito

Paráclito deriva do grego *parákletos*, que quer dizer aquele que ajuda, conforta, anima, protege, intercede. É o título dado, habitualmente, à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade Cristã: o Senhor Espírito Santo, como lhe costumamos chamar, nos Açores.

Os açorianos recorrem a Ele, sobretudo, em busca de ajuda e ânimo. Porque alguma doença visitou o lar, a vida não corre bem, em tempo de terramotos ou guerra, quando, perante adversidades em demasia, as forças tendem a faltar. Não é entregar-se, é pedir ajuda! O que é bem diferente e faz todo o sentido a quem mora no meio do oceano, às vezes tempestuoso e agreste.



É impossível resumir tudo o que estas festas envolvem, mas, tentando, poder-se-á dizer que são momentos de encontro, de partilha, de irmandade, de alegria e de paz, celebrando-se, todos os anos, entre o Domingo de Páscoa e o Domingo da Trindade, sete semanas depois.

Com origens na Itália medieval, as festividades e o culto em honra do Divino chegaram a Portugal ainda nos tempos da primeira dinastia, envolvendo, segundo a tradição, a Rainha Santa Isabel, mulher do rei D. Dinis. As navegações oceânicas portuguesas trouxeram este culto até às ilhas atlânticas e, desde então, aqui floresce, tendo acompanhado as rotas de emigração açoriana para o Maranhão e Sul do Brasil, para os Estados Unidos, Bermuda e Canadá.

Todas elas implicam, em termos de ações com visibilidade pública: um Peditório e recolha de bens; uma semana de reza do Terço, seja no edifício do Império seja na casa de um irmão que recebeu, em sortes, o direito de ter a Coroa, entronizada em altar, na sua casa; a Coroação e cortejo – momento supremo; uma refeição festiva – a Função, e um Bodo ou dádiva de esmolas de alimentos.

A partir desta base comum, e como festa comunitária e fortemente enraizada entre as populações, todo o resto pode ser e é diferente, desde logo o formato dos edifícios em torno dos quais acontece a festa, ou muito decorados, ou singelos e com colunas, ou quase sendo mais uma casa, no meio da comunidade.

Quanto à alimentação, temos as sopas, cuja receita varia de ilha para ilha, a alcatra, carne guisada, o arroz doce, e uma variedade assinalável de pães de leite, de água ou de massa sovada, de rosquilhas, de bolos de véspera, com lindas marcas, etc.

Podem acontecer, também, dependendo de qual ilha, cantorias à porta dos mordomos, “ceias de criadores”, para completar a angariação de fundos, a presença de foliões, com o seu canto característico, em momentos específicos da semana da festa, e touradas à corda, essencialmente na ilha Terceira.



De tudo isto o que importa reter é que se trata de uma festa fortemente comunitária e de cariz solidário profundo. Como já acontecia na Idade Média o que se pretende, nestas semanas, é recordar que todos são dignos de Misericórdia, todos são pobres e merecedores de esmola, todos merecem, ao menos uma vez por ano, ter mesa farta e alegre.

Tudo isso sem esquecer, nunca, que o Paráclito é Aquele que conforta, protege e anima.



SELOS PERSONALIZADOS BATMAN



SELOS PORTUGUESES PREMIADOS EM ITÁLIA

O bloco filatélico da emissão de selos dos CTT “Natal”, que se distingue por ser o primeiro no mundo a contemplar um selo com luz LED, foi premiado com um dos mais importantes prémios da arte filatélica, o Prémio Asiago 2019, atribuído em Itália, sob o patrocínio do presidente da República de Itália.

Para Miguel Salema Garção, diretor de Comunicação e Sustentabilidade dos CTT: “é com enorme orgulho que os



CTT, em nome desta área tão nobre como a filatelia, são pela 12ª vez homenageados com um dos mais antigos e prestigiados galardões para o design filatélico no mundo, e estendem os seus parabéns ao designer Jorge Macedo, da In-fólio Design, e à equipa de filatelia envolvida. Este bloco foi mais uma das novidades que os CTT têm vindo a desenvolver no capítulo da impressão de selos de correio.”

O selo do bloco filatélico recorre a um pequeno emissor de luz para iluminar a estrela-guia dos Reis Magos, ativado através de um telemóvel com tecnologia NFC. Os selos desta emissão correspondem a cada um dos conhecidos Reis Magos. Com este prémio, os CTT demonstram a toda a comunidade internacional como a filatelia portuguesa é uma das mais prestigiadas e admiradas no mundo, com selos que ficam imortalizados nesta emissão celebrando estes ex-libris arquitetónicos.

Desde 1962 e até 2020 os CTT receberam 65 prémios internacionais de design filatélico e de edições, o que os torna das mais premiadas filatelas do mundo.

Esta emissão é composta por três selos com o valor facial de 0,53€, 0,86€ e 0,91€ e uma tiragem de 100 000 exemplares cada, bem como um bloco com um selo no valor de 3,50€ e uma tiragem de 50 000 exemplares. As imagens das peças desta emissão podem ser acedidas nesta ligação:

https://www.dropbox.com/s/pg2y5udqpmkux4w/PAGELA%20TRIPTICA%20NATAL_WEB%2003SET2019.pdf?dl=0

<https://www.dropbox.com/s/fmdp681rbkeedIt/Divulgação%20Emissão%20Natal.jpg?dl=0>

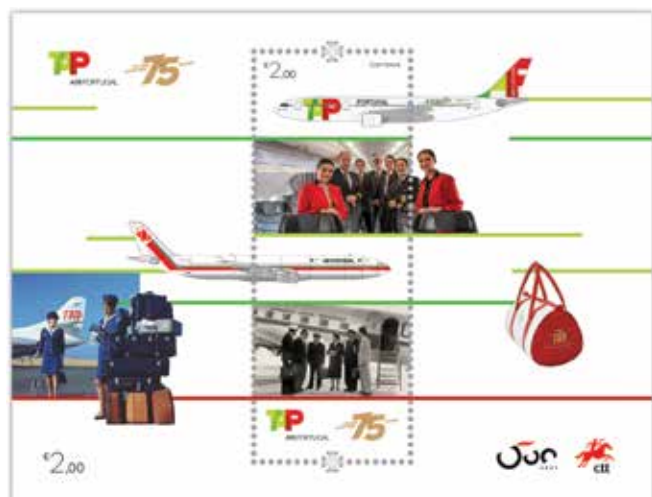
SUPERMAN



BEM VINDOS A BORDO DOS 75 ANOS DA TAP

TAP AIR PORTUGAL

A TAP nasceu no país dos Exploradores e seguiu com o legado de ligar Portugal ao mundo. Cresceu a unir os continentes entre si, aproximou pessoas, deu a conhecer Culturas, acompanhou as inovações da Aviação e conquistou um lugar na História do nosso País. Criada a 14 de março de 1945, pelas mãos de Humberto Delgado, que hoje dá nome ao Aeroporto de Lisboa, a TAP fez Portugal levantar voo. Ainda em 1945, a Companhia recebeu os seus primeiros aviões, dois Dakota DC-3, e foi lançado o primeiro logótipo



com que descolou neste novo mundo da aviação. O primeiro voo comercial ligou Lisboa a Madrid, a 19 de setembro de 1946. Neste mesmo ano foi desvendada a primeira farda da Companhia e feita mais uma grande estreia, a Linha Aérea Imperial, que ligava Lisboa, Luanda e Lourenço Marques (atualmente Maputo). Do Dakota ao Skymaster, passando pelo Super Constellation, a TAP acabou por, nos anos 60, substituir as hélices pelos jatos. Adquiriu o primeiro «Caravela» e depois os Boeing 727, 707 e 747 «Jumbo». E enquanto



Portugal passava pela Revolução de 25 de abril, a TAP era nacionalizada e entrava num rápido processo de modernização tecnológica, que culminava com o extreme makeover da Companhia, em 1979: de «Transportes Aéreos Portugueses» para «TAP Air Portugal», mais reconhecível a nível internacional. Nos anos 80, os Passageiros da TAP ainda voaram a bordo dos Boeing 737 e dos Lockheed TriStar, mas não tardou o início da era Airbus, que se manteve como opção até aos dias de hoje, consolidando uma frota de aviões mais económicos e versáteis. A viragem do milénio trouxe, depois, consigo uma reviravolta enorme para a TAP, nomeadamente com a intenção de criar um hub em Lisboa, uma decisão estratégica, face à sua posição geográfica, para ligar a Europa a África e às Américas, e que ainda hoje é utilizada pela Companhia. Os anos 2000 ficaram também marcados pela integração na prestigiada Star Alliance, pela aquisição da Portugália, por uma nova marca, novas fardas, mais trabalhadores, mais aviões, mais proximidade com os Passageiros e mais eficiência energética e ambiental. E em 2015 começava um novo capítulo da TAP, com a privatização da Companhia. Esta fase trouxe uma nova vida à Empresa, com a compra de dezenas de aviões de última geração e um forte investimento na atualização da frota existente. O número de Passageiros cresceu todos os anos, atingiram-se recordes absolutos, a Companhia foi recorrentemente destacada entre as melhores do mundo por vários motivos e os prémios multiplicaram-



-se ano após ano. Com os aviões de última geração NEO, a TAP tem hoje uma das frotas mais jovens do mundo, mais confortável, mais eficiente e amiga do ambiente, não esquecendo a grande novidade da conectividade a bordo em voos transatlânticos. A Companhia foi ainda oficialmente reconhecida como a Empresa privada que mais contrata em Portugal

e uma das mais atrativas para trabalhar, tornando-se num dos principais motores da economia portuguesa. E a Portugal também prestou a sua homenagem, batizando os aviões com o nome de algumas das personalidade mais emblemáticas da nossa Cultura. A TAP transporta atualmente mais de 17 milhões de Passageiros por ano, numa média de 3 mil voos por semana, com uma frota de mais de 100 aviões. Ao todo, voa para cerca de 90 destinos em 37 países a nível mundial. São já 75 anos de História, de muitas memórias e, acima de tudo, de muitos profissionais que fizeram desta a melhor Companhia aérea nacional, com prestigiados prémios, reconhecimentos e recordes.



WONDER WOMAN EM EMISSÃO FILATÉLICA DOS CTT

Os CTT lançaram em fevereiro deste ano uma coleção filatélica dos filmes da DC Comics, uma das maiores editoras norte-americanas e que conta com algumas das personagens mais famosas do mundo que inclui selos personalizados das personagens: Harley Quinn, The Joker, The Flash, Super-homem, Wonder Woman e Batman.

Este mês de agosto, os CTT apresentam a quinta personagem de seis, dedicada a esta coleção filatélica, a Wonder

Woman, uma importante personagem da cultura pop ocidental.

Na compra das 5 folhas de colecionador (desta personagem e das anteriores) os clientes usufruem de um desconto direto de 15%, ou numa Loja CTT ou na loja online dos CTT.

A coleção está materializada numa Folha do Colecionador no formato 30x40cm (que inclui os selos personalizados Wonder Woman) com tiragens limitadas, num carimbo comemorativo e ainda, num Booklet com 4 selos para envio nacional até 20g.

Desde há muito que são reconhecidas as virtudes do selo como fonte de informação sobre os mais diversos temas, desde os patrimónios natural e cultural do País às questões fundamentais do domínio internacional. Ainda assim, a Filatelia tem dado relevância a novas temáticas, nomeadamente aquelas direcionadas a um público mais jovem, permitindo que os mais novos tenham contacto com o mundo dos selos e do colecionismo.

Esta não é a primeira coleção dedicada a estes temas, os CTT lançaram em novembro do ano passado uma emissão dedicada ao universo Harry Potter em parceria com a Warner Bros. Consumer Products e em 2017, em parceria com a The Walt Disney Company Portugal, os CTT lançaram uma coleção de selos dedicada à saga Star Wars.

Os booklets terão o custo de 2,12€ e as folhas de colecionador 7,50€.



COMO COMPRAR OS SELOS NO CORREIO DE PORTUGAL

O estimado leitor pode comprar estas séries de selos, que publicamos abrindo uma conta corrente na Direcção de Filatelia dos Correios de Portugal.

Comodamente os mesmos ser-lhe-ão enviados para casa. Passa a ter na sua colecção peças de grande beleza e que serão um excelente aforro.

Em baixo enviamos os contactos necessários para o fazer, podendo igualmente esclarecer as suas dúvidas.

FILATELIA

Rua João Saraiva n.º 9
1700 – 248 LISBOA
PORTUGAL

Telefone: (351) 21 0470 666
email: filatelia@ctt.pt
site: www.ctt.pt

MADRID 1561-1856 CORREOS REALES Y CORRESPONDENCIA PÚBLICA de Ramón María Cortés de Haro

Pedro Marçal Vaz Pereira

Ramon Cortés de Haro é um grande Senhor da Filatelia de Espanha e Europeia.

Começou a coleccionar selos muito jovem e dedicou-se à sua grande paixão que é a História Postal.

Como dirigente filatélico ocupou importantes cargos, como Presidente da Sociedade Filatélica Sevilhana e Presidente da Federação de Sociedades Filatélicas da Andaluzia.

Foi igualmente membro da Junta Directiva da FESOFI-Federação Espanhola de Sociedades Filatélicas.

Mas seriam, precisamente os seus trabalhos e investigação em História Postal, que o levariam a ser membro de associações filatélicas de grande prestígio, como a Real Academia Hispânica de Filatelia, Academia Europeia de Filatelia, Philatelic Foundation de Nova York, da Royal Philatelic Society de Londres, tendo sido eleito "Fellow" desta última instituição.

Mas é na Literatura que Ramon Cortés de Haro se destacou, tendo publicado diversas obras e tendo sido o fundador e director da revista *Atalaya Filatélica*.

As suas colecções e estudos de História Postal obtiveram inúmeras medalhas de ouro a nível nacional e internacional.

É precisamente um dos seus melhores estudos de História Postal, que Ramon Cortés de Haro agora publica.

Este trabalho, magnificamente apresentado em 164 páginas, faz uma viagem pelos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX.

Ramos Cortés de Haro apresenta-nos um notável estudo da organização, procedimentos, rotas e origens do Correio de Madrid, Villa e Corte desde 1561, época em que Filipe II passa a ter a residência definitiva, deixando o hábito da itinerância.

Estuda a época dos Correios-Mores, que no início apenas serviam a casa real e que depois iniciariam a distribuição do correio, sempre ligado ao itinerário real.



Capa do livro agora publicada.

Resumindo e segundo o autor, trata-se de um estudo da origem e evolução do correio em Madrid e as marcas postais, que foram usadas até 15 de Julho de 1856. O autor chama ainda a atenção para o estudo do raríssimo material dos "Selos Negros", do correio registado e de outras peças postais.

No livro é-nos apresentado em imagens, as raríssimas peças deste período devidamente explicadas, para uma completa compreensão das História Postal desta época.

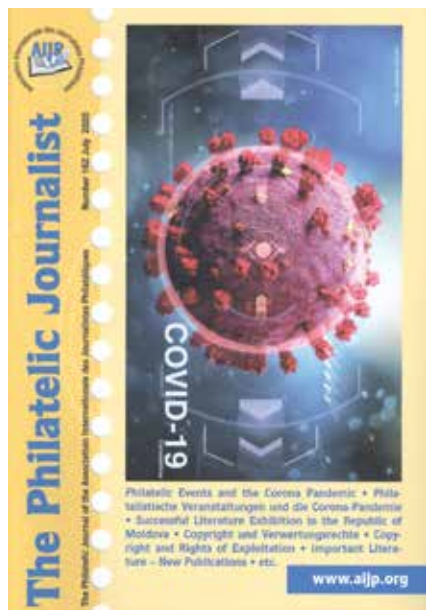
Trata-se de uma brilhante obra de História postal, que deve existir obrigatoriamente em todas as bibliotecas dos historiadores postais.

Felicitoo vivamente Ramon Cortés de Haro, pelo excepcional trabalho de investigação, que agora publicou e que em muito enriquecerá a filatelia espanhola e igualmente a mundial.



Ramon Cortés de Haro ao centro em 2007, na exposição nacional, que foi realizada em Aveiro, e organizada pela Secção Filatélica do Clube Galitos de Aveiro, com o patrocínio da Federação Portuguesa de Filatelia, que contou com participação de Espanha e na qual foi jurado.

THE PHILATELIC JOURNALIST



A AIJP-Associação Internacional de Jornalistas Filatélicos acaba de publicar o seu número 162.

Revista dedicada aos assuntos da Literatura Filatélica, aborda diversos assuntos de grande interesse.

De destacar as alterações, que se estão a preparar na apreciação e julgamento das obras filatélicas.

Continua a ser uma excelente revista e a única dedicada à Literatura que existe em todo o mundo.

ARGE – PORTUGAL

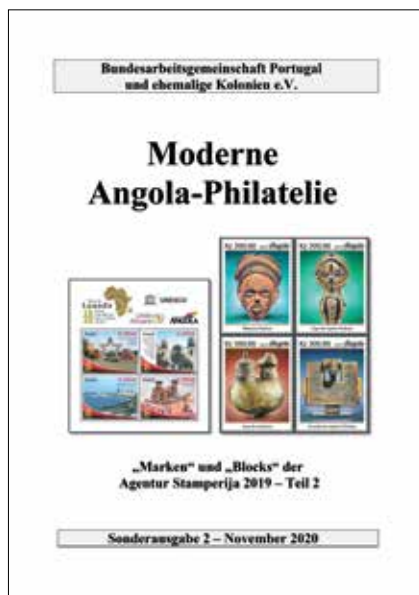


Mais duas publicações digitais foram editadas.

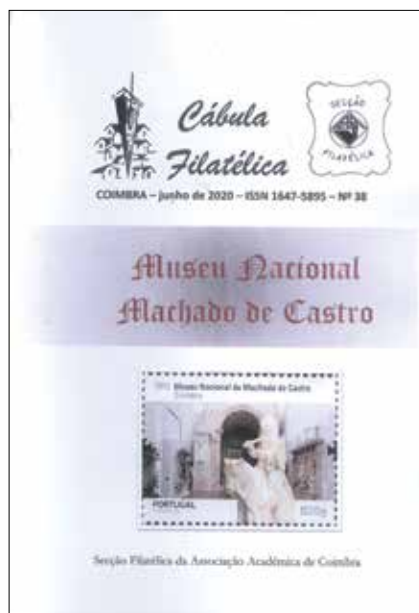
Todas elas dedicadas, à filatelia de Angola.

Esta revista pode ser recebida no nosso computador.

Para tal basta solicitá-lo a Reinard Kuechler e-mail reinhardkuechler@yahoo.de.



CÁBULA FILATÉLICA



Foi publicado mais um número da revista Cábula Filatélica, da Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra.

Desta vez este número é inteiramente dedicado à filatelia, o que muito nos apraz.

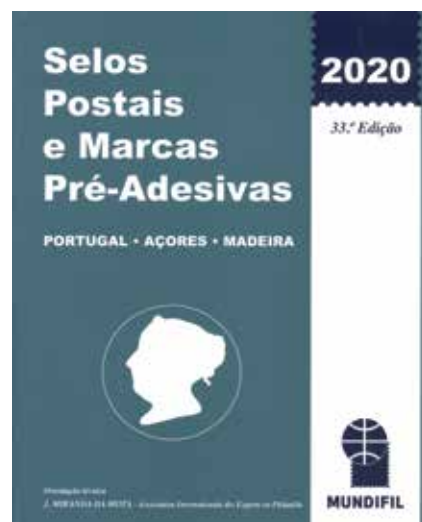
Como sempre apresenta-nos artigos interessantes.

Esta é uma das revistas mais antigas do país, com qualidade, mas não há bela sem senão.

Tenho que deixar aqui uma pergunta e uma sugestão: para quando a impressão a cores? Julgo que está na altura de o fazer e porque não, uma alteração do formato.

Aqui deixo esta sugestão aos meus colegas de Coimbra, cuja Universidade bem merece uma revista com outra dimensão e a Filatelia de Portugal agradece.

CATÁLOGO DE SELOS DE PORTUGAL



Um catálogo de selos é uma peça fundamental, para a organização das colecções filatélicas.

Foi publicado o catálogo de selos referente a Portugal, Açores e Madeira de 2020.

Como sempre com um aspecto gráfico impecável e com bastante informação técnica para um catálogo de selos, que ajuda em muito na classificação e valorização das peças postais.

A Mundifil, empresa que edita o catálogo, está de parabéns por mais esta publicação.

Este catálogo pode ser comprado àquela empresa, que está situada na rua da Madalena, 277, em Lisboa, através do e-mail mundifil@mundifil.pt. ou pelo telefone 926243297.

A Direcção da FPF agradece à Mundifil, o catálogo oferecido para a nossa biblioteca.

TIMBRE

Mais um excelente número do Timbre, da Confraria Timbrológica Meridional “Armando Álvaro Bóino de Azevedo”.

Um interessante artigo da Dra. Isabel Vieira, sobre “*Obliterrações Ocasionais Sobre Selos de Borja Freira*”, onde são apresentadas várias peças obliteradas à pena e outras obliteradas com as marcas nominativas, umas usadas abusivamente pelos correios, outras usadas enquanto esses mesmos correios, não recebiam as novas marcas da 1ª Reforma Postal.

Contudo a Dra. Isabel Vieira também deu uma entrevista à revista, onde produz um conjunto de afirmações, que são mais clichés do passado, do que a realidade que existe há muito na nossa filatelia.



No próximo número da revista TIMBRE, iremos esclarecer a Dra. Isabel Vieira sobre algumas afirmações que faz, fora de tempo e do modo, em que as devia ter feito.

O “*João Pirolito*” continua com graça, a dar as suas sábias traulitadas alentejanas. Que continue para todos nos divertirmos, com o ridículo dos outros!!

FESTAS E ROMARIAS LUGARES DE FÉ

Os Correios de Portugal continuam a publicar excelentes livros.

Podemos mesmo dizer, que estão prestando à história e cultura portuguesa um serviço de grande valia, insubstituível.

Publicaram agora “*Festas e Romarias – Lugares de Fé*”, livro que obrigatoriamente enriquecerá qualquer biblioteca.

Com uma tradição milenar, seria longa e inesgotável uma lista dos lugares de romaria e de festa cíclica em Portugal. Na impossibilidade de fazer o levantamento exaustivo de todos esses eventos nesta edição, a escolha feita pelo autor – Professor Paulo Mendes Pinto – pautou-se por uma certa representatividade, seja geográfica ou temática, pela importância relativa destas ocorrências, mas também por motivos de escolha pessoal.

Através de uma análise que ultrapassa o campo da História, e de forma a fazer jus à intensidade com que estas festas são vividas, à essencialidade depositada na forma como as populações se deslocam e peregrinam, esta edição propõe-se a registar algumas destas manifestações, com origens nos limiares da proto-história e que, também por isso, devemos preservar para o futuro.

Edição bilingue, com uma tiragem limitada a 4000 exemplares numerados e com a emissão homónima, composta por 4 selos e uma folha miniatura.



Autor - Paulo Mendes Pinto

Tradução - José Manuel Godinho

Design - Folk Design

Tiragem 4 000 exemplares numerados

Preço - €39,00

Data de lançamento – 04.06.2020

SELOS & MOEDAS

Foi publicado o Selos & Moedas nº 158 de Dezembro de 2019.

Como sempre com excelentes e interessantes artigos e uma paginação e grafismo irrepreensíveis.

Destaque para o excelente artigo histórico de *Joana-Infanta Beata*.

Contudo penso que os meus colegas da Secção Filatélica do Galitos de Aveiro, deverão fazer um esforço e tentar publicar a revista dentro do mês correspondente ao da capa.

Na realidade somos todos amadores, a fazer trabalho, como se fossemos profissionais.

Escrevemos os artigos, fazemos as fotos, revemos as provas, paginamos muitas vezes e distribuímos!

Compreendemos o atraso, mas temos que continuar a ser os melhores e seremos.





The first FEPA flag

The FEPA Congress is 30 years old

FEPA NEWS

Em Julho de 2020, foi publicado o número 37 de revista FEPA NEWS. Dada a pandemia covítica, esta FEPA NEWS tem um conteúdo diferente.

Faltam as notícias abundantes, que habitualmente tinha sobre exposições e eventos filatélicos e apresenta-nos imensos artigos filatélicos e de opinião.

Está diferente cumprindo um objectivo fundamental, que é manter a filatelia europeia em contacto e informada.

A imprensa tem uma força importante e a FEPA NEWS tem esse fim, o de mostrar ao mundo o valor e importância da Filatelia da Europa.

De destacar o anúncio da revisão dos Estatutos da FEPA, um desafio para todas as federações europeias.

Continua como uma excelente revista informativa e cultural.

Felicito Bill Hadley e a sua equipa por mais este excelente número.

PORTUGAL EM SELOS 2020

LIVRO Portugal em selos 2020 Concerto dos 500 Anos



Editado pelos Correios de Portugal desde 1983 sem interrupção, o livro Portugal em Selos reúne as emissões de selos de cada ano, sempre apoiadas em textos bilingues para melhor correrem mundo. Destinados a quem sabe valorizar os selos como singulares peças de coleção, expressivos mensageiros e mediadores de comunicação, esta edição dirige-se ainda a quem aceita o desafio de reconhecer que «coleccionar selos portugueses é descobrir Portugal».

No ano em que o serviço de correio em Portugal comemora 500 anos, o autor Jorge M. Martins escolheu a música como tema estruturante deste livro anual, recordando que o «concerto» iniciado pelo rei melómano D. Manuel I, quando nomeou, em Évora, o primitivo Correio-Mor, conta já com 5 séculos de história e milhares de intérpretes.

Convocada a música para conferir unidade à natural diversidade das emissões de 2020, e tendo por ambiente gráfico a bellissima iconografia musical quinhentista, os títulos dos capítulos remetem para o fundador do Correio que, segundo Damião de Góes, ouvia «música de cravo» enquanto «dava audiência» («cancioneiro manuelino»), para a grande música de Beethoven («sinfonia pastoral» e «ode à alegria») e para a histórica discografia de Amália Rodrigues, «cantigas numa língua antiga», «canção do mar» e, claro, «fado português».

Este é o Portugal em Selos de 2020, o dos 500 anos de correio, sintetizando o que pelos selos se comemorou este ano, com a promessa de que continuaremos a registar a história de Portugal e do mundo, com a qualidade e a inovação da Filatelia dos CTT, defendendo sempre a confiança com que os portugueses nos têm distinguido.

Com uma tiragem limitada a 7000 exemplares numerados, esta edição bilingue contém a booklet «Obrigado, Portugueses», 83 selos, 16 blocos e 2 folhas miniatura e 1 folha especial, no valor de €109,40.

Autor: Jorge M. Martins
Tradução: José Manuel Godinho
Design: Design&etc / Hélder Soares

Tiragem: 7 000 exemplares
Valor: € 109,40
Data de Lançamento: 13.11.2020

JOGOS OLÍMPICOS E A FILATELIA PORTUGUESA

José Pedro Alves

Foi editado em dezembro de 2019, o livro “Os jogos Olímpicos e a Filatelia Portuguesa” o 15º volume da coleção “valorizar socialmente o desporto” editada pelo Comité Olímpico de Portugal.

Este livro resulta de uma parceria entre a Federação Portuguesa de Filatelia, o Comité Olímpico de Portugal e a Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra. A parte da Federação Portuguesa de Filatelia foi escrita por Rui Matos Alves, a parte do Comité Olímpico de Portugal por Rita Nunes e a parte da Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra por Nuno Cardoso.

O livro fala sobre todas as emissões filatélicas portuguesas alusivas aos Jogos Olímpicos, desde a primeira emissão referente aos Jogos Olímpicos de Amesterdão de 1928 até à última que se reporta aos Jogos Olímpicos de Londres de 2012.

Este livro é composto pelos seguintes 5 capítulos, divididos por 43 páginas:

- 1 – Emissões filatélicas Portuguesas alusivas aos jogos Olímpicos
- 2 – Meuselo
- 3 – Inteiros postais
- 4 – Marcofilia
- 5 – Emissão alusiva ao centenário do Comité Olímpico Internacional



BACKEL UND BUMMLER

No último número da Filatelia Lusitana, informei sobre a publicação de um interessante livro sobre bengalas.

Após isto, recebi do autor uma informação, que reporto interessante para uma melhor compreensão do trabalho e que transcrevo a seguir.

“Backel (suíço) e Bummler (alemão) significa “vadio” e refere-se ao hábito dos estudantes passearem nas ruas sem fazerem nada (ver e ser visto). Na Áustria, Alemanha e Suíça havia e ainda há ligas patrióticas dos estudantes que diferem entre si em entidades como Corps, Burschenschaft, Landsmannschaft, Turnerschaft, Sängerschaft e Associações Académicas e Religiosas. As bengalas descritas neste livro descendem dos anos 1830 até 1930. Depois este hábito desapareceu completamente. Por isso estes Bummlers de estudantes são muito raros e representam uma categoria especial no vasto campo de bengalas.”



500 ANOS DO CORREIO EM PORTUGAL

LIVRO

500 Anos do Correio em Portugal

Este é o ano em que comemoramos os 500 anos do correio, a atividade económica e social prestada pelos CTT – Correios de Portugal.

Esta edição surge com o propósito de comemorar um acontecimento ímpar e também colmatar uma lacuna que se fazia sentir há bastante tempo, oferecendo à população e aos investigadores o conhecimento da história de uma infraestrutura desde sempre considerada fundamental ao desenvolvimento do País.

Ao revelar 500 anos de história pretende-se revelar a forma como os serviços postais reponderam às mais diversas solicitações que a sociedade colocava em cada momento histórico.

Esta obra é da autoria do Dr. Fernando Moura que esteve ligado aos CTT durante cerca de quatro décadas – inicialmente no Museu dos CTT e, depois, na Fundação Portuguesa das Comunicações, local onde se encontra preservada e disponibilizada, para o grande público, a memória do setor das comunicações.

Autor: Fernando Moura
Tradução: Teresa Figueira
Design: B2 Design

Tiragem: 4 500 exemplares
Valor: €40,00
Data de Lançamento: 09.10.2020



VALE DO NEIVA FILATÉLICO

Mais um excelente número, publicado pela Associação de Filatelia e Coleccionismo do Vale do Neiva.

Aspecto gráfico e paginação excelentes, artigos interessantes como sempre, com destaque para o artigo de divulgação de História Postal de José Manuel Miranda da Mota, nos 100 anos de correio no concelho de Viana do Castelo (1880-1980).

Interessante a notícia das notas de ZERO euros-souvenir, que pelos vistos e até ver, vieram para ficar.

É na realidade um colecionismo vistoso e por isso atractivo.

Contudo a política editorial desta revista contempla as notícias filatélicas, o que é importantíssimo como informação aos sócios e ao público em geral, que tem acesso a esta.

O José Manuel Pereira e a Associação estão de parabéns por mais este número do Vale do Neiva Filatélico.

Associação de Reformados e Pensionistas do Concelho de Almada

Todos os anos Luís Santos e a sua equipa organizam uma excelente mostra em Almada.

Infelizmente este ano não foi possível realizá-la, dado o crescimento da pandemia covítica.

Tudo estava preparado para ser feita, com a mesma distinção de todos os anos.

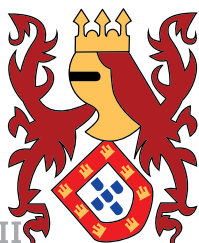
Estamos certos que no próximo ano teremos já o problema resolvido e aí Fernando Santos e a sua equipa, voltarão a organizar mais uma excelente mostra.



Cape Town - 2021

Recebemos da organização da Mundial CAPE TOWN, a comunicação do seu adiamento para 9 a 13 de Novembro de 2021.

As inscrições têm que ser entregues, até 15 de Maio de 2021.



XXIII
LUBRAPEX
ÉVORA 20-25 Outubro 2020
500 anos do Correio em Portugal

LUBRAPEX

A Lubrapex, que deveria ser realizada em Outubro de 2021, foi cancelada.

Dada a situação pandémica que atinge todo o mundo, a Direcção da FPF decidiu cancelar a Lubrapex de 2021.

Esta decisão prende-se com um conjunto de despesas de milhares de euros, que deveríamos começar a gastar neste momento, sem ter as garantias suficientes, que em Outubro de 2021 existiriam condições para a realização da Lubrapex.

Assim o Brasil realizará a Lubrapex em 2022, ano que lhe compete fazê-lo, pelo calendário normal e que terá como objectivo comemorar os 200 anos da independência do Brasil.

Portugal por sua vez realizará a Lubrapex de 2025.

GUNNAR DAHLVIG

1929-2020

Morreu um amigo de todos, um cavalheiro um grande filatelista!

Gunnar Dahlvig era um homem invulgar pela sua afabilidade, simpatia e competência.

Trabalhei com ele quando fui Presidente da FEPA, tendo ele integrado a comissão, que foi criada para elaborar as regras FEPA para a Classe Aberta.

Foi Presidente da Federação Sueca de Filatelia, Vice-Presidente da Comissão Temática da FIP, jurado internacional FIP e Presidente da Associação Temática Sueca.

Foi ainda colecionador na classe Tradicional com *Bosnia Herzegovina* e tinha igualmente uma excelente coleção de bilhetes-postais ilustrados.

Assinou em 2000 o Roll of Distinguished Philatelists, atribuído pela Royal Philatelic Society London.

Em 2014 foi distinguido com a Medalha da FEPA, a maior distinção para um filatelista europeu.

Excelente colecionador temático, foi galardoado a nível nacional e internacional, com classificações de grande relevo

À Federação Sueca e à Família a Federação Portuguesa de Filatelia, apresente sentidos pêsames.



GUNNAR DAHLVIG ao centro, recebendo em Lugano, das mãos de José Ramon Moreno e Giancarlo Moroli, a medalha da FEPA com que foi distinguido.

IBRA PASSA PARA 2023

A Pandemia covítica tem trazido à filatelia mundial tremendos prejuízos e alterações.

Junto publica-se o comunicado da IBRAC anunciando o seu adiamento.

Bund Deutscher Philatelisten e.V.
Bundesgeschäftsstelle
Mildred-Scheel-Str. 2
53175 Bonn
Tel. 0228 308580
Fax: 0228 3085812
Email: info@ibra2021.de

Hauptsponsoren

National Commissioners of IBRA 2021
By E-Mail

Postponement of IBRA 2021 July 28, 2020

Dear Commissioners,

The IBRA Organising Committee has decided to postpone IBRA 2021 to 2023 because of the consequences of the coronavirus pandemic. Please read the attached press release and inform your exhibitors.

It would be helpful if you tell them that they and their exhibits will be welcome at IBRA 2023 as well. It will be necessary to fill the application form again at the appropriate time. The current IBRA homepage (www.IBRA2021.de) will inform you how the planning for the start of IBRA 2023 will progress and when the new IREX and application forms will be available.

We will delete all received applications soon. We will also delete all personal data stored on our side.

Finally a big "Thank you" for the good cooperation! Please confirm by return your commitment to continue as the National Commissioner for your Federation until October 1, 2020 at the latest. Please clarify as well if Jury Members nominated by your Federation stay valid.

Let us stay together for IBRA 2023!

Kind regards,

Walter Bernatek
(BDPh Treasurer &
General Commissioner IBRA 2021)

Alfred Schmidt, Vorsitzender IBRA
Walter Bernatek, Generalkommissar
Jan Billon, Organisationsleiter IBRA

Zahlungen über:

Philatelic Promotion UG (haftungsbeschränkt)
Volksbank Hohenzollern-Railingen
IBAN: DE19 6416 3225 0413 8030 07

LUMIR BRENDL 1935-2020

Pedro Marçal Vaz Pereira

Lumir Brendl faleceu no mês de Outubro, depois de ter estado vários anos doente, devido a um acidente cardiovascular.

Começou a coleccionar selos ainda muito jovem, vindo a tornar-se num excelente filatelista temático, onde sobressaiu o seu magnífico trabalho temático, “*Troubled Times in Bohemia and Czechoslovakia*” (Tempos difíceis na Boémia e Checoslováquia), trabalho a que foram atribuídas várias medalhas de ouro FIP.

Foi sempre um bom Amigo e companheiro, que fazia da lealdade e amizade, um dogma.

Tive a oportunidade de conviver a nível internacional com Lumir Brendl, ao longo de muitos anos, onde mantivemos uma amizade sólida e onde abertamente apreciávamos e discutíamos, os problemas da filatelia mundial.

Dedicou toda a sua vida à Checoslováquia e à sua filatelia, tendo sido Presidente da União Checa dos Filatelistas, a federação nacional do país, de 1995 a 2011.

Foi um excelente organizador de exposições, onde se destacam os eventos europeus BRNO 2000 e BRNO 2005



Lumir Brendl na exposição mundial realizada em St. Petersburg, uma das últimas em que esteve presente.

e as exposições mundiais PRAGA 1998 e 2008.

Na WIPA-2000 fomos ambos eleitos no Congresso da FEPA-Federação Europeia de Associações Filatélicas, candidatos desta federação continental à Direcção da FIP – Federação Internacional de Filatelia.

Lumir Brendl foi eleito, em 2000, em Madrid, para Director da FIP, cargo que desempenhou com grande dedicação e competência.

Foi ainda um excelente jurado FIP temático,

exercendo diversas vezes o cargo de Secretário do Júri.

Durante a sua vida filatélica e em especial na FIP, foi importante a sua contribuição para melhorar e introduzir novos regulamentos, onde se destacam os de “Um Quadro”, “Classe Aberta”, “Maximafilia” e “Postais Ilustrados”.

Morreu um Amigo, fica-nos a saudade e o seu exemplo.

À Federação Checa e à sua Família, apresento em meu nome pessoal e da Federação Portuguesa de Filatelia, sentidas condolências.

Nas Lojas CTT até ao dia 6 de novembro CTT OFERECEM 2 MILHÕES DE SELOS DE AGRADECIMENTO AOS PORTUGUESES

Os CTT estão a oferecer a todos os que visitem as suas lojas um selo especial de agradecimento a todos os portugueses por estes séculos de confiança, até ao dia 6 de novembro, data em que se assinalam 500 anos da atividade de correio em Portugal.

Este selo foi apresentado no passado dia 9 de outubro, Dia Mundial dos Correios, em conjunto com o livro “500 Anos do Correio em Portugal”, da autoria de Fernando Moura, que conta a história dos correios, desde o dia 6 de novembro de 1520, em que o Rei D. Manuel I assinou, em Évora, a carta real que nomeava Luis Homem como o primeiro Correio-Mor de Portugal; com uma emissão filatélica sobre os “500 Anos do Correio em Portugal – 5º grupo”

de homenagem aos colaboradores CTT; e com um sobrescrito-moeda, um produto composto pelos selos, carimbo comemorativo e uma Moeda da República emitida especialmente para este dia.

O correio – a atividade económica e social que é hoje prestada pelos CTT, existe em Portugal há 500 anos, e neste aniversário importante, os CTT decidiram agradecer a todos os Portugueses por tantos anos de confiança. O sinal desta gratidão é um *booklet especial*, que inclui um selo que não será vendido, mas sim oferecido a quem entrar nas Lojas CTT até ao dia 6 de novembro de 2020. Será válido através de um código alfanumérico para circular no país em objetos do 1º escalão de peso.

Os CTT são atualmente mais do que correio, são um operador de entrega total, assumindo-se como empresa orientada para o cliente e para as suas necessidades, com



uma oferta segmentada para particulares e empresas, com soluções que começam no envio de correio e expresso, que passam pelas melhores ofertas de poupanças e por um por-

tefólio alargado de produtos de conveniência na sua rede de lojas e a oferta de soluções de publicidade, de logística, de outsourcing de processos e de apoio à presença no mundo do comércio eletrónico, para apoiar as empresas no seu processo de digitalização e crescimento. São um parceiro de negócio de confiança, que liga pessoas e empresas com entrega total, e com quem os seus clientes podem contar para os apoiar a aumentar a eficácia e eficiência das suas atividades em alinhamento com os seus valores de proximidade e a sua capacidade de inovação.

O *booklet especial* com o selo “Obrigado, Portugueses” tem uma tiragem de 2 milhões de selos em booklet isolada. O design esteve a cargo do Professor João Machado, o designer que mais prémios internacionais conquistou para os CTT.

Sobre os CTT:

Os CTT empregavam, em dezembro de 2019, 12.355 pessoas, das quais 11.874 em Portugal, país onde opera uma rede de 2.383 Pontos CTT a que se juntam 4.821 agentes Payshop. Em 2019 os CTT obtiveram rendimentos operacionais de 740,3 M€, um EBITDA de 101,5 M€ e um resultado líquido de 29,2 M€. Nesse mesmo ano, os CTT transportaram 619,0 milhões de objetos de correio endereçado e 37,8 milhões de volumes de Expresso e Encomendas.

RECTIFICAÇÕES

300 ANOS DA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

Na última Filatelia Lusitana publicámos um artigo, sobre os 300 anos da Academia Portuguesa da História.

Nesse artigo foi apresentada a imagem da primeira medalha de ouro, da Academia Portuguesa da História.

Por lapso não informámos que esta tinha sido gentilmente cedida pelo Sr. Professor João Cardoso, da Academia Portuguesa da História.

Aqui fica a rectificação devida.



A BANDEIRA REPUBLICANA

Na última FL foi publicado um texto sobre a Bandeira Nacional.

Nesse texto foi cometido um pequeno erro de simpatia, repetindo-se o nome de Guerra Junqueiro, quando se pretendia escrever Teófilo Braga, aliás como está na figura do postal.

Assim o texto correcto é o seguinte:

As disputas entre os autores foram grandes, onde Sampaio Bruno e Guerra Junqueiro apoiavam uma bandeira azul e branca, dentro da tradição e estilo monárquico, enquanto Guerra Junqueiro TEÓFILO DE BRAGA e Afonso Costa a vermelha e verde, ou seja uma bandeira completamente nova.

收藏

澳門郵票

Coleccione Selos de Macau

Collect Macao's Stamps



快分享到朋友圈
一起關注澳門郵票！

澳門議事亭前地 LARGO DO SENADO, MACAU

電話 Tel.: (853) 8396 8513, 2857 4491 傳真 Fax.: (853) 8396 8603, 2833 6603
電郵 E-mail: philately@ctt.gov.mo 網址 Website: <http://philately.ctt.gov.mo>



澳門郵電 CTT
Correios e Telecomunicações de Macau





LEILÕES P. DIAS, LDA.

LEILOEIROS FILATÉLICOS ❖ PHILATELIC AUCTIONEERS

AVALIAÇÕES | DESDE 1992 SINCE | VALUATIONS

RUA ANTÓNIO PEDRO, 46 - 2.º - P-1000-039 LISBOA - PORTUGAL

PHONE: 00-351-213 223 460 | 466 ❖ FAX: 00-351-213 433 274

<http://www.leiloespdias.pt>

geral@leiloespdias.pt ❖ admin@leiloespdias.pt ❖ teresadias@leiloespdias.pt



TRADIÇÃO EM PORTUGAL E COLÓNIAS

JOHN D. C. SUSSEX - H. SANTOS VIEGAS - EMB. JORGE RITTO

JOÃO VIOLANTE - MIGUEL FÉLIX COSTA - JORGE FÉLIX COSTA

CASTANHEIRA DA SILVEIRA - DR. GONÇALVES NOVO - ANTÓNIO OLMOS

M. SOUSA LOUREIRO - CAP. LEMOS DA SILVEIRA - DR LUÍS FRAZÃO

ROBERT L. HUGGINS - STEVE S. WASHBURNE - ENG. GODINHO DE MIRANDA

TRADITION ON PORTUGAL AND COLONIES